

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE JORNALISMO
Orientação: Profa. Dra. Rosana de Lima Soares**

MUITO ALÉM DA NOTÍCIA

A influência e o papel da imprensa no combate ao trabalho escravo no Brasil
contemporâneo

MARIA PAOLA JACON DE SALVO

**São Paulo
Dezembro de 2005**

MARIA PAOLA JACON DE SALVO

MUITO ALÉM DA NOTÍCIA

A influência e o papel da imprensa no combate ao trabalho escravo no Brasil
contemporâneo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo, sob a orientação da Profª. Dra. Rosana de Lima Soares

São Paulo
Dezembro de 2005

RESUMO

Este trabalho é um híbrido entre grande reportagem e monografia. Reportagem porque é baseado em entrevistas e pesquisas. Monografia porque se propõe a uma análise do comportamento e papel da imprensa no combate ao trabalho escravo no Brasil. Por falta de uma bibliografia e metodologia específicas para medir a influência da mídia em determinado assunto, o estudo se baseou em pesquisas de opinião e entrevistas. Foi aplicada uma pesquisa entre as principais entidades que lutam contra essa prática no país. O objetivo foi desvendar de que forma os veículos de comunicação contribuíram para o trabalho dessas organizações. Ao todo, foram ouvidas onze instituições, entre movimentos sociais e governo. Elas apontaram quais matérias, colunistas, veículos e repórteres mais haviam contribuído para o combate ao problema.

Com base nessas respostas, foi possível traçar padrões para entender que tipo de reportagens, artigos, veículos e jornalistas eram os mais eficazes para gerar pressões e alavancar repercussões com potencial para mudanças efetivas no setor. As entrevistas com os representantes das organizações, veículos e jornalistas geraram respostas para compreender os mecanismos de influência da imprensa. As possibilidades de interação entre mídia, sociedade e governo foram exemplificadas com cinco casos práticos que comprovam o impacto direto dos veículos de comunicação na sensibilização e atuação da sociedade.

Já o bate-papo com os jornalistas e representantes de veículos que assumiram a luta contra a escravidão como bandeira lança novas possibilidades e reflexões sobre o papel da imprensa em questões sociais como essa. O jornalismo que tem o poder de transformar também tem passado ele próprio por uma metamorfose sutil em seu conceito, função e rumos. O que prova que o papel da imprensa pode ir além da divulgação de notícias.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, trabalho escravo, escravidão, contribuição, imprensa, reportagem, media advocacy, civic journalism, cobertura, veículo, pesquisa, instituição, ONG, mídia, engajamento, libertação, fiscalização.

ABSTRACT

This paper is a combination among monograph and reporting. Monograph considering it's propose to analyze the press behavior and role against slavery labors in Brazil. Reporting is due to all interviews and researches done. Because of the lack of books and methodologies to study and measure the press influence over the subject, this study was based on opinion researches and interviews. A research was applied among the main organizations that fight against slavery throughout the country. The main goal was to elucidate how the press contributes with these organizations. The research covered eleven institutions such as social movements and governmental instances. They identified which news, medias, journalist and columnist most helped to fight against slavery problem.

Based on the answers, it was possible to create a model to understand what type of articles, medias and journalists were more effective to enhance society pressure and struggle slavery. The interviews with the institution's representatives and journalists allowed comprehending the press influence mechanisms. All possible interactions between media, society and government were exemplified with five cases. They prove the direct impact by the media over society action and its sensitiveness.

Journalists and medias organizations that assume the fight against slavery as your personal cause bring new possibilities and considerations about the press role over social issues. The journalism that has the transformation capacity it is also going through a metamorphosis over its concepts, role and future. What proves that press role can go beyond the news.

KEY-WORDS: journalism, influence, slavery, slave, labor, social contribution, impact, press, report, media advocacy, civic journalism, press coverage, research, NGO, social movement, media, liberty

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo apoio sempre incondicional. A Ana Cláudia Jacon de Salvo e Ricardo Corrêa da Silva, agradeço pela paciência e ajuda na execução do trabalho. A Leonardo Sakamoto, que me incentivou a persistir num tema até então pouco explorado e me deu toda a ajuda e apoio na coleta das informações. A Rosana de Lima Soares, pela orientação paciente e motivadora.

O trabalho também não teria se concretizado sem ajuda de Luciene Antunes Sant'Anna, Luiza Caires e Renato Bacci, que não só revisaram os textos como sugeriram modificações importantes. E a todos os entrevistados, jornalistas, especialistas e representantes de movimentos sociais que me ajudaram a entender as possibilidades e funções do jornalismo nas quais eu já não mais acreditava.

SUMÁRIO

1	Apresentação	3
2	Metodologia.....	7
3	Contextualização	9
3.1	O tamanho da “senzala”	9
3.2	Motivos que fazem do Brasil um exemplo para o mundo.....	15
3.3	A função abolicionista da imprensa na antiga escravidão.....	17
3.4	O papel da imprensa no Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo ...	19
3.5	A evolução do tema na mídia	22
4	A pesquisa	30
4.1	Panorama dos veículos, jornalistas, colunistas e reportagens mais determinantes para o combate à prática no Brasil.....	32
4.2	Características das matérias.....	41
4.2.1	Matérias pontuais.....	42
4.2.2	Matérias aprofundadas e elucidativas.....	45
5	Contribuições efetivas da imprensa.....	49
5.1	Jornalistas e protetores dos agentes do Grupo de Fiscalização Móvel.....	54
5.2	Sensibilização da sociedade pela imprensa	55
5.2.1	Profissionais do direito do trabalho e a influência da imprensa	57
	Caso 1: Imprensa garante proteção a juiz ameaçado de morte no Pará.....	59
5.2.2	Parlamentares “abolicionistas” e a mídia	61
	Caso 2: As notícias podem acelerar a aprovação de projetos de lei?	62
5.2.3	A pressão sobre grandes grupos empresariais envolvidos na cadeia produtiva do trabalho escravo.....	64
	Caso 3: Estudo motiva assinatura do Pacto de compromisso entre grandes empresas brasileiras.....	66

Caso 4: As siderúrgicas na mira da imprensa.....	68
5.2.4 A pressão da imprensa sobre os proprietários rurais	72
5.2.5 Rádio: a única fonte de informação e transformação para os trabalhadores explorados.....	73
Caso 5: A <i>Rádio Nacional da Amazônia</i> e a conscientização dos trabalhadores explorados.....	73
6 Como os responsáveis pelas matérias avaliam o papel da imprensa no combate ao trabalho escravo.....	76
6.1 Jornalistas e “abolicionistas”: dedicação e intenções.....	77
6.1.1 A indignação logo no primeiro encontro com o tema	80
6.1.2 Suor e investigação nos bastidores da apuração	82
6.1.3 O trabalho no “front”	83
6.1.4 Motivações e engajamento	86
6.1.5 Depois do suor, a recompensa	89
7 Agência Carta Maior e Repórter Brasil: cobertura sistemática e engajada	91
8 Considerações finais	96
Referências bibliográficas e sugestões de leitura	100
ANEXOS.....	103

1 Apresentação

A história recente do jornalismo está repleta de exemplos no qual o papel da imprensa foi determinante e impactante para os rumos da sociedade ou de um país. Nos Estados Unidos, a persistência e empenho de dois jornalistas, Carl Berenstein e Bob Woodward, no caso Watergate, chegou a derrubar um presidente. Não é necessário ir tão longe. O Brasil também coleciona exemplos de mudanças políticas alavancadas pela imprensa. Frequentes nos jornais e televisões brasileiros, denúncias de corrupção, malversação de recursos e vários outros abusos envolvendo políticos também já tiraram figuras públicas do poder e aniquilaram carreiras de personalidades políticas.

No campo econômico, esta influência não é diferente. Informações positivas ou negativas acerca da economia podem fazer as bolsas subirem ou descerem ao sabor da opinião de articulistas econômicos ou do que é publicado nas páginas de “dinheiro” dos grandes jornais. Nessas editorias, as influências da imprensa, além de visíveis, são diretas e não tão complexas de serem medidas ou quantificadas.

O mesmo não se pode dizer da cobertura de temas sociais, que costumam fazer parte da editoria de sociedade em jornais, revistas e televisão. Entre 1 de abril e 30 de junho de 2005, por exemplo, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) contabilizou 925 matérias sobre trabalho infantil na mídia. Um aumento de 35,9% em relação ao número de reportagens divulgadas no primeiro trimestre do ano. Mas mesmo assim, ainda somos surpreendidos todos os dias nas grandes cidades por crianças que buscam compradores para suas mercadorias no semáforo, debruçados sobre o vidro dos carros. O trabalho escravo também foi pauta, no ano passado, de 1518 matérias nos veículos brasileiros, segundo levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Um aumento assombroso, quando comparado aos de 1995, início de monitoramento do órgão no Brasil. Naquele ano, a imprensa contabilizava cerca de 72 matérias sobre o tema. Passados 10 anos, e apesar da maior aparição do crime na mídia, a Comissão Pastoral da Terra calcula que cerca de 25 mil trabalhadores brasileiros continuam submetidos a condições análogas à escravidão no país. Como se vê, denúncias e matérias sobre problemas sociais vêm ganhando espaço na imprensa sem, contudo, observarmos mudanças visíveis na estrutura ou conjuntura que sustentam essas chagas no Brasil. Isso porque, como observa Luiz Martins (SILVA, 2002a,

p. 14): “no Brasil, os direitos humanos e os direitos sociais ainda não encontraram na imprensa, e na mídia em geral, espaços tão dedicados quanto aos que são concedidos ao direito do consumidor, por exemplo”.

Diante do aumento das matérias e do espaço concedido a temas sociais na imprensa, fica a pergunta: o jornalismo é capaz de influenciar ou contribuir para mudanças na esfera social? De que forma isso se daria? Qual tem sido o papel do jornalismo nessas questões?

Encontrar respostas para estas indagações está longe de ser uma tarefa fácil. Isso porque o jornalismo, em sua acepção clássica, não está centrado em finalidades, resultados ou mudanças. Quando um repórter publica uma denúncia não pensa nos fins últimos, mas na divulgação pura e simples da verdade, sem se esperar nada em troca. Mas qual seria a grande função do jornalismo? “A primeira obrigação do jornalismo é para com a verdade”, afirmam os jornalistas e críticos de mídia americanos Bill Kovach e Tim Rosenstiel na obra “Os Elementos do Jornalismo, o que os jornalistas devem saber e o público exigir” (2004, p..60)

Mas não é só isso. Dentre os nove elementos essenciais da profissão, os dois jornalistas destacam também o princípio de que o jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público. Em outras palavras, significa dizer que a profissão tem a função de fornecer informações para as pessoas de modo que elas se auto-governem e consigam exercer seus direitos democráticos, com vistas à transformação de uma realidade. “A imprensa pode ser encarada como autêntico espaço público, à medida em que possa refletir na pauta jornalística também a pauta social”, afirma Luiz Martins da Silva, doutor em sociologia e comunicação do Laboratório de Jornalismo e Sociedade da Universidade de Brasília (UnB).

“O jornalismo serve para construir a comunidade, a cidadania, a democracia. Milhões de pessoas, estimuladas pelo livre fluxo da informação, participam de forma direta na criação de um novo governo e novas formas para a vida política, social e econômica de seus países por causa dessa profissão”, argumentam os autores de “Elementos do Jornalismo”. Desde suas origens no mercado grego até as tavernas na América colonial, o jornalismo sempre foi um fórum para o discurso público. Por isso, a finalidade da profissão não é definida pela tecnologia, pelos jornalistas ou pelas técnicas utilizadas no dia-a-dia.

“Os princípios e a finalidade do jornalismo são definidos por algo mais elementar: a função exercida pelas notícias na vida das pessoas”, afirmam Kovach e Rosentiel (2004, p.30).

É exatamente nessa premissa que se sustenta esta pesquisa. O objetivo é fornecer um retrato das influências e impactos do jornalismo na atuação dos atores responsáveis pelo combate ao trabalho escravo no Brasil. A opção pelo trabalho escravo deveu-se ao aumento expressivo no número de matérias sobre o assunto nos últimos dez anos e ao constante monitoramento da atividade da imprensa empreendido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), duas das principais entidades de combate a este tipo de prática no Brasil. Ambas organizam dados e monitoram permanentemente o aparecimento de matérias sobre o tema na mídia.

Mais que uma análise da cobertura, o trabalho é uma tentativa de avaliar influências e o papel do jornalismo no desenvolvimento das ações governamentais, parlamentares e não-governamentais para a erradicação da prática do trabalho escravo no país.

A pesquisa não tem a pretensão de medir os impactos específicos de cada uma das mais de 1500 matérias sobre o tema publicadas só no ano passado, por exemplo. O objetivo é oferecer um retrato das transformações e ações suscitadas pelas reportagens mais relevantes, na opinião dos órgãos de combate ao trabalho escravo.

Além de tentar seguir os passos das contribuições da imprensa, este estudo tem uma motivação pessoal forte. É uma resposta para uma certeza que tinha no começo da faculdade e que se transformou em dúvida, depois de experiências práticas na grande imprensa. Afinal, o jornalismo tem poder de alavancar algum tipo de transformação social? A idéia romântica de que o profissional da imprensa pode transformar as mazelas do mundo me acompanha desde a escolha da profissão. E tem sido minada pouco a pouco pelas constatações mercantilistas e comerciais envolvendo veículos e jornalistas. “Hoje, o jornalismo é um negócio, e os gerentes da empresa devem manter o orçamento equilibrado e atrair clientes”, (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.80). Não é necessário ir tão longe. Não só boa parte dos editores americanos como os principais diretores de redação de veículos da grande imprensa brasileira de fato se converteram em homens de negócio. E a metade deles diz que passa um terço do tempo envolvido mais com assuntos empresariais que com jornalismo. É por isso que hoje os cerca de 1,2 bilhão de pessoas que têm acesso à

imprensa no mundo, segundo dados americanos, é servido por uma imprensa empenhada, sobretudo, em lucrar, não em servir o interesse público.

Essa, no entanto, demonstrou não ser a fórmula perfeita para garantir sucesso das publicações. Motivados pela crise econômica que assolou o setor de comunicação e pela fuga de leitores, alguns veículos americanos já ensaiam um retorno a matérias que contemplem mais o interesse público. A idéia aqui é reconquistar leitores e aproximar-se de suas realidades para aumentar o número das vendas e do interesse pelas notícias.

Existe até mesmo uma nova classificação para este novo tipo de prática. Embora ainda pouca gente a conheça por aqui. É o *civic journalism* ou *public journalism*, termos que nasceram nos Estados Unidos há cerca de dez anos e têm lançado, ainda que timidamente, algumas raízes em terras brasileiras nos últimos cinco anos.

O *civic journalism* é um movimento que já tem enfrentado questionamentos, pois se baseia no princípio de que a missão do jornalismo e dos jornalistas não se limita aos fatos e às notícias, exigindo engajamentos nas soluções dos problemas reportados e noticiados, no caso, problemas sociais e suas correspondentes políticas públicas.

Por aqui, no entanto, essa vertente ainda não mereceu sequer uma tradução definitiva e a bibliografia é escassa, para não dizer nula. Quando grandes jornais resolvem, por exemplo, dedicar sistematicamente parte de seu esforço de cobertura a causas públicas, estão praticando *civic journalism*. O novo gênero se distingue de uma simples campanha. Não se trata apenas de uma série de reportagens sobre um problema social, mas da adoção permanente de uma ou mais causas públicas por um veículo de comunicação. O conceito está fundamentado na mudança de uma imprensa que diz “o meu papel social termina com a publicação das notícias” para uma que pode dizer “o meu papel social começa na compreensão da gênese dos fatos”. Seria este basicamente o diferencial de uma categoria que já começa a ser denominada na imprensa brasileira de “jornalismo público”.

É o que tem feito, por exemplo, algumas organizações de comunicação que cobrem trabalho escravo com grande frequência no Brasil, como a *Repórter Brasil* e a *Agência Carta Maior*. Ao longo deste estudo, trataremos em separado destas iniciativas, tentando identificar alguns traços de *civic journalism* presentes nestes veículos.

Esta análise metalingüística está longe de comprovar a tese de que o jornalismo, por si só, é capaz de empreender transformações sociais profundas. Mas a idéia é abrir o debate

e lançar novos olhares para novas possibilidades e funcionalidades da imprensa, até então mascaradas pelo ideal de objetividade do jornalismo clássico e pela mercantilização dos meios de comunicação.

2 Metodologia

Essa é, provavelmente, uma das primeiras vezes que uma pesquisa se propõe a medir as influências do jornalismo na sociedade. Foi o que constatei já na biblioteca, ao buscar livros e teses sobre o assunto. Só fui encontrar algum respaldo teórico em livros e artigos americanos sobre o conceito de *civic journalism* e em alguns poucos textos sobre o mesmo assunto de autoria de um estudioso brasileiro nesta área, Luiz Martins da Silva, do Laboratório de Jornalismo e Sociedade da Universidade de Brasília (UnB). O laboratório se propõe a estudar *civic journalism* no Brasil e as relações entre imprensa e cidadania.

Por falta de uma bibliografia e metodologia específicas para medir a influência da imprensa em determinada realidade, o estudo se baseou em pesquisas de opinião e entrevistas. Norteada pelo empirismo, desenvolvi um método de análise que pode ser aprimorado posteriormente com base em algumas recomendações do estudo “Measuring Civic Journalism’s Progress”, divulgado em 2002 pelo instituto americano Pew Center for Civic Journalism, que se dedica a estudar este novo gênero nos Estados Unidos. É o que mais se aproxima de uma metodologia para medir influências e impactos da imprensa. Ainda assim, o método foi utilizado com limitações, pois as análises estavam muito voltadas às particularidades e traços culturais do jornalismo americano, os quais nem sempre se aplicam ao brasileiro.

A exemplo do estudo americano, foi aplicada uma pesquisa padrão a onze atores sociais que combatem a prática no país. Baseada em entrevistas, esta pesquisa tem mais ares de grande reportagem do que de monografia clássica. O questionamento com os representantes das instituições foi o meio mais prático – e empírico – que encontrei para mapear essas contribuições, sempre partindo do seguinte silogismo:

- A divulgação de um artigo da imprensa pode ter impactado o trabalho das instituições pesquisadas;

- Essas instituições, por sua vez, desenvolvem ações para o combate ao trabalho escravo;

- Se a imprensa impactou as organizações de alguma forma, logo, impactou também os rumos do trabalho escravo do Brasil, indireta ou diretamente. Foi possível detectar tanto exemplos de influência direta quanto indireta. Ambos serão destrinchados e exemplificados ao longo do trabalho.

Como a pesquisa é o ponto de partida e também o cerne da análise, o estudo segue a mesma lógica das perguntas que foram realizadas ao órgão. As questões dividem-se em três blocos, conforme é possível observar nos Anexos, no final do trabalho.

- Impactos dos produtos jornalísticos:

Aqui cada um dos representantes das entidades citou quais coberturas, reportagens, colunistas, veículos e jornalistas que mais haviam contribuído para a luta contra o trabalho escravo no Brasil desde 1995, data do reconhecimento da existência da prática pelo governo, até hoje. O objetivo foi tentar traçar uma característica padrão das matérias que mais haviam ajudado a inserir este crime no debate público. Por isso, logo depois, perguntávamos sobre as características das matérias e de que forma elas haviam influenciado nas ações de erradicação da prática. As demais questões referiam-se aos veículos:

- qual a frequência com que o tema costuma aparecer nos veículos?

- qual deles cobre o tema com mais frequência?

- que tipo de mídia (impressa, televisiva ou rádio) gera mais repercussão e consequências e por que motivo?

- Características das matérias:

O objetivo aqui é saber que formato de matéria ou produto jornalístico foi mais eficaz para influenciar os órgãos e por quê. As que se baseiam em denúncias quentes ou as mais elucidativas? Uma vez respondida a questão sobre a inserção do tema, era preciso saber como se operava essa influência nas ações desempenhadas pelos organismos.

- Outra ações da mídia em favor do combate ao trabalho escravo:

A intenção era desvendar duas questões: se a organização desenvolvia um trabalho permanente para pautar a imprensa com notícias de seu interesse. Além dos métodos de alimentação da imprensa, a resposta das perguntas permitiria notar traços de *media advocacy*, na ação das instituições. O conceito será mais bem definido no próximo capítulo. Afinal, a sociedade civil organizada tem o poder de pautar a imprensa? E a pauta de maneira estratégica e organizada?

Ainda neste item, foi perguntado se, mais que a publicação pura e simples da matéria, havia algum órgão que também se lançava em campanhas a favor da causa. Em caso afirmativo, o objetivo era saber se essas ações haviam surtido algum efeito e se ele havia interferido no trabalho das entidades pesquisadas. As respostas são apresentadas no capítulo 7.

- A mídia foi e ainda é imprescindível?

Que a mídia contribui é inegável, mas o trabalho das organizações seria diferente sem ela? Depende dela de alguma forma? Em comparação ao passado, o aumento de matérias ao longo dos anos impactou ou fez alguma diferença? E por quê?

Com os resultados do estudo em mãos, foram realizadas posteriormente entrevistas qualitativas com os principais jornalistas e especialistas envolvidos no tema para aparar as arestas e traçar padrões para análise. Ao todo, foram ouvidas cerca de 30 personalidades, entre especialistas, representantes das instituições, repórteres e estudiosos de comunicação. As informações geradas pelo estudo serão apresentadas ao longo do trabalho.

3 Contextualização

3.1 O tamanho da “senzala”

A data está marcada no calendário brasileiro: 13 de maio, dia da assinatura da Lei Áurea e de comemorar a libertação dos escravos. Passados 117 anos da abolição, sancionada pela Princesa Isabel, alguns trabalhadores brasileiros ainda festejam a volta à própria liberdade. Não em 13 de maio, mas em diferentes dias de setembro, maio ou

novembro, todos os anos. São Severinos, Joãos e outros milhares de trabalhadores retirados de condições subumanas de trabalho e devolvidos à liberdade pelas mãos dos agentes do Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho. Sim, ainda hoje persistem no país situações degradantes que proibem cerca de 25 000 trabalhadores¹, segundo estimativas da Comissão Pastoral da Terra, de se desligarem de seus patrões, sobretudo no campo, mas também nas cidades brasileiras.

A escravidão contemporânea apresenta diferenças importantes em relação àquela praticada até 1888 que vão além da propriedade legal de escravos, antigamente permitida. A forma mais encontrada no país é a da servidão por dívida. Nela, a pessoa empenha sua própria capacidade de trabalho ou a de familiares (esposa, filhos, pais) para saldar uma conta. “A escravidão por dívida atual é mais perversa que a antiga, na medida em que o fazendeiro encontra mão-de-obra em abundância devido ao desemprego”, afirma o frei e doutor em antropologia Ricardo Rezende, que milita há 20 anos à frente da CPT na luta contra o trabalho escravo no Brasil.

A escravidão contemporânea é composta pelo trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade. O que não significa utilizar correntes para prender o homem à terra, como acontecia no passado. A escravidão atual aposentou instrumentos deste tipo. Por outro lado, revitalizou as estratégias de ameaças físicas e terror psicológico. Com um agravante: o tratamento dispensado, muitas vezes, é pior do que o concedido a animais e até menos humano que o dispensado aos negros escravizados no passado. “Como os negros eram propriedades do senhor, este último tinha interesse em tratar os doentes. A morte era também perda de dinheiro dos senhores”, afirma Rezende. (veja tabela 1).

Do ponto de vista financeiro e operacional, a nova escravidão é também mais vantajosa para os empresários que a da época do Brasil Colônia ou do Império. Um dos maiores especialistas no tema, o sociólogo norte-americano Kevin Bales, traça paralelos entre esses dois sistemas em seu livro “Disposable People: New Slavery in the Global Economy”.

¹ Observação de Xavier Plassat, membro da Coordenação Nacional da Campanha contra o Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra: “O número de 25 mil é uma estimativa proposta pela CPT há três anos, como número mínimo dos trabalhadores rurais anualmente submetidos à escravidão na Amazônia brasileira. Este número não se embasa em nenhuma hipótese científica, mas resulta de interações entre os números anuais de pessoas encontradas pela fiscalização, a observação do fluxo de trabalhadores migrantes nas cidades da região.

Tabela 1: Diferenças entre a antiga e a nova escravidão

Brasil	Antiga Escravidão	Nova Escravidão
Propriedade do escravo	Legal	Ilegal
Custo de aquisição de mão-de-obra	Alto. Por compra. A riqueza de uma pessoa podia ser medida pela quantidade de escravos	Muito baixo. Não há compra, sim aliciamento. Muitas vezes, gasta-se apenas o transporte
Lucros	Baixos. Havia custos com a manutenção dos escravos. Demora para repor investimento	Altos. Se alguém fica doente pode ser mandado embora, sem nenhum direito. Retorno rápido e fácil
Mão-de-obra	Escassa. Dependia de tráfico negreiro, prisão de índios ou reprodução. Bales afirma que, em 1850, um escravo era vendido por uma quantia equivalente a R\$ 120 mil	Descartável. Um grande contingente de trabalhadores desempregados. Um homem foi levado por um gato por R\$ 150,00 em Eldorado dos Carajás, Sul do Pará
Relacionamento	Longa duração. A vida inteira do escravo e até de seus descendentes	Curta duração. Terminado o serviço, não é mais necessário alimentá-lo
Diferenças étnicas	Relevantes para a escravização	Pouco relevantes. Os escravos são pessoas pobres e miseráveis, independente da cor da pele
Manutenção da ordem	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos
Condições de vida	Em geral, em situação degradante	Sempre em situação degradante

Fonte: ONG Repórter Brasil

No sistema antigo, em que a propriedade legal era permitida, saía mais caro comprar e manter um escravo. O negro africano era um investimento dispendioso, a que poucas pessoas tinham acesso. Hoje o custo é quase zero, paga-se apenas o transporte e, no máximo, a dívida da pessoa em algum comércio ou hotel. Se o trabalhador fica doente, é só largá-lo na estrada mais próxima e aliciar outra pessoa. O desemprego generalizado é gerador permanente de mão-de-obra barata.

Ao contrário de antigamente, hoje a coação pode ser física ou moral. São quatro as características principais: a servidão por dívida, a retenção de documentos, as condições geográficas (dificuldade de acesso) e o uso de armas. Nos casos de escravidão rural, é comum que diferentes formas de coação sejam empregadas simultaneamente.

Os capitães do mato daquela época foram substituídos hoje pelos contratadores de empreitada, os chamados “gatos”. Junto com os fazendeiros, eles são os responsáveis pela contratação e pela perpetuação do esquema de escravidão no país. Os “gatos” aliciam os trabalhadores, servindo de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime. Estes empreiteiros têm endereço certo para o recrutamento de trabalhadores: as chamadas pensões peoneiras, com ampla oferta de desempregados e muito distantes do local dos serviços. O estado de Tocantins e a região Nordeste, tendo à frente os Estados do Maranhão e Piauí, são grandes fornecedores de mão-de-obra. Não por acaso, esses locais concentram os mais baixos índices de desenvolvimento humano do país.

A distância do local de origem do trabalhador é peça essencial no esquema de escravização da mão-de-obra. É ela quem vai garantir o endividamento, uma vez que as fazendas estão distantes dos locais de comércio mais próximos. Sem opções de comprar em outras lojas, os peões viram reféns das compras e das dívidas no barracão disponível nas próprias fazendas. Além disso, a distância funciona como uma espécie de “cerca”, que impede o trabalhador de fugir das condições que lhe são impostas ou de voltar para casa. Sem conhecer bem a região, ele acaba tendo de se submeter à exploração do fazendeiro.

É claro que nada disso é informado na hora da contratação. Na primeira abordagem, os gatos mostram-se agradáveis, com propostas de excelentes oportunidades de trabalho. Oferecem serviço em fazendas, com salário alto e garantido, boas condições de alojamento e comida farta. No processo de sedução, oferecem ainda “adiantamentos” para a família e garantia de transporte gratuito até o local do trabalho.

Os indícios de exploração do trabalho começam logo no transporte até a fazenda, realizado por ônibus e caminhões sem qualquer segurança. No local, encontram situações completamente diversas daquelas prometidas. O destino principal é a região de expansão agrícola, em que a floresta amazônica é desmatada para dar lugar a pastos e a plantações. Os Estados do Pará e Mato Grosso são campeões em resgates de trabalhadores pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Nestes locais, logo ficam sabendo da dívida monstruosa que estão cultivando. O adiantamento, o transporte e as despesas da viagem costumam ser os primeiros itens a inaugurar o caderno de dívidas de cada trabalhador. A partir daí, a tendência é só ampliar esta lista ao longo do serviço prestado. A exemplo do esquema de exploração dos servos nos feudos da Idade Média, o custo de todos os instrumentos necessários para o trabalho, como facões, enxadas e foices, também serão cobrados. Por exemplo, uma foice, que é um instrumento de trabalho e que deveria ser fornecido gratuitamente pelo empregador, já foi comprada por um peão por R\$ 12,00. Até mesmo roupas e acessórios serão motivos de dívidas. Para finalizar, alimentos e alojamentos precários terão seu custo anotado no caderno de cada trabalhador. Resultado: no dia do pagamento, sua dívida é maior do que o total que ele teria a receber. É dessa forma que ele se mantém preso à terra.

Pedidos de demissão, além de inócuos, são também impedidos por conta das dívidas. A alegação é a de que não é possível sair enquanto não pagar o devido. Planejar a fuga tampouco é boa idéia. Corre-se o risco de surras, espancamentos e até de morte, em alguns casos.

Segundo estudos e estimativas da ONG *Repórter Brasil*, o município que concentra a maior incidência de escravos, pelo critério de trabalhadores libertados, é São Desidério, na Bahia, com 784 libertações. Considerando o número de casos, o primeiro lugar fica com São Félix do Xingu, no Pará – 19 propriedades rurais com libertações no período delimitado pelo estudo. Contudo, São Desidério tem apenas dois casos registrados e São Félix do Xingu, 277 trabalhadores resgatados. Em relação ao Estado, o que mais concentra a prática é o Pará, seguido de perto do Mato Grosso. No entanto, a tabela 2 mostra que a escravidão não está restrita ao ambiente rural e pode ser observada, inclusive, no meio urbano em estados e capitais como São Paulo e Rio de Janeiro.

Tabela 2: Trabalhadores libertados 1995-2004, segundo a CPT

Trabalhadores libertados	1995-1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Total	EM %
PA	387	71	415	174	353	1.397	1.824	1.015	5.636	44,3%
MT	221	20	212	161	179	455	729	329	2.305	18,1%
BA	-	-	-	-	-	-	1.089	150	1.239	9,7%
MA	-	18	-	-	-	261	440	220	939	7,4%
TO	-	-	13	-	27	-	397	545	982	7,7%
RO	-	-	-	-	-	12	406	18	436	3,4%
GO	-	-	-	79	-	-	-	261	340	2,7%
RJ	-	-	-	-	-	-	98	183	281	2,2%
ES	-	-	-	-	-	-	-	244	244	1,9%
SP	-	-	-	-	-	-	16	142	158	1,2%
MS	50	-	-	-	-	-	-	-	50	0,4%
MG	-	-	-	-	-	24	-	19	43	0,3%
PI	-	-	-	-	-	-	-	38	38	0,3%
RN	-	-	-	-	-	-	-	29	29	0,2%
Total	658	109	639	414	559	2.149	4.999	3.193	12.720	100,0%
Porcentual sobre o total	5,2%	0,9%	5,0%	3,3%	4,4%	16,9%	39,3%	25,1%	100,0%	

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Desde o início da atuação e criação do Grupo de Fiscalização Móvel do Trabalho, em 1995, até 2004, foram libertadas 13 563 pessoas pela ação dos agentes do grupo, composto por auditores e procuradores do Trabalho e policiais federais. No total, foram 1.282 propriedades fiscalizadas em 312 operações. Segundo esses profissionais, o perfil de quem escraviza está longe de ser composto por proprietários desinformados, de fazendas atrasadas ou arcaicas. Os grandes exploradores são latifundiários, 80% deles ligados a atividades de pecuária, cuja produção é voltada para o mercado interno ou internacional. Não raro, a criação de gado recebe melhor tratamento que o dispensado aos seres humanos. O rebanho conta com ração balanceada, vacinação com controle computadorizado.

Enquanto isso, os trabalhadores doentes são esquecidos pelos fazendeiros e largados à própria sorte, segundo relatos de agentes do grupo de fiscalização móvel.

O trabalho escravo não é exclusividade brasileira. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que o problema afete 20 milhões de pessoas no mundo todo. A maior parte delas é vítima da escravização por dívidas, a mesma observada em terras brasileiras.

Nenhuma região do planeta está livre desse flagelo. Mas o Brasil se destaca nas ações de combate. É reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como exemplo para o mundo, por admitir o problema e atacá-lo de frente.

3.2 Motivos que fazem do Brasil um exemplo para o mundo

Quando se pensa em certa demora de ações e providências, diante de números e fatos como esses, uma rápida contextualização histórica pode acalmar os mais críticos. As primeiras denúncias de escravidão contemporânea foram feitas em 1971, por dom Pedro Casaldáliga, bispo católico e defensor dos direitos humanos na Amazônia. Sete anos depois, a Comissão Pastoral da Terra denunciou fazendas, ligadas a multinacionais, no sul do Pará que cometiam esse crime. O depoimento dos peões que conseguiram fugir a pé da propriedade deu visibilidade internacional ao problema. Desde 1985, denúncias de escravidão eram encaminhadas à OIT.

Dez anos depois, em 1995, o governo reconheceu oficialmente o problema, com pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso - e a criação do Grupo Executivo para Combate ao Trabalho Escravo (Gertraf) e o Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Com isso, tornou-se uma das primeiras nações do mundo a reconhecer oficialmente a escravidão contemporânea. Nesse ano, um levantamento da OIT demonstrou que houve 72 inserções do tema em veículos de comunicação.

Diante do reconhecimento oficial do problema, o governo federal firmou parceria com a Organização Internacional do Trabalho, em 2002. Ano em que foi aprovado o Projeto de Cooperação Técnica “Combate ao Trabalho Escravo no Brasil”. A parceria incentivou o debate em torno do tema. Em setembro de 2002, o projeto realizou a primeira “Jornada de Debates sobre Trabalho Escravo”. O evento contou com a participação de juizes federais e do trabalho, procuradores da república e do trabalho, policiais federais, policiais rodoviários federais e auditores fiscais do trabalho.

As discussões serviram de ponta pé inicial para a elaboração e lançamento do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo em 12 de março de 2003, já no governo Luís Inácio Lula da Silva. O plano é uma carta de intenções com 76 metas de curto, médio e longo prazo para orientar as ações. Cinco meses mais tarde, era criada a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), fundada em 1º de agosto de 2003. Além de monitorar a execução do plano, os membros da Conatrae ficaram responsáveis por propor pautas para a imprensa. No mesmo ano, o Grupo de Fiscalização Móvel bateu seu recorde em libertações, somando 4.923 trabalhadores livres, em 52 fazendas ou empresas. Estas foram proibidas de obter financiamento público por conta de ocorrência de trabalho escravo em suas propriedades.

Na ocasião do lançamento do Plano, o presidente Luís Inácio Lula da Silva declarou que o combate ao trabalho escravo era prioridade de seu governo e que trataria o tema como política de Estado. “Mais do que as palavras, que são vazias e estão à mercê das variações políticas, a vigilância da mídia e da sociedade civil têm sido fundamentais na institucionalização desse processo. Isso é fundamental para que ele sobreviva a um grupo político que assuma o poder e tenha uma visão conivente com o status quo”, diz Leonardo Sakamoto, da ONG de comunicação *Repórter Brasil*, especializada no combate a trabalho escravo.

Para a OIT, todos esses números são reflexos de um aumento de denúncias que - para os integrantes da comissão - é diretamente proporcional ao destaque que o tema tem tido na mídia. “Os jornalistas têm sido fundamentais para o combate ao trabalho escravo e para ampliar o debate na sociedade”, afirma Patrícia Audi, coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT, que se utiliza muito do trabalho da mídia para suas ações. A entidade acredita que denúncias fundamentadas publicadas em páginas de jornais são sempre acompanhadas de efeitos devastadores sobre os opressores ou empresários que tentam fugir às convenções estabelecidas pela OIT e à legislação trabalhista.

É por esses motivos que a imprensa tem sua importância reconhecida na luta contra o trabalho escravo, figurando, inclusive, no Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (ver quadro 1).

3.3 A função abolicionista da imprensa na antiga escravidão

A relação entre imprensa e escravidão não é de hoje. Tem raízes na campanha pela abolição da escravatura, empreendida no Brasil no século XIX por Joaquim Nabuco e José Bonifácio. Guardadas as devidas proporções e diferenças entre a atual e antiga escravidão, há algumas semelhanças na atuação dos jornalistas da época e os de hoje. A maioria era um misto de ativista e jornalista.

A começar por José do Patrocínio, conhecido como Zé do Pato e considerado por historiadores como o maior jornalista abolicionista do Brasil. Depois de descobrir sua vocação para o jornalismo, em 1875, fez da profissão seu principal palanque para a luta abolicionista. Em seu livro “Jornalismo Político”, Franklin Martins lembra que os críticos da época diziam que o jornalista “escrevia com o coração nos lábios”. Filho de padre e de uma escrava quitandeira, José do Patrocínio viveu na pele todas as contradições da escravatura. Ele produziu algumas das páginas mais contundentes da imprensa brasileira contra a escravidão, nas quais aliava indignação e paixão à análise política. Desde os 25 anos de idade, associou sua vida à causa da libertação dos escravos. Como jornalista, orador, poeta, dramaturgo e vereador, tudo o que pensou, escreveu, falou e fez teve um só objetivo: acabar com a escravidão no país.

Admitido como redator na *Gazeta de Notícias*, em 1879, iniciou a campanha pela abolição da escravatura no Brasil. Reuniu um grupo de jornalistas e de oradores. Um ano depois fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, em parceria com Joaquim Nabuco, outro jornalista e parlamentar abolicionista. Deputado, Nabuco levava as críticas de Patrocínio à Câmara, e por isso, é considerado por historiadores, como grande aliado de Patrocínio.

Nessa época, Patrocínio não se limita a escrever, e lança-se ao ativismo. Também prepara e auxilia a fuga de escravos e coordena campanhas de angariação de fundos para adquirir alforrias. Depois de várias publicações, a Sociedade consegue algumas vitórias. Em 1884, ocorrem algumas abolições espontâneas em várias províncias do Brasil, como a do Ceará – onde os jangadeiros se recusaram coletivamente a continuar trazendo escravos do nordeste para o sudeste – e a do Amazonas. O governo reage e aprova a lei Saraiva-Cotegipe, em 28 de setembro de 1885.

Em 1887, funda e dirige um novo jornal, *A Cidade do Rio*. À frente dele intensifica ainda mais sua atuação política. Aqui fizeram escola alguns dos melhores nomes do jornalismo brasileiro da época, reunidos e incentivados pelo próprio Patrocínio. Foi nele que o jornalista presenciou, após uma década de militância, a abolição definitiva em 13 de Maio de 1888, pelas mãos da Princesa Isabel.

Boa parte dos historiadores brasileiros, como Boris Fausto, sempre associa leis e progressos para a abolição da escravidão aos efeitos da campanha abolicionista e os artigos nos jornais. Na análise, o nome de Patrocínio sempre é citado como um dos maiores responsáveis por mobilizar a opinião pública da época, o que enfatiza a importância do papel da imprensa nesse processo.

Apesar de declarado extinto, o trabalho escravo prosseguiu de forma ilegal e novas formas surgiram em diversas regiões: nas fazendas de café do Sudeste, vitimando também os imigrantes italianos e japoneses; nas plantações de algodão e açúcar do Nordeste; e mais tarde no extrativismo de borracha na Amazônia, lançando as bases para a tradição escravista contemporânea na região.

Até mesmo fora do Brasil, nos Estados Unidos, a imprensa levantou bandeiras abolicionistas e contribuiu de forma determinante para a erradicação da prática escravista. Naquela época, a abolição era um dos assuntos que mais causavam pesadelo aos políticos americanos. E também um dos temas mais controversos publicados nos jornais. A imprensa abolicionista americana nasceu com o jornal *The Emancipator*, de 1820. O veículo não media esforços para divulgar a questão, a despeito das ameaças à liberdade de imprensa impostas por lei:

Por causa da censura, muitos jornais abolicionistas tiveram a distribuição proibida, principalmente no Sul, que concentrava o maior reduto escravista. Em Boston, Nova Iorque e Cincinnati, editores eram agredidos, e as redações destruídas. Alguns eram cassados e outros até perderam a vida. (HODGES, G.R. 2000, p.2)

Um dos mais emblemáticos e lembrados jornalistas da época foi o editor afro-americano David Ruggles, que também escrevia para o *The Emancipator*. Ruggles é o protótipo dos ativistas-jornalistas daquele tempo. Durante seus 20 anos de carreira, ele publicou centenas de artigos e panfletos. Para o historiador e biógrafo da vida de Ruggles,

Graham Russell Hodges, professor de história da Universidade de Colgate, “o editor conseguiu fundir o jornalista engajado ao ativista” (2000, p.1). Segundo o professor, Ruggles acreditava que o jornalismo era ferramenta necessária para qualquer um que se opusesse à escravidão. O que deixou claro em alguns artigos no *Emancipator*. Para facilitar o acesso das notícias aos negros, o jornal custava apenas alguns centavos. “Ele convocou os afro-americanos a apoiarem o *The Emancipator* e outros jornais abolicionistas, porque acreditava que a imprensa era a arma mais efetiva contra a servidão da época”, afirma Hodges.

A história provaria, anos mais tardes, que ele estava certo. As publicações abolicionistas ganharam apoio de outros americanos e alertaram as pessoas sobre as injustiças e condições ilegais dos escravos. Menos de duas décadas depois, em 1865, era aprovada a 13ª Emenda, que proibia definitivamente a escravidão nos Estados Unidos. “Quando a lei foi aprovada, estes jornalistas perceberam o que eles tinham conseguido e muitos deles passaram a militar em outros assuntos na imprensa. Eles passaram a usar os jornais para expor as duras condições das minorias e as mudanças vieram por causa disso”, afirmou o historiador, que ainda hoje acredita que a imprensa pode exercer algum papel em temas sociais.

3.4 O papel da imprensa no Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo

O Plano Nacional de Combate ao Trabalho escravo deposita nas mãos da mídia, incluindo aqui a imprensa, três de suas 76 medidas de combate e repressão ao trabalho escravo. O que demonstra que o governo acredita no poder dos veículos de comunicação como forma de sensibilização da sociedade para o problema. Lançado em 12 de março de 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o plano traça metas objetivas para os anos de 2003 a 2006 para erradicação das práticas escravistas no país.

As metas estabelecidas têm como responsáveis diversos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de entidades da sociedade civil brasileira e a própria Organização Internacional do Trabalho. As tarefas dividem-se em ações gerais, melhoria na estrutura administrativa do Grupo de Fiscalização Móvel, melhoria na estrutura administrativa da ação policial, melhoria na estrutura administrativa do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho, metas específicas de promoção da cidadania e

combate à impunidade, metas específicas de conscientização, capacitação e sensibilização, que inclui o papel da imprensa no tema.

De acordo com as entidades da sociedade civil e do governo que atuam nessa área, as ações do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo que mais obtiveram êxito (do total de 76 previstas) foram as de sensibilização e conscientização.

As propostas para a conscientização são divididas em três frentes: a conscientização da opinião pública, a sensibilização dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para a necessidade da erradicação do trabalho escravo e a capacitação dos parceiros com o objetivo de aprimorar a repressão a esse crime. Entre as ações, destacam-se campanhas promovidas pela CPT e pela OIT.

Além de campanhas, há metas que prevêm o estímulo à divulgação do tema em jornais, revistas, rádio e TV como forma de sensibilização para o problema. Três delas tratam especificamente do assunto:

Quadro 1: O papel da imprensa no Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

Meta número 69 – *“Estimular a publicação em revistas especializadas e em meio eletrônico, de materiais relevantes sobre o tema”*

Meta número 70 – *“Divulgar o tema na mídia local, regional e nacional por intermédio de jornais, televisão, rádio, internet, revistas e qualquer outro meio de comunicação”*

Meta número 71 – *“Informar por intermédio da mídia local, regional e nacional os trabalhadores sobre seus direitos e sobre os riscos de se tornarem escravos”*

Como se vê, o Plano deposita na imprensa um papel importante na erradicação da prática. No curto prazo, os três objetivos foram executados e monitorados por alguns dos órgãos que fazem parte da Conatrae – alguns deles também responderam à pesquisa desta reportagem, entre eles: Ministério Público do Trabalho (MPT), Associação dos Juízes

Federais do Brasil (Ajufe), Associação Nacional de Magistrados do Trabalho (Anamatra) e CPT.

A missão das assessorias de comunicação e de imprensa destes órgãos foi inserir o tema na agenda da mídia nacional. Eles atingiram o objetivo, de acordo com os representantes dos órgãos que combatem o trabalho escravo, que consideram missões cumpridas a estimulação da publicação do tema e a divulgação do assunto na mídia local, regional e nacional (metas 69 e 70). A publicação de material especializado já virou atividade corriqueira do órgãos. MPT, MPF, OAB, Ajufe e Anamatra publicam também, em maior ou menor grau, dependendo da entidade, periódicos, sites e boletins sobre o tema.

Para a OIT, houve um aumento no interesse da mídia sobre trabalho escravo, o que tem garantido o cumprimento da meta de divulgação. De acordo com levantamento da OIT de 2004, o número de matérias sobre trabalho escravo só tem crescido desde 2001. Saltou de 77, em 2001, para 260, em 2002. Em 2003, registrou um aumento de quase seis vezes, com 1541 matérias publicadas. Estabilizando-se em 1518, em 2004. “Os resultados já são evidentes. Depois de uma ampla divulgação do tema na mídia, a realização de dois grandes e importantes eventos e uma consistente discussão sobre alterações legislativas, o trabalho escravo passou a ser considerado um dos principais temas na agenda nacional”, afirma a OIT Brasil em seu site, ao fazer o balanço dos feitos conseguidos com o Projeto de Combate ao Trabalho Escravo.

A Organização reforça ainda a função da mídia como força de sensibilização da sociedade. O que pode ser verificado pelo aumento das denúncias-crime contra acusados da prática de trabalho escravo em 2003, ano recorde da publicação de reportagens sobre o tema. Naquele ano, foram apresentadas mais denúncias do que em todos os dez anos anteriores. Não por acaso, o Ministério do Trabalho e Emprego nunca havia registrado um número tão grande de resgates de trabalhadores escravizados. “O envolvimento dos parceiros e a resposta da sociedade às notícias sobre o crime mostram que muito do que precisava ser feito tem sido tratado e realizado com a responsabilidade e a indignação que o assunto merece”, enfatiza a instituição em seu site.

Quanto à informação aos trabalhadores, há ainda algum trabalho pela frente. Mas as ações já realizadas têm surtido efeito. Em 2004, começaram a ser veiculados em rádios de todo o país, *spots* da Organização Internacional do Trabalho com linguagem e formato

acessível aos trabalhadores rurais a fim de alertá-los dos riscos do aliciamento e do trabalho escravo. Com a Campanha Nacional contra o Trabalho Escravo “De olho vivo para não virar escravo”, a CPT também tenta informar a população mais vulnerável ao aliciamento.

É difícil mensurar, mas a presença constante de cenas de libertação de trabalhadores por parte das grandes redes de televisão tem ajudado esta campanha, segundo as próprias organizações e movimentos sociais. Vale lembrar que a *Rede Globo* – que desde 1999 fala sobre o combate ao trabalho escravo no Sul do Pará através de seu repórter de rede, Jonas Campos, atinge quase a totalidade do território nacional. Em um país onde 13,6% da população é analfabeta, grupo formado também pelas camadas mais pobres, a televisão e o rádio são os principais canais para alcançar os peões, que podem se tornar presa fácil de aliciadores. Outro veículo importante para difusão dessas informações tem sido a *Rádio Nacional da Amazônia*, pertencente à *Radiobrás*, empresa estatal de comunicação do governo federal.

3.5 A evolução do tema na mídia

A mídia não é por excelência, um campo de mediação do social. Ao contrário, somente quando o social se reveste de fato noticioso é que estará presente na imprensa. Portanto, “nem todos fatos sociais, são necessariamente fatos jornalísticos”, afirma o autor Adriano Duarte Rodrigues, da Universidade Nova Lisboa. De maneira acentuada, o espaço público não está aberto às classes mais pobres, a não ser quando essas se vêm em meio a acidentes, assassinatos e elevado número de mortes (SILVA, 2004a, p. 17)

Dentro do pacote que engloba as questões sociais, o trabalho escravo também não escapa a essa dificuldade de inserção de notícias na imprensa. Porém, o aumento já mencionado do número de matérias sobre o tema mostra que a mídia tem aberto algumas brechas e portas para a “senzala”. Mas isso não é obra do acaso. A inserção deste assunto, principalmente na grande imprensa, dependeu muito de uma militância anterior constante empreendida por organizações que tradicionalmente lutam pela causa, como é o caso da CPT.

Desde as primeiras denúncias de formas contemporâneas de escravidão no Brasil, em 1971, até hoje, a CPT procurou abastecer a mídia de pautas sobre denúncias de fazendeiros escravistas e sobre a situação precária dos trabalhadores.

A esta estratégia de pautar a imprensa com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública sobre determinado problema os americanos dão o nome de *media advocacy*. O termo surgiu depois que algumas organizações não-governamentais americanas em defesa da saúde pública perceberam que inserir notinhas nos jornais sobre problemas na rede de saúde chamava muito mais a atenção da opinião pública que reuniões com representantes do governo ou debates.

Media advocacy, que ainda não encontrou uma tradução para o português, nada mais é que “a estratégia de utilizar os meios de comunicação de massa para alavancar iniciativas de políticas públicas ou sociais”. (WALLACK; DORFMAN, 1996) O objetivo, segundo os autores Lawrence Wallack e Lori Dorfman, é trabalhar junto com os veículos para gerar pressão social e mudanças. Não se trata de lobby. A diferença entre as duas práticas está na pluralidade das causas defendidas.

A *advocacy*, neste caso, está ligada a causas que beneficiam uma coletividade ou um segmento amplo da sociedade, enquanto que as ações dos lobistas visam benefícios, lucros e retornos particularizados (SILVA, 2004b, p. 11)

É como se os assuntos de interesse fossem selecionados e apurados de forma parcial e de acordo com a visão das organizações. E depois embalados e entregues aos veículos num formato noticioso e atrativo à imprensa. Em outras palavras, advogar a favor de uma causa por meio da mídia é incentivar que o assunto entre na pauta com a ajuda da produção de notícias. Quanto mais atrativas à imprensa e revestidas de valor de notícia, maiores são as chances de publicação.

Segundo Wallack e Dorfman, o objetivo final é sempre chamar a atenção da opinião pública para uma causa. Exemplo dessa estratégia levado às últimas conseqüências são as ações do Greenpeace, ONG ambientalista que produz factóides para virar notícia e ganhar espaço na imprensa. É uma tentativa de alargar a moldura das notícias apresentadas no debate público. Nos Estados Unidos, existem vários manuais de *media advocacy* sobre as melhores maneiras de utilizar a mídia a favor do ativismo. A maioria deles apresenta

ferramentas semelhantes às empregadas pela maioria das assessorias de imprensa: convocação de coletivas, envio de releases, organização de eventos e debates. Tudo para estimular uma nova cobertura, sobre um ponto de vista diferente, de um assunto.

Mas as semelhanças entre *media advocacy* e assessorias de imprensa acabam no formato. Diferentemente da comunicação corporativa, por exemplo, a estratégia de utilizar a mídia como aliada na defesa de uma causa está mais relacionada ao ativismo, uma vez que este está mais centrada em resultados e mudanças, que nos lucros da organização:

Media advocacy conta a história ou divulga a notícia sob a perspectiva de quem advoga em favor de alguma causa. Está preocupado com justiça social, participação e empoderamento dos cidadãos, distanciando-se, assim, de outras ações e estratégias midiáticas ou de marketing. (WALLACK; DORFMAN, 1996)

Preocupações e objetivos como esses motivavam a atuação da CPT junto aos veículos de comunicação no início da década de 70. A entidade foi uma das pioneiras nas denúncias sistemáticas, contínuas, alicerçadas em provas contundentes. No início, isolada, a CPT parecia falar para pedras. Mas, aos poucos, a partir de 1990, outras organizações abraçaram a causa e, uma década depois, o número de organizações e pessoas preocupadas e trabalhando pela erradicação do trabalho escravo cresceu significativamente. Hoje, o assunto faz parte da pauta do governo e da própria imprensa.

É o que relata o antropólogo e frei Ricardo Rezende, que trabalhou durante 20 anos na Diocese de Conceição do Araguaia e, nesse período, foi membro da Comissão Pastoral da Terra. A organização começou a ensaiar alguma atuação junto à imprensa em 1971, quando as primeiras denúncias foram feitas pelo bispo católico de São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Casaldáliga, defensor dos direitos humanos na Amazônia. Na época, ele divulgou o documento “Feudalismo e Escravidão no Norte do Mato Grosso”, que denunciava a ocorrência sistemática de escravidão por dívida. Por conta de suas pregações em favor da reforma agrária e dos humildes, incomodou fazendeiros, o governo militar e até a Santa Sé. Também recebeu diversas ameaças de morte.

“Desde 77, a CPT faz este trabalho de pautar a imprensa. Mas começou mais sistematicamente em 83, numa prática contínua”, diz Rezende. Como não tinham pernas

para acompanhar as ações e fazer flagrantes, começaram a arquivar informações sobre o tema.

Na década de 80, um caso específico chamou a atenção da imprensa internacional: a existência de escravidão na fazenda do Vale Rio Cristalino, pertencente à montadora Volkswagen e localizada no sul do Pará. Com base em depoimentos de peões que haviam conseguido fugir a pé da propriedade, a CPT organizou uma coletiva para expor as denúncias. Toda a mídia compareceu, mas a notícia chamou mais a atenção da imprensa internacional, que divulgou algumas matérias sobre o assunto.

Na nacional, no entanto, o máximo que as denúncias renderam foi uma notinha no *Jornal O Globo*. Uma ou outra matéria aparecia na *Folha de S. Paulo* ou no *Estado de S. Paulo*, mas nunca revelavam o nome do proprietário da fazenda que explorava a prática. Além disso, eufemismos para caracterizar trabalho escravo eram frequentes: situação análoga à escravidão, trabalho forçado, trabalho degradante, exploração do trabalho. As expressões eram estratégias, segundo o antropólogo, para minimizar o problema e evitar bater de frente com os interesses dos grandes grupos.

Para Rezende, o pouco interesse da mídia no assunto tinha uma explicação econômica. Era década de 70 e o Brasil estava mergulhado na ditadura militar. Ocupar a Amazônia era questão de ordem para o governo brasileiro. Por meio da hoje extinta Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), a ditadura concedia poderosos incentivos fiscais a grandes grupos empresariais, que desmatavam a região e abriam pastagens com a escravização dos operários. Fortunas em dinheiro público foram drenadas. E grandes extensões de floresta, destruídas para criar pastos e plantações.

Além disso, esses grupos, não raro, tinham participação em ações de veículos de comunicação ou eram responsáveis por aportes vultosos em publicidade. Para esses veículos, divulgar as denúncias era como um tiro no pé e uma afronta aos próprios interesses. Por isso, na época, o assunto ganhava mais espaço, ainda que pequeno, em jornais alternativos de esquerda ou de sindicatos, segundo Rezende.

Pela mesma razão, as ações de *media advocacy* surtiam mais efeito no exterior que dentro do país. “A imprensa estrangeira nos procurava, e a brasileira ia atrás da estrangeira. Mais que uma censura de imprensa por causa da ditadura, o que havia era uma ditadura econômica”, resume Rezende, que diz ter recebido, na época, inúmeros pedidos de

informações do exterior, sobretudo no período de 1994 a 2002. A imprensa internacional despertou o interesse da brasileira. Só depois que o tema já estava bem consolidado nos grandes veículos nacionais foi que os jornais regionais, principalmente os da região Norte, passam a comentar e a dar espaço às denúncias.

Mesmo assim, o trabalho da CPT continuava e enfrentava as costumeiras resistências dos grupos de comunicação. No final da ditadura, em 1985, o tema voltou à pauta depois que o ministério da reforma agrária lançou um relatório sobre o assunto. Em 91, a notícia do assassinato do trabalhador rural Francisco de Assis Ferreira, no Maranhão ganhou repercussão na mídia e em Brasília. Foi criado na capital, um fórum nacional para discutir a violência no campo, reunindo representantes de diversos ministérios e instituições. “Freqüentemente, o tema do trabalho escravo era tratado nos debates, o que fazia com que, pouco a pouco, a imprensa também tomasse conhecimento do fato. Em nenhum país do mundo havia tanta discussão como no Brasil”, diz Rezende, que em 1992 chegou a levar à Organização dos Estados Americanos (OEA) algumas denúncias de trabalhadores escravizados. O ano foi marcado pela ECO 92, que coroou as pressões do movimento ecológico, obrigando o Banco Mundial a não mais liberar recursos para a devastação da floresta. Depois que o governo retirou os subsídios, é claro que os empresários também sumiram das terras e deixaram de explorar e desmatar. “A partir daí, começamos a organizar dezenas de seminários e comissões pela erradicação da escravidão. Isso atraiu a atenção dos veículos e gerou pautas”, lembra o frei.

Só a partir de 1993 o problema entrou de fato na agenda nacional, depois de denúncias da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de sindicatos, da OIT, da ONU e de outras instituições. Mas os veículos só começaram a ceder espaço, de fato, à questão depois do reconhecimento da existência de escravidão contemporânea por parte do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 95, e da criação da Gertraf. A atuação desse grupo alimentava os jornais com notícias sobre libertação dos trabalhadores escravos, o que reforça a tese de Rezende de que a imprensa brasileira só começa a se interessar de fato pelo problema quando o governo se envolve com ele. Isso sustenta, de certa forma, as críticas à cultura oficialista da mídia, acostumada a se pautar por discursos e atos do “andar de cima”, expressão muito usada pelo colunista Elio Gaspari.

A entrada de uma organização internacional como a OIT no combate também gerou pautas e alimentou o banco de notícias para as ações de *media advocacy*. A credibilidade de organizações estrangeiras extra-governamentais, como a OIT, fez a imprensa deixar de duvidar das denúncias, relatórios e informações, o que incentivou o interesse dos jornalistas pelo problema, segundo o antropólogo.

A questão estourou nas páginas dos jornais e na TV com governo Lula, que priorizava o combate à prática, e o Plano Nacional. “Hoje o crime é tratado até em programas como o Carga Pesada, da *Globo*”, diz o doutor em antropologia. Como a mídia cobre as ações dos Ministérios e alguns deles trabalham contra o problema, o trabalho escravo ocupou, por tabela, as páginas dos jornais. À medida que mais pessoas entram no debate, a imprensa se sente mais atraída. “É como um ciclo virtuoso: quando a mídia fala, dá visibilidade e incentiva a sociedade a descobrir e participar dos debates. A discussão, por sua vez, é chamariz para os veículos”, ressalta Rezende. Ele acredita que, sem ela, seria muito difícil conseguir força suficiente para pressionar os empresários envolvidos no esquema.

O papel do jornalismo, nesse caso, é criar desconforto nas empresas por meio das denúncias. “Nesta onda de responsabilidade social, omitir-se diante de uma denúncia de trabalho escravo é fatal para a imagem de grupos empresariais”, diz. Segundo ele, é por este motivo que, hoje, as estratégias de *media advocacy* encontram muito mais interlocutores e terreno fértil que no passado.

Hoje, além da CPT, outras instituições alimentam diária e constantemente a imprensa com notícias, denúncias e ações que merecem ser divulgadas. Aliás, a mídia está hoje muito melhor alimentada que no início do trabalho pioneiro da CPT, que continua referência sobre o tema tanto para a imprensa nacional quanto a internacional. “Procuramos utilizar a mídia como instrumento de denúncia e cobrança”, resume a socióloga Ana de Souza Pinto, a Aninha, representante da CPT Regional de Xinguara (PA). Ela fala com o conhecimento de causa de quem atuou por nove anos ao lado de Dom Pedro Casaldáliga e dos agentes de pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia na briga para inserir um centímetro de página sobre denúncias das condições de vida da população daquela região. Sua atuação lhe rendeu inclusive o Prêmio Nacional dos Direitos Humanos no ano passado.

Das onze organizações ouvidas na pesquisa, todas disseram desenvolver algum tipo de trabalho com os jornalistas através de suas assessorias de comunicação. Alguns vêm nesse trabalho de *media advocacy* um dos motivos para o aumento do número de reportagens observado no estudo da OIT. “Cada vez mais os órgãos atuantes deixam transparecer e divulgar suas ações, como uma prestação de contas à sociedade. Isso certamente se reflete no maior espaço dado ao assunto nos jornais”, lembra Luís Antônio Camargo, subprocurador Geral do Trabalho e coordenador da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Na Subsecretaria de Direitos Humanos da Presidência da República², notas sobre direitos humanos na imprensa são comemoradas pela assessoria de imprensa. “Trabalhamos para inserir temas de direitos humanos na agenda da imprensa. A efetivação dos direitos fundamentais é uma disputa que travamos todos os dias com a opinião pública e o papel da imprensa é fundamental nesse debate”, afirma Mário Mamede, subsecretário da SDH. Hoje, segundo ele, há questões sendo tratadas que até pouco tempo não tinham tanta força. Exemplo disso é a exploração sexual de crianças e o próprio trabalho escravo.

Por meio das assessorias de comunicação, os órgãos noticiam ações e evoluções do próprio trabalho. O Ministério do Trabalho e Emprego elabora matérias sobre libertações realizadas pelo Grupo de Fiscalização Móvel e sobre denúncias de fazendas envolvidas com a exploração. Já a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), concentra seus esforços na divulgação de precedentes judiciais, mesmo aqueles desfavoráveis à erradicação do trabalho escravo no Brasil. Ao serem publicados, esses casos acabam por gerar pressão social sobre os tribunais. “Pressionados, os juizes acabam optando, na maioria das vezes, pelas decisões e entendimentos mais progressistas e a favor das práticas erradicantes. Isso tem contribuído decisivamente para aumentar a atuação do Estado contra a escravidão contemporânea”, explica Jorge Vieira, membro da Anamatra e autor da primeira condenação milionária na Justiça do Trabalho do país contra um fazendeiro que explorava trabalho escravo.

² Medida de 21 de julho de 2005 subordinou a antiga Secretaria Especial de Direitos Humanos à Secretaria-Geral da República. Antes subordinada diretamente à presidência, o secretário tinha status de ministro. Hoje, ele passou a ser subsecretário. A medida provocou indignação de alguns movimentos sociais.

Embora mais aberta ao tema, a imprensa ainda hoje oferece pouco espaço ao assunto. Não mais devido ao medo de ferir os interesses de grandes grupos envolvidos com a questão, como no passado, mas por causa de uma resistência intrínseca ao jornalismo.

É um paradoxo, mas a mídia repele, em primeira instância, a oferta de ‘fatos’ institucionalizados, ou seja, a oferta de ‘notícias’ advindas de matrizes institucionais (assessorias de comunicação ou assessorias de imprensa). Todos os segmentos da vida pública (Estado, Governo, Mercado e Sociedade) produzem ‘fatos’ e ‘notícias’ de interesse público, mas somente uma pequena parcela destes será contemplada pela mídia e hierarquizada na apresentação dos mesmos. (SILVA, 2004a, p.6)

Ou seja, nem sempre uma questão de interesse público, como o trabalho escravo, encontra melhor terreno nos veículos de comunicação.

Além de divulgar notícias e informações sobre o tema, algumas organizações como a OIT trabalham também para conscientizar os jornalistas sobre a importância de conquistarem espaços nas redações para a divulgação deste crime. No ano passado, com a ajuda da ONG *Repórter Brasil*, a OIT realizou dois seminários para jornalistas, em Brasília e em São Paulo, reunindo cerca de 200 profissionais nas duas cidades. Para Luiz Martins da Silva, da UnB, a imprensa se torna mais permeável aos temas sociais quando estímulos como esses partem de órgãos do governo, organismos internacionais e ONGs que alimentam as redações com *press-releases* e intermediam contatos com as fontes e eventos.

Segundo Luiz Martins da Silva, um dos únicos estudiosos de *civic journalism* ou de jornalismo público no Brasil, uma das características desta nova forma de atuação é esse agendamento da imprensa por parte do terceiro setor.

Acreditamos, em relação a esse contexto brasileiro, que numerosas organizações não-governamentais também praticam o jornalismo público. Torna-se fácil, portanto, distinguir um certo jornalismo lobista de interesses privados com a produção sistemática de informações (jornalísticas) no âmbito de ações de *advocacy*: a defesa e a mobilização social em função de causas nitidamente sociais e/ou públicas, por exemplo, a campanha de combate ao trabalho infantil e, dentro dela, ao trabalho infantil doméstico. (SILVA, 2004b, p.11)

Para compreender e aprofundar os resultados das ações dos veículos e as contribuições da divulgação do tema na erradicação do trabalho escravo, convidamos onze grandes instituições governamentais e não-governamentais a responder a uma pesquisa em que questionamos as contribuições da imprensa para a erradicação deste crime.

4 A pesquisa

Marinalva Dantas já completou mais de uma década na luta contra o trabalho escravo nas fazendas brasileiras. Coordenadora de um dos Grupos de Fiscalização Móvel do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho, sua principal missão é apurar denúncias de exploração do trabalho, enfrentar a resistência dos grandes proprietários e libertar os trabalhadores das condições degradantes a que são submetidos.

No início da profissão, nos idos de 1995, fazer parte da equipe do Grupo de Fiscalização Móvel era tarefa para quem estava disposto a correr riscos. Os agentes da equipe de Marinalva enfrentavam todo tipo de ameaças por parte dos fazendeiros. Como se não bastasse, eles eram ainda tachados de violentos, arbitrários e fantasiosos pelos colegas do Ministério do Trabalho e Emprego. Até os juízes do Trabalho compartilhavam da mesma opinião. “Autos de infração lavrados contra os fazendeiros eram tidos como exageros e invencionices”, lembra Marinalva.

Essa situação só mudou, segundo ela, depois que o tema tornou-se mais recorrente na imprensa. A forma como os jornalistas passaram a descrever as rotinas das equipes móveis, sua atuação, efeitos imediatos das ações e resultados, levaram a opinião pública a não mais hostilizar o grupo. Eles passaram, então, a serem vistos como agentes da sociedade e não do marketing social do governo. “A imprensa deu credibilidade ao que nós atestamos, mostrando as fotos e os fatos. De certa forma, também nos deu segurança. Onde há imprensa as pessoas ficam mais receosas de ameaçar de alguma forma a equipe”, afirma a coordenadora do Grupo de Fiscalização Móvel.

A influência da imprensa no trabalho de Marinalva é apenas um dos exemplos citados pelos principais órgãos de combate ao trabalho no Brasil quando perguntados sobre o papel do chamado “quarto poder” nessa luta. Na tentativa de entender as contribuições da mídia, nada melhor que perguntar aos agentes que encampam diariamente ações para inibir

este mal. E, mais que isso, que têm o poder de modificar junto aos órgãos públicos a situação de afronta aos direitos humanos encontrada nas fazendas e nos centros urbanos do país.

Durante a pesquisa, convidamos dezessete representantes de grandes instituições³ governamentais e não-governamentais que combatem o trabalho escravo no Brasil a responder uma pesquisa padrão. Destes, doze deles atenderam à solicitação, representando onze⁴ entidades ou instituições. Todos eles integram a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e desenvolvem ações para sensibilizar a sociedade em torno do tema:

- Ana de Souza Pinto, da regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Xinguara (PA)
- Carlos Kaipper, assessor jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e representante do Ministério na Conatrae
- Cláudia Brito, agente aposentada do Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- Jorge Antonio Maurique, presidente da Associação de Juízes Federais do Brasil (Ajufe)
- Jorge Vieira, juiz do trabalho na região de Parauapebas (PA) e diretor da Associação de Magistrados do Trabalho (Amatra) da 8ª região, Pará, subordinada à Associação Nacional de Magistrados do Trabalho (Anamatra)
- Luís Antônio Camargo, subprocurador Geral do Trabalho e coordenador da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho (MPT)
- Mário Mamede, subsecretário da Subsecretaria de Direitos Humanos do governo federal (SDH)
- Marinalva Dantas, coordenadora de um dos sete Grupos de Fiscalização Móvel do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego

³ Não responderam: Procuradoria Geral do Trabalho, Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, Delegacias Regionais do Trabalho do Maranhão e do Mato Grosso e CPT regional Mato Grosso.

⁴ Subordinados, respectivamente, ao Ministério do Trabalho e Emprego e à sede nacional da CPT, o Grupo de Fiscalização Móvel e a CPT regional Xinguara (PA) foram considerados instituições diferentes devido ao trabalho específico de seus representantes nas regiões de aliciamento.

- Maurício Mirra, coordenador de políticas públicas do Instituto Ethos
- Patrícia Audi, coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil
- Ruth Beatriz Vasconcelos Vilela, coordenadora Nacional do Grupo Especial de Fiscalização Móvel e Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- Xavier Plassat, coordenador nacional da Campanha contra o Trabalho Escravo “De olho aberto para não virar escravo”, da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Os representantes das entidades responderam de que forma a imprensa havia influenciado o cotidiano de cada um deles na luta contra o trabalho escravo. Também questionamos quais foram os jornalistas, colunistas, reportagens, coberturas e veículos que mais tinham contribuído para o tema desde 1995 até os dias de hoje e por quê. O ano de 95 marca o reconhecimento do problema pelo governo Fernando Henrique Cardoso e o começo do monitoramento da OIT sobre o número de reportagens sobre o assunto. Foi considerado todo tipo de suporte: rádio, TV, revista, site e jornal impresso.

O questionário completo para avaliação está no Anexo I. Cada instituição, poderia elencar um(a) ou mais coberturas, reportagens, jornalistas, articulistas e veículos. Mas a análise limitou-se sempre aos cinco mais lembrados. A pesquisa foi realizada entre os dias 6 de agosto e 22 de setembro de 2005.

Embora tenham enfrentado dificuldades em mensurar as repercussões e resultados das matérias divulgadas na imprensa, todos concordaram num ponto: a mídia contribuiu ao menos para a maior sensibilização da sociedade diante do problema e para pressionar o poder público a empreender ações para o combate desta prática. Os principais consensos e resultados da pesquisa são apresentados a seguir.

4.1 Panorama dos veículos, jornalistas, colunistas e reportagens mais determinantes para o combate à prática no Brasil

Cobertura

As coberturas mais citadas são as publicadas pela *Agência Carta Maior* (internet), *Rede Globo* (televisão), *Folha de S. Paulo* e *O Globo* (impressos). Cada um destes veículos

foi citado por cinco instituições. Eles são seguidos de perto por dois grandes jornais impressos: *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, lembrados por quatro instituições.

Reportagem

As mais lembradas e comentadas foram também as que aprofundaram a investigação e não se limitaram ao relato puro e simples de denúncias e de libertações pelo Grupo de Fiscalização Móvel. Três das cinco mais citadas são ganhadoras de prêmios de jornalismo. Duas foram publicadas em impressos e uma em TV. Os links para acessar as matérias na íntegra estão no Anexo III.⁵

- A reportagem “Trabalho Escravo”, do repórter especial Marcelo Canellas, da *TV Globo*, foi matéria de capa do *Fantástico* em outubro de 2001. Com a pergunta inicial: “Quem disse que não existe escravidão no Brasil?”, retrata a fiscalização e libertação de trabalhadores da Fazenda Estrela de Alagoas, no Pará. Além de mostrar as condições de vida das pessoas, procura entender por que um trabalhador se torna escravo, abarcando desde o processo de aliciamento até a libertação. Em 2002, a reportagem venceu o Prêmio Embratel de Jornalismo, na categoria televisão.
- Publicada no jornal *O Paraense*, a série de reportagens “A impunidade dos senhores de escravos”, do jornalista Ronaldo Brasiliense, editor do jornal, levou para casa o Prêmio Esso de Jornalismo em 2003, na categoria Regional Norte. Mais que relatar a situação dos trabalhadores libertados pelo Grupo de Fiscalização Móvel, a matéria explica porque a prática permanece impune entre os fazendeiros.
- “Agronegócios e pecuária de ponta usam trabalho escravo”. A revelação foi título da matéria de capa da *Folha de S. Paulo* de 18 de julho de 2004. Era a primeira vez que a imprensa se aventurava a traçar um perfil dos envolvidos na cadeia produtiva do trabalho escravo. A reportagem conseguiu mostrar, a partir de um levantamento de informações inéditas e do trabalho de campo no sul do Pará, que mesmo a agricultura e

⁵ Todas as matérias podem ser acessadas, na íntegra, por meio dos links para os sites da internet. Eles estão disponibilizados no Anexo III. Optei pelos links porque as reportagens são todas muito extensas.

a pecuária mais avançadas, voltadas para a industrialização e a exportação, se beneficiam dessa aberração. A repórter especial Elvira Lobato fundamentou a matéria em levantamento próprio com base em 237 relatórios de fiscalizações do Ministério do Trabalho realizadas em 2000 e 2003. Para completar a apuração, visitou os municípios de Marabá, Xinguara, Curionópolis e Redenção, no sul do Pará, considerada uma área endêmica de trabalho escravo. Lá, entrevistou empreiteiros de mão-de-obra rural, trabalhadores nômades resgatados pelos fiscais do governo, dirigentes sindicais, lideranças religiosas e prefeitos. Ouviu ainda empresários e fazendeiros acusados de explorar o trabalho escravo. A reportagem ganhou o Prêmio Folha de Jornalismo em 2004.

- A matéria “Nova Escravidão, trabalhadores viram dívidas na Amazônia Brasileira”, do jornalista Leonardo Sakamoto foi considerada um dos marcos das reportagens sobre o assunto. Publicada na *Revista Problemas Brasileiros* de nº 350 – março/abril 2002, a matéria, de capa, contém nove páginas, e ganhou destaque no editorial. Até então, nenhum veículo de comunicação tinha abordado o tema de forma tão profunda, elucidativa e com tamanho destaque.
- Capa de junho de 2004 do *Observatório Social em revista*, a matéria “Escravos do aço” é quase um dossiê sobre o trabalho forçado nas carvoarias, que fornecem matéria prima para importantes siderúrgicas nacionais. A matéria revela que o mercado de ferro-gusa, que movimenta US\$ 400 milhões anuais, tem focos de trabalho escravo em sua cadeia produtiva. Os autores, Dauro Veras e Marques Casara, chegaram aos números depois de se debruçarem sobre relatórios de fiscalização do Ministério Público do Trabalho.

Para Marinalva Dantas, o tema começou a se tornar mais visível a partir de 2001, quando as reportagens da *Revista Problemas Brasileiros* de Leonardo Sakamoto e do jornalista Marcelo Canellas escancaram o problema. “Isso propiciou uma nova consciência sobre o crime, que até então era ridicularizado pelas autoridades que decidiam a respeito das punições. O grande público e até alguns jornalistas não acreditavam que o Brasil ainda pudesse abrigar escravos”, lembra ela.

Jornalistas

Os repórteres que mais ajudaram na divulgação das bandeiras das instituições pesquisadas dividem-se em dois times: cobrem o tema com frequência ou publicaram matérias aprofundadas sobre o assunto. Do primeiro grupo fazem parte o jornalista Leonardo Sakamoto, citado por oito dos onze órgãos, o repórter Jonas Campos, *da Rede Globo*, e Evandro Eboli, de *O Globo*. Os três praticamente viraram “setoristas” do assunto. Sakamoto é um dos diretores da ONG de comunicação *Repórter Brasil*, voltada para a publicação de matérias e outras ações para a erradicação do trabalho escravo. Jonas já cobriu mais de 40 fiscalizações e libertações do Grupo de Fiscalização Móvel no Pará. Já Eboli, da editoria de Sociedade de *O Globo*, coleciona matérias sobre o assunto. Embora não cubram o tema com tanta frequência, os outros três citados produziram reportagens em importantes jornais brasileiros que se destacaram pela análise e pelo aprofundamento. É o caso de Elvira Lobato, com sua matéria sobre o agronegócio que ganhou o Prêmio Folha de Jornalismo, de Ricardo Mendonça, com a cadeia produtiva, e de Marcelo Canellas, com a matéria “Trabalho Escravo”, capa do *Fantástico* em 2001. Mais adiante, no capítulo 6, trataremos de analisar o trabalho de cada um deles de forma mais aprofundada.

Colunistas

Os que mais chamaram a atenção da opinião pública para o tema foram a colunista econômica Miriam Leitão, que assina a coluna “Panorama Econômico” do jornal *O Globo*, Ricardo Boechat, do *Jornal do Brasil*, e Elio Gaspari, que publica suas colunas dominicais em *O Globo* e na *Folha de S. Paulo*. Especializada em economia, Miriam trata a questão do trabalho escravo com viés econômico, baseando seus artigos em informações referentes à cadeia produtiva. Só em 2005, ano da divulgação do estudo da OIT sobre a cadeia, Miriam voltou ao tema mais de quatro vezes. Normalmente costuma, inclusive, dar voz a instituições de combate à prática, como a OIT. Desmatamento atrelado à exploração do trabalho humano, lançamento do estudo sobre a cadeia produtiva foram temas frequentes. Mais recentemente, em 28 de outubro deste ano, aproveitou a celeuma em torno dos casos

de febre aftosa para alertar a opinião pública de que os grandes pecuaristas exportadores de carne também utilizavam mão-de-obra escrava nas fazendas.

Boechat costuma publicar algumas notas mais quentes sobre o tema, mas também foi um dos primeiros a denunciar, em 2003, que juizes e representantes de organizações não-governamentais estavam sendo ameaçados de morte. Já Gaspari tocou no tema em duas de suas colunas, uma em 2002, para falar das acusações contra o deputado Inocêncio de Oliveira, que supostamente empregava mão-de-obra escrava em sua fazenda Caraíbas. E outra vez em 2004, para divulgar o lançamento e recomendar a tese de doutorado do padre Ricardo Rezende, que deu origem ao livro “Pisando fora da própria sombra, a escravidão por dívidas no Brasil”. Com poder opinativo, os artigos destes colunistas costumam ser eficazes para convencer os representantes do poder executivo. “O problema é que poucos articulistas tocam no assunto e, quando o fazem, não é de forma recorrente”, afirma Carlos Kaipper, do MDA.

Veículos

Na avaliação das instituições pesquisadas, a mídia impressa é a que mais tem dedicado espaço ao assunto. Os grandes jornais como *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Correio Braziliense* lideram as lembranças. Não por acaso, estes foram os veículos que deram suporte às reportagens mais citadas.

Na internet, veículos como a *Agência Carta Maior* (www.agenciartamaior.com.br) e *Repórter Brasil* (www.reporterbrasil.org.br) também receberam destaque. A primeira, sobretudo, pelo dossiê sobre trabalho escravo, com mais de uma centena de matérias, disponibilizado permanentemente para consulta no site. A cobertura rendeu à Agência o Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo de 2005. A *Repórter Brasil*, pela alta frequência e especialização na cobertura do problema. Esses foram também os veículos que costumam cobrir o tema de forma mais sistemática e cujas repercussões mais contribuíram com a atividade das instituições. Isso porque a linha editorial de ambos está afinada com a luta contra essa forma de afronta aos direitos humanos. A *Repórter Brasil*, por exemplo, é uma mistura entre ONG e agência de notícias sobre o trabalho escravo. A mistura entre ativismo e informação num mesmo veículo era algo até então impensado no jornalismo clássico. Pela importância da ação desses dois veículos e pela

forma diferenciada de atuação, o capítulo 7 é dedicado a mostrar suas contribuições para a erradicação da prática no Brasil.

O papel da *TV Globo* também foi importante. Menos devido à matéria de Canelas no Fantástico e mais pelo acompanhamento diário do repórter Jonas Campos. Ele relata ao longo deste trabalho que “não foram raras as vezes que conseguia inserir notícias no *Jornal Nacional* sobre libertações ou situação dos trabalhadores do Pará”. Os veículos citados aparecem também no levantamento realizado pela CPT sobre o aparecimento do tema na mídia entre janeiro de 2002 a julho de 2005. Neste período, 915 matérias sobre trabalho escravo foram publicadas (veja a tabela 3). A contagem não tem a pretensão de abarcar toda e qualquer nota publicada, mas fornece um bom retrato dos veículos que cobrem o tema com frequência. O predomínio da mídia impressa fica claro na tabela abaixo.

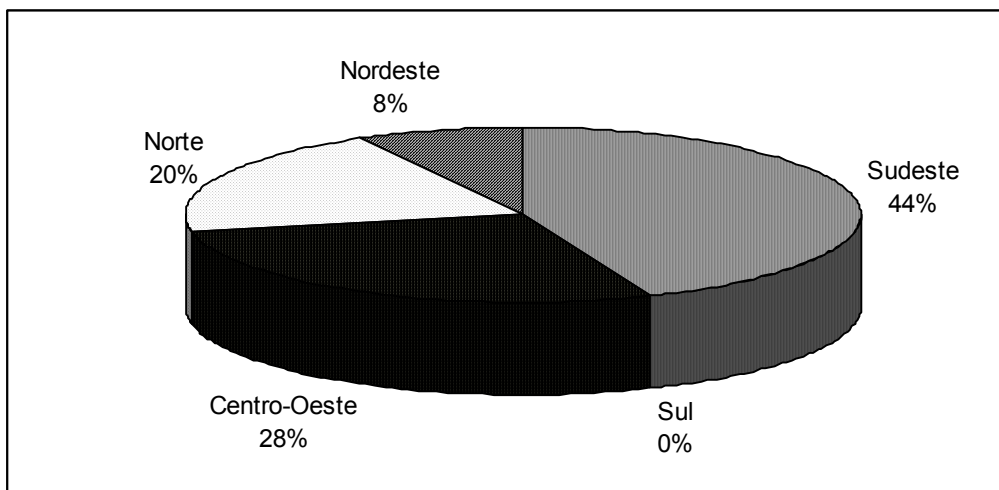
O quadro mostra que o aparecimento do tema está concentrado nos veículos de comunicação dos grandes centros do país e no Sudeste (Gráfico 1), com 44% das matérias. A exceção é feita ao jornal *O Liberal*, segundo no ranking de artigos publicados. Jornal de circulação diária em Belém (PA), *O Liberal* faz parte do grupo “O Liberal”, que além de jornais, possui também uma emissora de TV afiliada da *Rede Globo*. Embora tenha dado espaço ao assunto, o jornal toca no tema sempre com base em algum gancho quente. Denúncias e libertações são frequentes em suas páginas. Aliás, a maioria das matérias publicadas em diários da região do Pará, endêmica de trabalho escravo, como o *Correio do Tocantins*, *Opinião* e *Folha de Carajás* precisam de algum fato novo ou gancho quente para o tema. E, quando o fazem, isso dificilmente acontece de forma aprofundada. Um dos motivos é o vínculo desses veículos com poderosos locais. A exceção é a série de reportagens do jornal *O Paraense* ganhadora do Prêmio Esso de Jornalismo em 2003.

Tabela 3: Número de matérias sobre trabalho escravo por veículo*(de janeiro de 2002 a 15 julho de 2005)*

Folha de S. Paulo (site + diário)	72
O Liberal (site + diário)	64
O Globo (site + diário)	61
Jornal do Brasil	48
Correio Braziliense	38
Jornal do Tocantins	37
O Estado de SP (diário + site on line + ag.Estado)	30
Agência Carta Maior	27
Opinião	23
Diário do Pará	14
Repórter Brasil	12
Folha de Carajás	10
O Dia (RJ)	10
Agência Brasil	9
Correio do Tocantins	9
Gazeta do MT	9
TV Globo	9
Gazeta Mercantil	7
Radiobrás	7
Le Monde Diplomatique	6
Meio Norte PI	6
A Tarde	5
Revista Carta Capital	4
Diário de Cuiabá	4
Revista IstoÉ	4
Jornal do Comércio de Recife (PE)	4
Outros veículos (com frequência de até três reportagens) e matérias de fonte não registrada	385

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Gráfico 1: Veículos que mais cobrem o tema divididos por região



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Apesar da supremacia da mídia impressa sobre as demais, o veículo com a maior capacidade para sensibilizar e chocar a opinião pública diante deste problema continua sendo a televisão, para metade dos representantes ouvidos. Pelo número de pessoas que atinge, pela diversidade do público e pelo poder da imagem, capaz de chocar os telespectadores. “O jornal escrito tem pouquíssima difusão ou repercussão limitada a grandes cidades. Não atinge os trabalhadores no campo”, afirma frei Xavier Plassat, coordenador nacional da CPT e um dos maiores especialistas no assunto. Para Carlos Kaipper, consultor jurídico do Ministério de Desenvolvimento Agrário, se as redes de TV explorassem mais o tema, ele seria mais discutido na sociedade e também nas páginas dos jornais, que também se sentiriam mais pressionados a abrir espaço à questão.

Até mesmo os parlamentares só se sentem obrigados a posicionar-se diante do problema quando ele invade a casa dos 90% dos brasileiros que possuem uma televisão. A opinião é do ex-senador do PT Ademir Andrade, autor da Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 438 de 2001, que prevê a expropriação das terras onde forem encontrados trabalhadores escravos. Durante o mandato, o ex-senador acompanhou de perto a cobertura da mídia sobre o tema e sentiu falta de mais espaço na TV. “Mesmo entre os parlamentares, a mídia impressa pressiona pouco, já que 40% dos senadores, por incrível

que pareça, continuam não acreditando na existência da nova escravidão”, afirma o ex-senador. Segundo ele, a veiculação de uma única matéria no *Fantástico* (do jornalista Marcelo Canellas, em 2001) mobilizou muito mais a atenção dos parlamentares que as outras centenas publicadas na imprensa escrita. Para o ex-senador, existe uma única explicação para este efeito. A televisão atinge boa parte do eleitorado com o qual a maioria dos políticos se preocupa. Ou seja, 90% dos brasileiros que tem acesso à TV e que dificilmente lêem jornais. “Quando notam que o grosso da população saberá dos problemas pela TV, sentem-se pressionados a agir”, diz Andrade, que é pessimista diante do papel da mídia no combate ao trabalho escravo: “se só os jornais divulgarem informações nesta área, não teremos tanto êxito nas ações”, ressalta.

Se por um lado a TV é eficiente para sensibilizar sociedade e poder público, por outro pouco atinge o grupo mais vulnerável à escravidão, na opinião de Marinalva Dantas, do Grupo de Fiscalização Móvel. “A televisão choca as pessoas com imagens e depoimentos muito fortes, mas alcança mais aqueles que têm acesso à TV, energia elétrica. E não chega aos incautos rurícolas, que continuam inocentes e indefesos diante dos convites irresistíveis do aliciador”, afirma Dantas.

Para este público, o meio mais eficiente de levar informações continua sendo o bom e velho rádio, que teve sua influência reconhecida por aqueles que responderam a pesquisa. *A Radiobrás*, com a *Voz do Brasil*, e a *Rádio Nacional da Amazônia*, também vinculada à *Radiobrás*, são os veículos que mais alcançam o trabalhador nos rincões do país, de acordo com o levantamento. Levar informações à Amazônia é algo extremamente difícil. Com uma área equivalente à da Europa Ocidental e uma população aproximada de 20 milhões de habitantes, a região ainda enfrenta sérios problemas estruturais. O saneamento básico, até mesmo nas capitais, é para poucos. Os grandes jornais só circulam nas zonas urbanas. E o mais grave: as taxas de analfabetismo estão entre as maiores do país.

Dificuldades como essas transformam o rádio na principal fonte de informações para a região. Existem mais de 100 estações AM e FM em funcionamento na Amazônia. O problema é que a maioria delas, entretanto, alcança somente os centros urbanos onde estão localizadas. Daí a importância da *Rádio Nacional da Amazônia*, a única que cobre toda a região Norte, alcançando inclusive países vizinhos como a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana, a Bolívia e outros.

Além disso, a difusão de informações via rádio e emissoras de televisão esbarram num outro entrave político. Boa parte dos veículos que atuam nas regiões de origem, aliciamento e libertação de trabalhadores está nas mãos de políticos relacionados a proprietários de terra que utilizam trabalho escravo ou mesmo políticos que são latifundiários escravocratas. Por isso, é muito comum alguns jornalistas relatarem dificuldade de divulgação de notícias ou censura dos patrões. A influência do rádio na informação dos trabalhadores será discutida no capítulo 5.

4.2 Características das matérias

As reportagens e coberturas citadas acima têm características comuns entre si. Não é por acaso que esses produtos foram os que mais contribuíram para o combate ao trabalho escravo, segundo os representantes dos órgãos. Todas merecem destaque por dois motivos: procuraram fugir ao noticiário do dia-a-dia e buscaram formas aprofundadas de analisar a questão, independentemente de um gancho jornalístico forte para tal. Essas, no entanto, têm sido exceções na cobertura do tema. Isso porque o aprofundamento e investigação exigem uma conscientização maior dos veículos e maiores investimentos na apuração. Dessa forma, de acordo com a pesquisa, os produtos jornalísticos que interferiram no andamento do combate ao trabalho escravo podem ser divididos em dois grupos quanto a suas características, forma e potencial para contribuir com mudanças:

Matérias pontuais, baseadas em relatos de órgãos oficiais que relatam libertações e denúncias.

São também as mais predominantes, principalmente no passado, quando a imprensa começou a abordar o assunto. Resultados do trabalho de *media advocacy* empreendido pelas organizações, elas foram e são importantes para informar e sensibilizar a opinião pública.

Matérias aprofundadas e elucidativas

Normalmente apuradas *in loco*, investigam as causas dos problemas, dão voz aos explorados e contribuem, segundo as organizações pesquisadas, de maneira mais efetiva e determinante para o combate ao trabalho escravo no Brasil. Normalmente, são as que têm

densidade política suficiente para pressionar atores do setor público e empresarial a empreenderem ações e mudanças para combater a prática. Embora ainda menos abundantes que as reportagens que se aproveitam de ganchos jornalísticos para divulgar o problema, esse tipo de artigo tem se tornado mais comum, segundo as entidades. Isso se deve ao próprio aumento do número de reportagens sobre o tema na imprensa, conforme constatamos anteriormente. Depois de tantas notícias de libertações e fiscalizações, os jornalistas se vêem obrigados a buscar ganchos e enfoques diferentes para a questão. Surgem, então, reportagens e artigos de denúncia sobre a relação entre o trabalho escravo e o agronegócio, como a que fez Elvira Lobato, o desmatamento, o comércio nacional, de Ricardo Mendonça, a economia globalizada e as relações políticas. “Hoje, muitos veículos, quando ingressam no tema, já o fazem nessa fase mais aprofundada, uma vez que o restante da mídia que já trabalha com o assunto elevou o nível informação da sociedade sobre ele”, afirma Leonardo Sakamoto, da *Repórter Brasil*.

Para diferenciar estes dois gêneros de reportagens sobre o tema, cabe aqui uma analogia com as bombas, expressão também usada para caracterizar furos de reportagem com alto potencial de repercussão na sociedade. Mais abundantes, as matérias do primeiro tipo são como bombinhas que, ao longo do tempo e de forma constante, vão estourando e pipocando num e outro jornal e, no final, o resultado obtido é a sensibilização da sociedade. Já as do segundo tipo, por suas características e conteúdos, têm o poder de detonar uma repercussão mais imediata e direta.

Abaixo, trataremos da análise de cada um dos tipos em separado:

4.2.1 Matérias pontuais

Segundo as instituições, as matérias que mais predominam refletem as ações do Grupo de Fiscalização Móvel, fiscalizações, libertações e denúncias pontuais e eventuais envolvendo, muitas vezes, personalidades políticas. São também as que aparecem com mais frequência nos jornais. Embora seja difícil quantificar com exatidão quantas apresentam essas características entre as mais de 1500 publicadas no ano passado, todos os entrevistados compartilham desta percepção: a cobertura é pontual e ainda está bastante vinculada ao gancho e à notícia quente.

Em geral, elas informam sobre libertação de trabalhadores ou fiscalizações realizadas, divulgam novos nomes incluídos na chamada “Lista Suja”, que reúne todas as fazendas e grupos que exploram o trabalho escravo, ou informam sobre decisões judiciais que favorecem os trabalhadores ou empregadores. “Textos mais analíticos com personagens e discussão do problema são raros”, afirma Mário Mamede, da Subsecretaria de Direitos Humanos da Presidência.

Além disso, normalmente são reproduções de informações veiculadas por grandes agências de notícias, como *Agência Brasil*, da *Radiobrás*, e *Agência Estado*. “O problema é que, no dia seguinte, a pauta já sumiu das páginas. Só há repercussão e “suítes” quando o proprietário da fazenda é conhecido, seja político ou um grande empresário”, afirma Carlos Kaipper, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A apuração também dificilmente é *in loco*. É claro que as reportagens e o público perdem com isso. Uma vez que os relatos se tornam mais ricos depois do contato com os trabalhadores. E esse encontro só é possível quando os jornalistas estão presentes no momento da ação. Sem poder acompanhar de perto os fatos, os repórteres viram reféns de versões oficiais de agentes do governo, o que pode ser observado em boa parte das matérias. Essa predominância se deve a alguns motivos básicos:

Dificuldade de acesso aos celeiros de trabalhadores escravos e alto custo das operações

A maioria das ações de fiscalização e libertação do Grupo de Fiscalização Móvel acontece no interior do Brasil, freqüentemente no meio da floresta Amazônia, distantes dos grandes centros urbanos irradiadores de notícias como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. As longas viagens, ausência prolongada do repórter na redação e os custos envolvidos na empreitada acabam dificultando qualquer tentativa de acompanhar os fatos de perto, como manda o jornalismo. Os poucos que conseguem driblar estes entraves encontram problemas pelo caminho, literalmente. Foi o caso do repórter Jonas Campos, ex-correspondente da TV *Globo* em Belém, e autor de dezenas de matérias sobre o tema. Ele soube que havia uma denúncia de exploração de trabalhadores em Tucumã, a 100 km de Belém-PA. Viajou com a equipe para lá no dia seguinte. A camionete da TV, com tração nas quatro rodas, atolou a 40 km do local e eles sequer sabiam se estavam na direção certa. “Abandonamos o carro e alugamos um cavalo. Colocamos os equipamentos no lombo do animal e caminhamos uma

tarde inteira”, lembra Jonas. Chegaram um dia depois, quando a equipe de inspeção já tinha ido. “Nesse setor, o jornalista tem de estar preparado a lidar com imprevistos deste tipo”, explica Jonas.

Custo

Cada vez mais enxutas e com borderôs menores, as redações dificilmente podem dispor de um repórter que se ausente por um longo período de tempo. Gastos com viagens raramente estão previstos no orçamento mensal. Segundo Jonas Campos, coberturas na Amazônia exigem sempre muito dinheiro. Só o aluguel de uma camionete com tração, totalmente necessária para se locomover em estradas de terra, chega a 400 reais por dia. Por isso, Jonas afirma que várias vezes teve de recorrer a cinegrafistas da região (profissionais que filmam casamentos e festas) para flagrar uma ação de fiscalização ou libertação.

Periculosidade

Não é por acaso que as operações do Grupo de Fiscalização Móvel são acompanhadas pela Polícia Federal. “Muito raramente acontece a reportagem à maneira clássica: o repórter, por contra própria, sem proteção policial, investigando fazendas e escravocratas nos rincões do Brasil”, afirma Marinalva, que já se acostumou com a companhia dos repórteres nas suas ações.

Segundo ela, antes de 2001 as notícias não eram sistemáticas e poucas tinham o testemunho do jornalista que esteve in loco na “senzala”. Porém, a criação do Grupo de Fiscalização Móvel em 1995 atraiu a atenção da mídia, mas não tanto quanto em 2002, quando grandes autoridades passaram a recriminar publicamente o trabalho escravo, como o ex-presidente do TST Francisco Fausto, além dos presidentes da Anamatra, Ajufe, OAB. E isso gerou várias notas em todos os grupos de comunicação.

Para Jorge Antonio Maurique, presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), a grande imprensa apenas noticia quando há libertação de trabalhadores e não dá seqüência ao tema para saber até o fim do processo, gerando assim notas e matérias pouco aprofundadas.

De qualquer forma, notícias assim já foram importantes no passado e continuam relevantes atualmente, embora bem menos. “Antigamente, qualquer notinha era decisiva

para a atuação da CPT, pois precisávamos que o poder público assumisse o problema e que a sociedade tomasse conhecimento dele”, afirma Ana de Souza Pinto, coordenadora da CPT Regional Xinguara (PA).

Essas são, no entanto, as que encontram nos trabalhadores seus maiores interlocutores. “A divulgação da existência dos casos, sobretudo na *Globo*, ajuda a animar e motivá-los a encaminhar denúncias. E contribuiu também para conscientizar as vítimas de que esta exploração não pode ser considerada natural, como julgam a maioria dos fazendeiros”, diz a coordenadora da CPT. As matérias pontuais são formas de pressão permanente. Constantes, ajudam a minar resistências e a levantar indignações. Para a atuação do Grupo de Fiscalização Móvel, essas notas são essenciais. “Mostrar o tempo todo que há muitos escravos e ainda muito que se fazer para erradicar a prática gera um cansaço e uma irritação enormes na sociedade, que passa a se questionar por que o problema não acaba mesmo depois de 10 anos de combate”, afirma Marinalva.

4.2.2 Matérias aprofundadas e elucidativas

Aqui se encaixam a minoria das reportagens das mais de 1500 publicadas no Brasil e a maioria das matérias mencionadas na pesquisa, como as citadas anteriormente. São marcadas pelas seguintes características:

- denunciam as condições de trabalho dos explorados e dão voz a eles;
- elucidam as causas do problema social e apresentam explicações para a impunidade, por exemplo;
- investigam como o trabalho escravo se manifesta na cadeia produtiva econômica e como a sustenta.

A produção dessas matérias só foi possível porque os jornalistas estavam presentes nos locais onde houve confirmação de trabalho escravo. Quatro dos cinco jornalistas autores das reportagens que contribuíram para o assunto estiveram cara a cara com os explorados.

Para Marinalva, do Grupo de Fiscalização Móvel, esse testemunho ao vivo de jornalistas renomados diante da situação precária dos trabalhadores não só deu credibilidade ao fato narrado como foi importante para convencer juízes e o poder público de que todas as explorações mostradas ocorriam em terras brasileiras. “As matérias não se detiveram às libertações ou denúncias pontuais. Deram nome aos fazendeiros acusados e expuseram os contrastes do poder político e riqueza do opressor diante de seres humanos analfabetos”, explica a agente.

Mostrar este contraste sócio-econômico é essencial para o sucesso da matéria como agente de mudança, na opinião do frei Xavier Plassat, da CPT. “As diferenças chocam e indignam ainda mais o leitor diante da exploração”, diz. Nas matérias publicadas pelos jornalistas mencionados, é possível notar este contraste em quase todas.

Na reportagem “Escravos do aço”, publicada no *Observatório Social em revista*, os jornalistas Dauro Veras e Marques Casara retratam como as siderúrgicas se beneficiam do trabalho escravo em carvoarias na selva amazônica e, com isso, movimentam 400 milhões de dólares todos os anos. E citam nominalmente os nomes de grandes grupos siderúrgicos brasileiros, como Queiroz Galvão e Gerdau, acusados pelo Ministério Público Federal de se beneficiar da escravidão na produção de ferro-gusa. O contraste entre a atividade lucrativa das siderúrgicas e o tratamento dispensado aos trabalhadores fica evidente no relato de um procurador do trabalho durante inspeção a uma dessas carvoarias:

Raramente algum trabalhador é flagrado de posse de equipamento de proteção individual, trabalham em meio à fuligem e à fumaça de carvão, sem camisa ou com ela toda rasgada e suja, com calção e sem botinas e luvas. Em nenhuma das carvoarias vistoriadas foi encontrada água potável. (CASARA, M; VERAS, D, “Escravos do Aço”. *Observatório social em revista*, p. 14)

O relato dos contrastes foi tão importante para a sensibilização da opinião pública que a matéria motivou, inclusive, uma repercussão imediata e direta: a assinatura de um acordo pelo qual 15 empresas integrantes da Associação das Siderúrgicas de Carajás (Asica) - que reúne companhias que atuam nos Estados do Pará e do Maranhão – comprometiam-se a erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil na produção de carvão vegetal e a lutar por mais dignidade e pela formalização e modernização na cadeia

produtiva do setor siderúrgico. O Instituto Ethos iniciou a articulação dessas empresas após a publicação de “Escravos do Aço”, em julho deste ano, no site *Observatório Social em Revista* (<http://www.observatoriosocial.org.br>). As repercussões da matéria e do acordo serão tratadas com mais profundidade nos capítulos seguintes.

A exploração do trabalho escravo por grandes grupos também é a tônica da matéria de Elvira Lobato, “Agronegócios e pecuária de ponta usam trabalho escravo”, em que relata o cuidado dos pecuaristas com as criações com vistas à exportação da carne. Já Ronaldo Brasiliense enumera todos os parlamentares e figuras públicas envolvidos com a prática no Brasil, com base nos relatórios dos agentes do Grupo de Fiscalização Móvel. E dá nome aos bois. Deputados como Inocêncio de Oliveira, Jorge Picciani, além do prefeito de Unai (MG), José Braz da Silva, são tratados como verdadeiros algozes dos trabalhadores.

Outra característica importante das matérias “amigas” dos trabalhadores é que elas costumam dar a palavra às vítimas e funcionam como um megafone para uma população tradicionalmente sem voz na imprensa.

Na matéria veiculada pelo *Fantástico*, o repórter Marcelo Canellas não só procurou ouvir o que os explorados tinham a dizer como também retratou a emoção do reencontro com a família e da primeira carteira de trabalho. A mesma fórmula adota o artigo de Leonardo Sakamoto, na revista *Problemas Brasileiros*. Sua preocupação é dar voz a alguns trabalhadores submetidos à escravidão para que eles relatassem a própria experiência. José Alves de Oliveira e Mateus são alguns dos personagens que ajudam a humanizar o relato, como mostram os trechos abaixo retirados da matéria de 2002:

José Alves de Oliveira, natural do Maranhão, perdeu as contas das vezes que subiu e desceu com sacos cheios de lama em Serra Pelada. “Em Serra Pelada é melhor porque a gente tem nosso barraquinho”. (SAKAMOTO, L. Nova escravidão. Trabalhadores viram dívidas na Amazônia brasileira, 2002)

“Com terra para plantar não teria ido embora. Além disso, pessoa bem estudada não precisa sair, arruma emprego. Os outros têm de ir para o machado mesmo”, lembra o piauiense Mateus

Em outro momento, na mesma matéria, Mateus descreve a qualidade da água que bebiam e utilizavam para tomar banho:

“A água parecia suco de abacaxi, de tão suja, grossa e cheia de bichos”, conta o trabalhador

Além de conceder veracidade ao relato, este tipo de artifício “permite ouvir a quem sofre, sem ficar refém do discurso dos agentes do governo”, afirma Xavier Plassat, da CPT.

De fato, conceder a palavra aos personagens incentiva a opinião pública a lançar mais olhares sobre alguns problemas sociais e políticos. Foi o que apontou um estudo americano divulgado em 2002 e encomendado pelo The Pew Center for Civic Journalism, instituição americana que estuda os avanços da prática de *civic journalism* nos Estados Unidos. O conceito se baseia no princípio de que a missão do jornalismo e dos jornalistas não se limita aos fatos e às notícias, exigindo engajamentos nas soluções dos problemas reportados e noticiados.

O estudo americano, conduzido pelo professor Lewis Friedland, da Universidade de Wisconsin, analisou 651 matérias publicadas entre 1994 e 2002 nos Estados Unidos para identificar traços desse novo gênero nessas reportagens e artigos. Mais da metade das matérias analisadas impactou de alguma forma políticas públicas e aumentou a participação da sociedade em assuntos de interesse social e político. Não raro, esses artigos davam voz aos cidadãos envolvidos no assunto e se aprofundavam em investigações e histórias de vida. Meios eficientes, segundo o estudo, de sensibilizar a opinião pública e contribuir para mudanças efetivas.

Mergulhar nas histórias pessoais dos trabalhadores escravizados, como fazem Canellas e Sakamoto, pode aumentar o entendimento e o envolvimento do leitor no assunto. “Isso sensibiliza mais o receptor da notícia e os órgãos públicos”, garante Ruth Vilela, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Apresentar o assunto num formato mais explicativo e não de denúncia aumenta a capacidade de envolvimento e compreensão do leitor. Isso é o oposto do formato jornalístico tradicional de apresentar os fatos sob o ângulo do conflito, que tende a limitar a história em dois ou mais pontos de vista. O modelo explicativo explora um assunto em toda sua profundidade e complexidade, para fornecer ao leitor a informação necessária para entender a relevância e o potencial impacto de uma matéria na sociedade e em suas vidas. (FRIEDLAND, Lewis; NICHOLS, Sandy, 2002, p. 51)

Reportagens elucidativas foram também as mais citadas pelas organizações ouvidas na pesquisa. E, a exemplo da experiência americana, a contribuição desses artigos para a discussão e a atuação dos órgãos também foi maior.

Para a coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT, Patrícia Audi, essas são as matérias com maior potencial para gerar mudanças no setor. “Aprofundar a discussão sobre o assunto - mostrando as causas do trabalho, os poderosos interesses envolvidos e outros aspectos relevantes - contribui para um maior conhecimento e conscientização do problema. Mais até do que as denúncias, embora ambos os tipos sejam importantes para manter a questão na mídia”, afirma a representante da OIT no Brasil.

A opinião é compartilhada por metade das entidades que responderam ao questionário. “Embora importantes, histórias sobre libertações não têm densidade política suficiente para contribuir, de forma mais decisiva, para erradicação da prática escravista”, ressalta Luís Antônio Camargo, subprocurador Geral do Trabalho do MPT.

Mas, afinal, entre a gama de assuntos que o tema comporta e que essas matérias mais explicativas citadas acima poderiam abordar, quais informações e conteúdos têm potencial para mudanças? De que forma o jornalismo interfere na atividade das instituições pesquisadas? É o que o próximo capítulo tenta esclarecer.

5 Contribuições efetivas da imprensa

Como afirmei, ainda não há bibliografia específica nem metodologia para avaliar e medir as influências e o impacto do jornalismo num determinado assunto. A pesquisa com os membros foi o meio mais prático que encontrei para mapear essas contribuições, sempre

partindo do seguinte raciocínio: a divulgação de um artigo da imprensa impactou o trabalho das instituições pesquisadas. Essas instituições, por sua vez, desenvolvem ações para o combate ao trabalho escravo. Logo, a mídia impactou também nos rumos do trabalho escravo do Brasil, ainda que indiretamente.

O que a pesquisa com os órgãos mostrou foi que a maioria das influências foi indireta. Em outras palavras, a mídia sensibilizou a sociedade e, esta sim, foi a autora da mudança. Mas é possível identificar alguns impactos diretos e imediatos, cujos casos serão descritos mais detidamente a seguir.

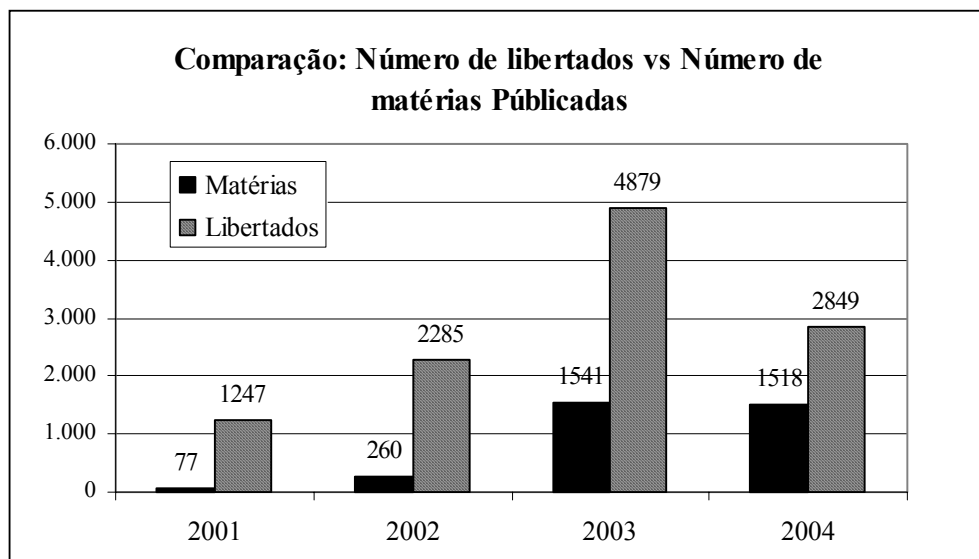
A maior evidência da influência da imprensa parece se manifestar no aumento gradual e concomitante entre o número de matérias e o de libertações. Quando analisamos os dados do gráfico 2, a impressão que se tem é que o número de libertados subiu junto com o aumento de espaço ao tema na imprensa.

Sem dúvida, a libertação é um dos efeitos da escravidão e uma das ações mais recorrentes por parte do governo. O combate à escravidão no Brasil tem como eixo principal os sete Grupos Móveis de Fiscalização, que checam denúncias *in loco*, libertam os trabalhadores e autuam os proprietários rurais. As ações civis, denúncias, condenações, restrições ao crédito, identificação da cadeia produtiva e até a desapropriação de terra dependem do esforço preliminar realizado por essas equipes, coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Graças a eles, operações de libertação têm sido realizadas com sucesso, sendo esse, até agora, o principal instrumento do governo para reprimir essa prática. Entre 1995 e 2004, houve uma evolução no número dessas ações, que saltaram de 12 para 71. Da mesma forma, a quantidade de libertados foi de 84, em 1995, a 4.879, em 2003, e 2.849, em 2004.

E a interpretação de que a imprensa tem influência no número de libertados é verdadeira. Mas o quarto poder está longe de ser o único responsável. Isso fica patente ao analisarmos a evolução do gráfico abaixo. O aumento de matérias acompanha o número de libertações só até 2003. Em 2004, no entanto, as matérias se estabilizam, mas as ações do Grupo de Fiscalização Móvel, ao contrário, se retraem.

Gráfico 2 – Relação entre libertados e matérias publicadas



Fonte: OIT, ONG Repórter Brasil

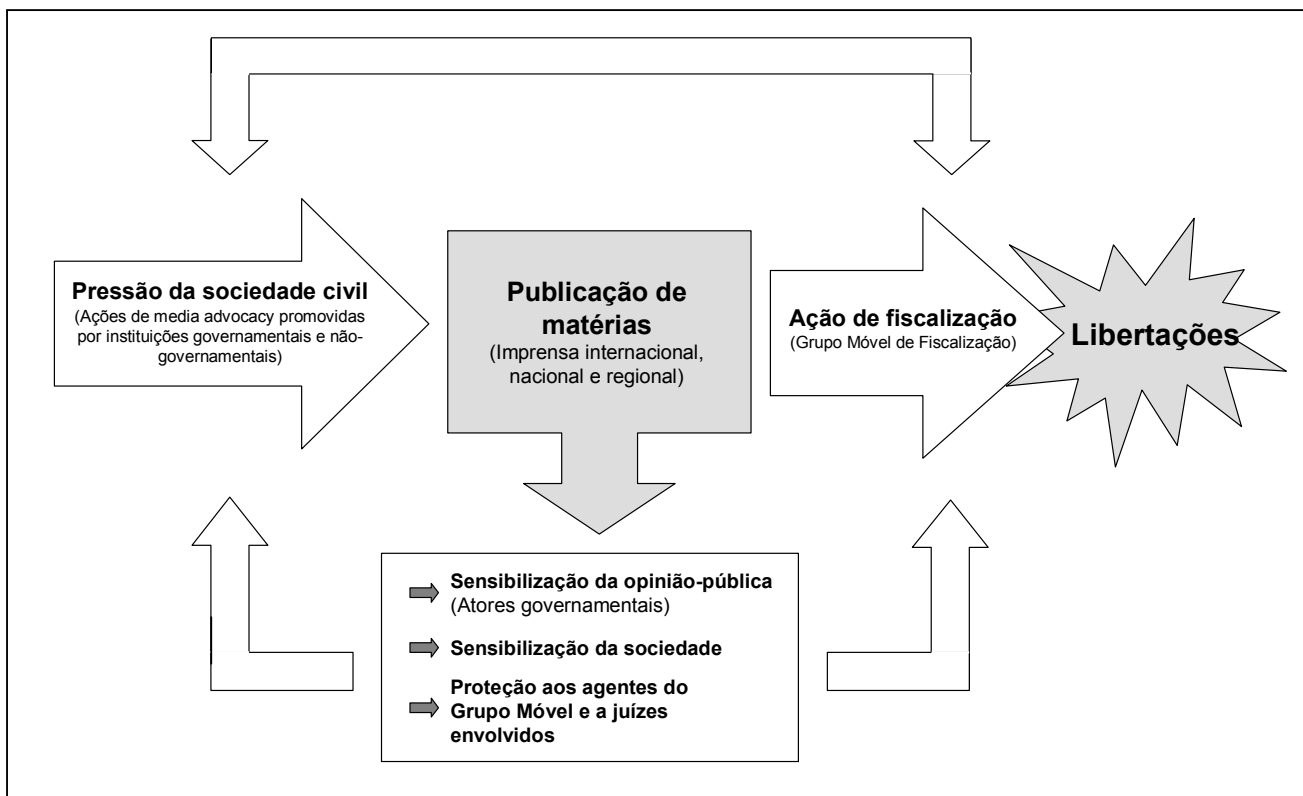
Contribuiu para a diminuição do número de fiscalizações/libertados entre 2003 e 2004 uma greve da Polícia Federal que durou 80 dias no primeiro semestre de 2004. Sem o apoio de segurança da instituição, os auditores e procuradores não puderam trabalhar na checagem das denúncias, principalmente por parte dos trabalhadores. Além da greve, outro fator que fez os números caírem entre 2003 e 2004 foi a sombra do assassinato de três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego que realizavam fiscalização nas fazendas da região de Unai (MG).

No ano de 2003, o total de libertações de trabalhadores foi equivalente à soma das ações de 1995, quando o Grupo de Fiscalização Móvel foi criado, até 2002. Em 2003, nunca o drama dos trabalhadores escravizados apareceu tanto na imprensa. Ao mesmo tempo, nunca houve tantas denúncias do crime. Foram 275. É claro que os esforços dos membros da Conatrae contribuíram bastante para os resultados e não podem ser desprezados.

Mas uma boa parcela desses feitos deve ser creditada à imprensa, segundo os próprios agentes do Grupo de Fiscalização Móvel. Isso porque ela passou a servir de suporte para as ações, ao disseminar o trabalho dos agentes. Um dos resultados mais relevantes foi a sensibilização da sociedade e de outros órgãos públicos que até então não

acreditavam na existência do crime nas fazendas. Além disso, esses funcionários conquistaram o apoio de toda a opinião pública, que por sua vez, passou a pressionar por mais medidas de combate à prática, num mecanismo de retroalimentação que pode ser esquematicamente representado da seguinte maneira:

Quadro 2 – Mecanismos de influência da imprensa



Traduzindo o quadro, observamos que as ações de *media advocacy* das instituições fazem gerar mais matérias sobre o assunto. Por outro lado, essas mesmas instituições pressionam por fiscalização junto ao governo. As ações de libertação acompanhadas das denúncias sobre libertados e fazendeiros envolvidos no caso geram notícias, principalmente as coberturas *in loco*.

Munidos dessas informações, movimentos sociais, parlamentares ou formadores de opinião pressionam o Estado por mais ações contra a prática, como a intensificação da atuação do Grupo de Fiscalização Móvel, por exemplo. O governo investe, então, no

aumento das fiscalizações. A sociedade sabe das denúncias por meio dos jornais, TVs e rádio, indigna-se e, de certa forma, também exige medidas do Estado.

Ao mesmo tempo organizações que tem contato com populações dos locais de aliciamento são informadas sobre as libertações e atuam na conscientização dos trabalhadores daquela região. Isso gera aumento de denúncias de escravidão registradas pelas organizações que combatem e monitoram o crime, caso da CPT, e facilita o trabalho do Grupo de Fiscalização Móvel.

Os jornalistas ajudam a proteger o Grupo de Fiscalização Móvel, nos locais de flagrantes, e a publicação das reportagens ajuda a sensibilizar o governo sobre a necessidade de proteção dos agentes e juízes envolvidos. Seguros, os agentes sentem-se motivados a desbravar fazendas na caça aos peões escravizados.

Ruth Vilela, coordenadora nacional do Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho, lembra ainda que a visibilidade do tema também contribuiu para que aumentasse a rede de parceiros no combate ao trabalho escravo, tanto como denunciante, no caso da Comissão Pastoral da Terra (CPT), como de apoio nas ações: Ministério Público do Trabalho, Incra, Ibama, Polícia Federal e Justiça Federal.

Mais que sensibilizar, a imprensa também motiva os envolvidos no combate ao crime a prosseguir na luta pela erradicação do trabalho escravo no Brasil. “Na medida em que mais e mais notícias vêm à tona, inclusive com o envolvimento de personalidades públicas e grandes grupos empresariais, isso contribui de forma decisiva para que todos os envolvidos nessa luta se sintam estimulados”, diz Patrícia Audi, coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT.

Há casos em que os próprios envolvidos na luta tomaram conhecimento de fatos e denúncias a partir do material produzido por alguns veículos. “Várias matérias da *Repórter Brasil*, por exemplo, embasaram ações da Subsecretaria de Direitos Humanos”, admite Mário Mamede, subsecretário da SDH. O que prova que não é apenas a grande imprensa que sensibiliza e influencia esses representantes. Veículos de menor alcance e especializados no tema, como a *Repórter Brasil*, também são fontes para as organizações que lidam com direitos humanos no país.

Mas talvez uma das mais visíveis e diretas contribuições esteja relacionada à proteção de agentes do trabalho e a juizes ameaçados, que merece um capítulo todo logo abaixo.

5.1 Jornalistas e protetores dos agentes do Grupo de Fiscalização Móvel

O número cada vez maior de pessoas libertadas e as penalidades decorrentes da autuação têm deixado muitos proprietários rurais irritados. A ofensiva governamental e da sociedade civil gerou um contra-ataque por parte desses empresários criminosos que foi muito além de tentativas de burlar a fiscalização. O exemplo mais representativo foi a chacina de Unaí. No dia 28 de janeiro de 2004, os auditores Nelson José da Silva, João Batista Lages, Erastótenes de Almeida Gonçalves e o motorista Ailton Pereira de Oliveira, do Ministério do Trabalho e Emprego, foram assassinados durante fiscalização na região de Unaí, noroeste do Estado de Minas Gerais.

Depois disso, o governo se sentiu pressionado a aumentar a proteção a esses funcionários. A imprensa teve boa parcela de responsabilidade no processo. Por conta dos riscos da atividade, os profissionais do Grupo de Fiscalização Móvel passaram a ser descritos pelos jornalistas como funcionários públicos exemplares – ao menos por aqueles que acompanhavam de perto a ação. Aventurar-se sozinho por fazendas com “gatos” e seguranças armados até os dentes era sentença, se não de morte, de risco intenso para os repórteres. Por isso, sempre precisavam da companhia dos agentes e da polícia nas apurações. Criava-se assim uma relação de dependência e cumplicidade entre repórter e agente.

Essa parceria é confirmada pelo repórter Evandro Eboli, do jornal *O Globo* e compartilhada por Jonas Campos, da *TV Globo*. Ambos são citados no estudo como alguns dos profissionais que mais influenciaram o tratamento do tema. Eboli diz sustentar certa admiração pelo trabalho dos agentes, a quem chama de “servidores públicos exemplares”. “Informalmente, há uma parceria e um trabalho de mão dupla: somos protegidos por eles durante a apuração e, ao mesmo tempo, nós os protegemos de uma eventual agressão por parte dos fazendeiros. Com a imprensa na fazenda, ninguém será louco de cometer algum tipo de violência contra o grupo”, afirma ele.

Além disso, as libertações aparecem como efeito direto da ação desses funcionários públicos. E, na maioria das notas e artigos, os auditores são por vezes as únicas fontes ouvidas na matéria a militar em favor dos trabalhadores. Cria-se assim uma imagem de heroísmo e apoio nas ações. “A imprensa ajudou a instaurar a aura de herói dos auditores. Ao mesmo tempo em que alimentamos a imagem do trabalho deles, os fiscais nos passam informações, nos protegem”, diz Leonardo Sakamoto, da *Repórter Brasil*. Hoje, para boa parte dos jornalistas e movimentos sociais entrevistados, o Grupo de Fiscalização Móvel é considerado o pelotão de frente na cruzada contra o trabalho escravo. “Ao assumirem esta missão, sentiram-se também mais motivados a agir e a enfrentar os desafios que a profissão lhes impõe”, acredita Sakamoto.

O resultado disso é reconhecido pelos próprios agentes. Segundo Marinalva Dantas, a forma como os jornalistas passaram a descrever as rotinas das equipes móveis, sua atuação, os efeitos imediatos na situação indesejável e os resultados, levou a opinião pública a não mais hostilizar o grupo. Eles passaram, então, a ser vistos como agentes da sociedade e não do marketing social do governo.

5.2 Sensibilização da sociedade pela imprensa

O leitor e o poder público não são os únicos a se sensibilizarem mais com o assunto depois que ele aparece na imprensa. O Grupo de Fiscalização Móvel também não é o único a contar com a ajuda do jornalismo na erradicação do trabalho escravo. Nos mais diversos setores da sociedade, os produtos jornalísticos encontram interlocutores capazes de contribuir de forma efetiva para a erradicação do trabalho escravo. São eles:

Advogados e juízes de direito envolvidos com a questão trabalhista

As matérias e artigos informam sobre detalhes que nem sempre constam dos processos e ajudam a proteger juízes e outros profissionais do direito que estejam ameaçados e coagidos.

Parlamentares

Alguns deputados e senadores são autores de projetos de lei ou propostas de emenda à constituição (PEC) que prevêem medidas para combater o crime. Há aqueles que

basearam a argumentação de suas propostas no que sai nos jornais e na TV. Também é comum citarem reportagens ou colunas para embasar discursos que alertam os demais parlamentares para o problema. Ou para tentar convencê-los a aprovar alguma matéria relacionada ao assunto.

Grandes grupos empresariais envolvidos na cadeia produtiva do trabalho escravo

Quem são os principais compradores dos produtos e matérias-primas produzidos com o suor de escravos modernos? Para responder a essa pergunta, a ONG *Repórter Brasil* lançou-se numa pesquisa para identificar a cadeia produtiva do trabalho escravo. Encomendada pela Subsecretaria de Direitos Humanos e pela Organização Internacional do Trabalho. O objetivo é evitar que o varejo, atacadistas, exportadores e indústria adquiram produtos socialmente não responsáveis. E no melhor dos mundos, convencê-los a suspender os contratos com esses fornecedores até que regularizem a sua situação diante do governo federal. É claro que o estudo serviu de pauta para a mídia, que tem divulgado amplamente os nomes de grandes grupos que compram mercadorias de fornecedores envolvidos com o crime. Isso tem surtido alguns efeitos imediatos importantes, como pactos firmando o compromisso de não mais aceitar acordos com fornecedores escravistas.

Proprietários rurais que exploram o trabalho escravo

Publicadas semestralmente, as “Listas Sujas” já viraram sinônimo de dor de cabeça para os proprietários escravistas. As fazendas flagradas com peões em condições degradantes pelo Grupo de Fiscalização Móvel abastecem essa relação. Sempre que ela é atualizada, a imprensa tem dado amplo destaque ao assunto. Isso porque nas listas é comum aparecerem nomes de parlamentares e importantes figuras públicas brasileiras, como o deputado federal Inocêncio de Oliveira, cuja fazenda Caraíbas, no Maranhão, mais parece uma senzala. A publicação dos nomes gera pressão para que o fazendeiro ou grupo empresarial tome providências para retirar rapidamente seu nome da lista e evitar prejuízos nos negócios e na própria imagem.

Trabalhadores explorados

Com a maior divulgação do assunto, principalmente por algumas rádios, o trabalhador passou a denunciar mais e, conseqüentemente, os órgãos governamentais, como o Ministério Público do Trabalho, passaram a atuar de forma mais efetiva. A evidência disso é o aumento de denúncias crimes por parte dos trabalhadores.

Trataremos dessas influências em separado. Cada uma delas virá acompanhada de um exemplo de caso que mostra uma contribuição mais direta da imprensa nos rumos do combate ao trabalho escravo:

5.2.1 Profissionais do direito do trabalho e a influência da imprensa

Reportagens sobre a situação dos trabalhadores e libertações já foram úteis para embasar ações do Ministério Público. Segundo Cláudia Brito, agente aposentada do Grupo de Fiscalização Móvel, foi por meio desses produtos que alguns profissionais do direito, como advogados e principalmente juizes, passaram a se informar de detalhes que nem sempre constam nos processos. Uma das principais instâncias dos trabalhadores explorados, o Ministério Público do Trabalho, por exemplo, baseia com freqüência suas ações em produtos jornalísticos. Normalmente, os funcionários do MPT agem junto do Grupo de Fiscalização Móvel e, quando necessário, reforçam a atuação dos auditores com medidas judiciais urgentes, como a requisição do bloqueio de bens dos acusados. No passado, no entanto, nem sempre seus representantes estavam presentes nas fiscalizações. Em 2003, cerca de 20% das ações não tiveram a presença de membros do MPT, enquanto que, no ano seguinte, foram menos de 10%.

Nos casos em que não era possível conferir a situação de perto, a imprensa foi a testemunha ocular fundamental para embasar as ações civis públicas e coletivas que condenam infratores ao pagamento de indenizações pelos crimes cometidos. “Sem a mídia, dificilmente os operadores do direito formariam consciência crítica de que essa prática atenta contra a liberdade do indivíduo e o estado democrático de direito”, garante o subprocurador do Ministério do Trabalho, Luis Camargo.

Sabendo desse potencial das notícias junto aos juizes, o MPT tem estreitado os laços com os repórteres nos últimos dois anos, distribuindo informações sobre a atuação dos procuradores do trabalho. Camargo afirma, inclusive, que o órgão tem ampliado o número

de assessorias de imprensa nas Procuradorias Regionais do Trabalho. “Dessa maneira, o MPT presta contas de sua atuação à sociedade e municia os repórteres”, diz Camargo.

As regionais da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) também se concentram na divulgação de precedentes judiciais, mesmo aqueles desfavoráveis à erradicação do trabalho escravo no Brasil. Os juizes fazem isso por entenderem que, mesmo as decisões desfavoráveis, com retrocesso jurisprudencial, ajudam a chamar a atenção do poder Judiciário para o problema. Ao serem publicados, esses casos acabam por gerar pressão social sobre os tribunais. Com frequência, a imprensa tem denunciado as falhas do país na erradicação deste crime. Uma dessas matérias chave, segundo a pesquisa, foi “A impunidade dos senhores de escravos”, de Ronaldo Brasiliense, que procurou entender e responder por que a impunidade costuma reinar entre os proprietários rurais que mantêm verdadeiras senzalas em suas terras.

Para o juiz Jorge Vieira, da Anamatra, artigos como esses surtiram efeito prático. Juiz do Trabalho no Pará e no Amapá, estados que concentram grandes focos da exploração, Vieira é conhecido nacionalmente por suas condenações históricas de fazendeiros acusados de manter trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Ele acredita que, ao emitir opinião, por meio de editoriais ou divulgar matérias com os retrocessos dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), a mídia acaba por ajudar na correção das falhas. “Decisões judiciais equivocadas, paralisa da PEC da expropriação de terras no Congresso Nacional e créditos e financiamentos públicos fornecidos a escravagistas são exemplos de retrocessos que o quarto poder tem ajudado a eliminar”, destaca Jorge. Para o juiz, a imprensa deve centrar esforços em todas as medidas dos três poderes para o combate à prática. Os assuntos com maior potencial para pressionar o governo, segundo ele, são denúncias dos retrocessos e divulgação de avanços nas condenações judiciais, corte ou concessão de créditos a escravistas, “Lista Suja” e aprovação e tramitação de projetos de leis e de emendas constitucionais no Congresso.

Como exemplo prático, Vieira cita as liminares para retirar o nome de algumas empresas na chamada “Lista Suja”. Um dos casos mais emblemáticos é o da liminar obtida pela empresa Pineso Agropastoril, dona da fazenda Mutum, localizada no Mato Grosso. A liminar retirando a empresa da “Lista Suja” havia sido concedida pelo juiz federal da 6ª Vara Federal de Mato Grosso Jean Marcos Ferreira, no fim de dezembro do ano passado.

Depois da divulgação do caso em alguns veículos, com destaque para a *Agência Carta Maior*, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região garantiu o retorno da fazenda Mutum ao rol dos escravocratas. Meses mais tarde, a suspensão abriu precedente para a suspensão de outras liminares, evitando que vários nomes de proprietários de fazendas envolvidas com o trabalho escravo saíssem da lista. Para Mário Mamede, da Subsecretaria de Direitos Humanos, matérias focadas em movimentos para driblar a fiscalização, como as liminares concedidas pela Justiça a favor dos infratores, sempre surtiram efeito político importante. “A pressão se dá principalmente sobre os juízes que concederam a liminar”, diz Mamede.

Vieira, que é juiz, confirma a impressão de Mamede. Ele acredita que matérias com esse teor têm maior impacto político. “As reportagens que retratam decisões judiciais em relação à “Lista Suja” são as que tem maior relevância política e também têm as maiores chances de erradicação do trabalho escravo no Brasil”, defende Vieira.

Caso 1: Imprensa garante proteção a juiz ameaçado de morte no Pará

Na maioria dessas ações judiciais, Jorge Vieira foi o protagonista e fonte principal para os jornalistas. Isso porque em seu currículo estão incluídas as maiores condenações históricas contra o trabalho escravo. Em 2004, ele expediu a sentença que obrigava a empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda. a pagar 1,3 milhão de reais por dano moral ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. Esse nome aparece mais de uma vez na “Lista Suja”, por explorar, por duas vezes, os trabalhadores em sua fazenda Cabaceiras, em Marabá, sul do Pará. Era a maior indenização já paga no Brasil por um caso de redução de pessoas à condição de escravos.

A decisão foi comemorada por membros da Conatrae. Uma das famílias mais ricas do Pará, os Mutran exercem também influência sobre os demais fazendeiros da região. Para o juiz, a condenação mandou o seguinte recado aos pequenos proprietários: se o peixe grande sofreu a ação da justiça, que dirá os menores.

Mais recentemente, em maio deste ano, Vieira acrescentou outra condenação milionária à carreira. A empresa alagoana Lima Araújo Agropecuária Ltda. foi condenada a pagar 3 milhões de reais por reduzir cerca de 180 pessoas (entre os quais nove adolescentes e uma criança) à condição de escravas em suas fazendas Estrela das Alagoas e Estrela de

Maceió, em Piçarras, sul do Pará. Por três vezes, essas propriedades rurais haviam sido palco de libertação de trabalhadores em ações de fiscalização.

A partir daí, sua atuação – que inclui cerca de oito condenações similares – não apenas chamou a atenção da imprensa nacional, mas lhe rendeu várias ameaças de morte. Elas partiram, sobretudo, dos mesmos exploradores do sul do Pará que ele havia condenado em suas sentenças. Numa região onde a impunidade é forte traço cultural, o juiz acabou se tornando um corpo estranho que precisava ser extirpado. As ameaças começaram em 2003, ainda sutis. Por conta disso, Vieira pediu proteção à Polícia Federal. Foi acompanhado por dois agentes, em meados de setembro, mas por apenas quatro dias. Inconformado, o juiz protestou. Explicaram-lhe que havia “entraves de ordem legal, orçamentária e de pessoal”. O fato foi parar no *Jornal do Brasil*, que deu voz por pelo menos duas vezes ao juiz ameaçado.

Todas as entrevistas foram concedidas ao jornalista Luis Orlando Carneiro, do *Jornal do Brasil*. Não era a primeira vez que o repórter informava sobre os riscos de morte que rondavam Vieira. Já no fim de 2002, Carneiro havia publicado uma matéria sobre a impunidade reinante no sul do Pará. Em outubro de 2003, solta a notícia de que Vieira pede proteção da Polícia Federal ao Tribunal de Justiça. Intitulada “PF nega proteção a juiz que combate trabalho escravo” (*Jornal do Brasil*, 02/10/2003), a matéria é acompanhada de nota no painel de política do próprio JB.

Logo depois do JB, vários veículos nacionais e regionais deram ampla cobertura ao fato. O alerta da falta de proteção havia sido feito durante coletiva organizada e promovida por membros da Conatrae.

Essas matérias, segundo Vieira, garantiram grande proteção na época das ameaças. “Sem dúvida, partiu da imprensa a maior proteção às pessoas ameaçadas que estão envolvidas na erradicação do problema no Brasil”. Ele garante que a divulgação dos casos repercutiu nacional e internacionalmente, o que acabou levando o governo a tomar medidas. “E, quando o Estado falhou, a imprensa continuou sendo a única e maior proteção a trabalhadores, juízes, procuradores, sindicalistas e religiosos ameaçados”, afirma o juiz.

A repercussão da notícia divulgada no JB veio rápido e em forma de nota do Ministério da Justiça, explicando os motivos da demora, e de outro comunicado do

presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Francisco Fausto, que cobrava maior proteção da Polícia Federal para os ameaçados.

Temendo ferir sua imagem, o Ministério da Justiça (MJ) preocupou-se mais com a proteção de Vieira, principalmente por causa da falha que veio à tona. O MJ enviou, então, mais agentes da Polícia Federal para a escolta de Vieira, que hoje continua atuando na região. “Creio que, se a imprensa não tivesse apontado os problemas no sistema de proteção, estaria até hoje lutando para conseguir segurança”, explicou Jorge Vieira.

5.2.2 Parlamentares “abolicionistas” e a mídia

A relação entre parlamentares e a abolição do trabalho escravo é antiga. Remonta do século passado, quando o deputado abolicionista Joaquim Nabuco passou a empreender sua campanha em favor da erradicação da prática.

Passados exatos 117 anos, ainda existem deputados que defendem a causa. É claro que não com o mesmo fervor do passado, mas propondo projetos de lei ou apresentando propostas de emenda à Constituição para erradicar o crime.

No arquivo da Câmara dos Deputados, constam 36 projetos de lei (PLs) e seis PECs sobre trabalho escravo desde 1995 até hoje. Cerca de uma dezena deles ainda tramita e têm alguma chance de vingar e se tornar lei. No Senado Federal, a diversidade é menor: são seis PL e uma PEC. A casa varia e os autores também, mas o conteúdo destes projetos são bem semelhantes. Mais de 70% deles tratam de formas de punição aos proprietários escravistas. Tanto o Senado como a Câmara colecionam projetos de lei e propostas de emenda que dão nova redação ao artigo 149 do Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), que tipifica a escravidão como crime. Na maioria das vezes, a proposta prevê aumento da pena de reclusão para o empresário que é flagrado ou, então, inclui argumentos para elevar o crime à categoria de hediondo.

Não faltam também projetos que defendem medidas de repressão econômica aos nomes da “Lista Suja”. Sobram parlamentares pedindo a proibição da concessão de crédito rural aos exploradores. E há alguns poucos que defendem a expropriação das terras onde foram flagrados trabalhadores escravos. É o caso da PEC 438/2001, de autoria do ex-senador Ademir Andrade (PT-PA). Com redação de uma PEC anterior de 1995, do deputado Paulo Rocha (PT-PA), a proposta prega o confisco das terras e é considerada um

ícone do combate à escravidão por diversas entidades não-governamentais que pressionam os poderes Legislativo e Executivo. Estratégica, sua aprovação significaria que o governo não vai mais tolerar esse tipo de conduta por parte dos empresários.

Devido ao seu potencial para erradicar o crime a partir do “bolso” dos exploradores, a aprovação da PEC consta até no Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (medida 7). Mas se depender das pressões da bancada ruralista da Câmara, ainda deve demorar a virar lei. Apresentada no Senado em 2001, foi aprovada em 2003. Na Câmara, fará dez anos em 2005, já que o primeiro autor da proposta foi o ex-deputado Paulo Rocha (PT-PA).

Caso 2: As notícias podem acelerar a aprovação de projetos de lei?

Não é por acaso que a maioria dos parlamentares que defendem propostas abolicionistas é do Pará, estado que concentra o maior número de libertações. Ao time de Rocha e Andrade, vem se juntar a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que também tem proposta sobre o tema. Foi outra paraense, a petista Socorro Gomes, a primeira senadora a propor o embrião da PEC da expropriação há quase 15 anos. “Naquele momento, a aparição do tema na imprensa ainda era quase nula e atuação da OIT e do governo não era tão intensa. Resultado: esteve longe de ser aprovada”, lembra José Roberto da Silva Fonseca, assessor jurídico da senadora Ana Júlia e ex-assessor de Socorro Gomes. Até hoje, ele trabalhou sempre com parlamentares do Pará, incluindo o ex-senador Ademir Andrade.

Mais tarde, articulou a PEC de Andrade, que foi aprovada em curto prazo e por unanimidade no Senado. “Naquele momento a publicidade sobre o tema, a pressão social, as ações da sociedade civil e do governo já se colocavam como muito mais intensidade e tudo isso, sem dúvida, ajudou”, diz o assessor. Depois da PEC, uma enxurrada de proposições de vários parlamentares foi apresentada, como citado anteriormente.

Para Fonseca, esse “boom” no número de projetos de lei deve-se a dois fatores. Primeiro, aos veículos de comunicação. Ao denunciar e repercutir ações, sensibilizam a sociedade e, como consequência, os parlamentares que a representam. Isso gerou pressão da sociedade civil e intensificou a atuação de entidades como a CPT e OIT e poder

Judiciário. Aqui observamos aquele esquema de influência esquematizado anteriormente, no quadro 2.

Em alguns casos, as denúncias estampadas nos jornais foram também o pontapé inicial para a elaboração de uma proposta. É o caso do deputado Anselmo de Jesus Abreu (PT-RO), que propôs outra PEC no ano passado prevendo a expropriação das terras que são palco de trabalho escravo. “Sem dúvida as matérias veiculadas na imprensa contribuíram para minha decisão de ingressar com a PEC”, lembra Anselmo, que também milita em outras ações pela reforma agrária. Segundo ele, as que mais impactaram foram as que relatavam casos de trabalho escravo no Sul do Pará e o assassinato dos fiscais do Ministério do Trabalho em Unaí-MG, ocorrido em 2004, mesmo ano em que ele ingressou com a proposta e em que a comoção popular em torno do caso era forte.

Ele assume que se utilizou, naquela época, e usa ainda hoje dos jornais para reforçar a argumentação dos projetos. “Quando bem elaboradas, essas matérias fornecem dados, argumentos para a defesa de determinadas propostas”, diz.

Para outros parlamentares, no entanto, o exemplo é exceção. E dificilmente, nesse caso, a imprensa ultrapassa o papel sensibilizador e passa a embasar a redação dos projetos. “Dificilmente é possível tirar informações dos jornais para os PLs, porque eles exigem um conteúdo e formato muito técnicos, o que a imprensa não proporciona”, diz o ex-senador Ademir Andrade.

Relator de um projeto de lei para inibir os incentivos fiscais, o deputado Vicentinho (PT-SP) compartilha da mesma opinião. “Para poder fazer as emendas não foi necessária nenhuma informação jornalística, mas sim experiência própria das pessoas envolvidas na causa”, diz. De qualquer forma, ele confirma o papel de proteção da imprensa às pessoas ameaçadas de morte citado pelos auditores do Trabalho. “Já estive em terras de fazendeiros acusados de assassinato junto com veículos e eles serviram de testemunha. Nada aconteceu”.

Mas tanto Fonseca quanto Anselmo não descartam o poder de pressão de alguns artigos para convencer o Congresso a acatar a proposta. Talvez, nesse caso, a imprensa ajude a criar necessidade e as condições para que os parlamentares a transformem em lei, influenciando na forma final da legislação. “Isso acontece com muita frequência, tanto para defender como atacar propostas”, diz Anselmo. Para ele, os deputados são propensos a

seguir o “efeito manada” e muitas vezes decidem ao sabor dos acontecimentos. Para os indecisos, a aparição do tema na mídia contribui muito para criar uma situação favorável a determinadas matérias relacionadas ao trabalho escravo. De fato, no arquivo da Câmara há mais de 90 discursos sobre o tema, metade deles com base em alguma informação da mídia. Basta pesquisar no site da Câmara dos Deputados.

Para Vicentinho e Andrade, no entanto, a forma mais eficaz de driblar resistências ao assunto no Congresso continua sendo por meio do diálogo e do conchavo. No Senado, é necessário mais um trabalho pessoal para convencer um a um, diz Andrade. O núcleo agrário e conservador, no entanto, nem as matérias nem o diálogo são capazes de convencer, segundo ele. “Eles não tem sensibilidade nenhuma e estão se lixando para o problema. Acreditam que simplesmente não existe escravidão, que não passa de uma fantasia da esquerda ou do MST”, explica.

O que é confirmado pelo repórter Evandro Eboli, que bate cartão todo dia no Congresso para cobrir política. “Os mais resistentes da bancada ruralista são também os que mais alegam desconhecer o problema”, diz.

5.2.3 A pressão sobre grandes grupos empresariais envolvidos na cadeia produtiva do trabalho escravo

A atuação conjugada de governos, empresas, ONGs e mídia pode operar resultados que tanto minimizam os gastos, transformados em investimentos dado o retorno que se obtém, quanto os problemas sociais adquirem maior visibilidade e participação. Deixam de ser um assunto exclusivo dos governos e da caridade para receber um tratamento econômico, que difere da simples benemerência (SILVA, 2002b, p. 7)

Até há bem pouco tempo, poucos indicadores além dos lucros e do bom desempenho nos negócios, eram determinantes para a sobrevivência de uma organização. Hoje, essa lista ganhou um componente a mais: as práticas de responsabilidade social, conceito que está no rol de prioridades das corporações. Não apenas porque se tornou politicamente correto contribuir com causas sociais ou preocupar-se com os consumidores, mas porque ser socialmente responsável virou questão de sustentabilidade. Mais que uma

preocupação com a imagem, esse tipo de atuação responsável é capaz de garantir a sobrevivência dos negócios e da própria empresa. Principalmente diante do mercado externo, que não vê com bons olhos empresas nocivas à comunidade. Ter o nome atrelado, hoje, a alguma prática atentória contra os direitos humanos significa muito mais do que enfrentar cara feia de investidores externos. É garantia de perda de credibilidade, mercado e competitividade lá fora.

O governo brasileiro sabe disso e tem se aproveitado dessa preocupação das empresas como forma de pressão para reprimir práticas do trabalho escravo no Brasil. A idéia é que a responsabilidade social empresarial fale mais alto diante de crimes contra os direitos humanos como esses. Por isso, no ano passado, a Subsecretaria dos Direitos Humanos, em parceria com a ONG *Repórter Brasil*, mapeou e identificou a cadeia produtiva da escravidão no Brasil. Com isso, o governo pretende alertar ao varejo, atacadistas, exportadores e indústria para que não consumam ou adquiram produtos que podem ter utilizado mão-de-obra escrava. E também incentivar a suspensão de contrato com fornecedores até que eles regularizem a situação e saiam das conhecidas “listas sujas publicadas pelo governo e já citadas anteriormente.

As propriedades rurais que constam nas listas são o ponto de partida para a investigação do resto da cadeia produtiva. Através de um trabalho de investigação, a partir delas é possível descobrir os compradores primários (frigoríficos, beneficiadoras) até chegar aos consumidores interno e externo. Os produtos identificados pela pesquisa foram carne, algodão, soja, álcool, café, pimenta-do-reino e carvão. E estavam entre as matérias-primas adquiridas por vários grandes grupos brasileiros que, sem saber, compravam produtos de fornecedores que fazem parte da “Lista Suja” preparada pelo Ministério do Trabalho.

“O estudo da cadeia produtiva foi um misto de grande reportagem, porque envolveu apuração e investigação, e pesquisa propriamente”, afirma o jornalista e cientista político Leonardo Sakamoto, coordenador da ONG *Repórter Brasil* e responsável pelo estudo. E, segundo ele, quando têm acesso às informações, os veículos de comunicação acham as informações interessantíssimas, já que elas envolvem grandes nomes de empresas brasileiras.

Caso 3: Estudo motiva assinatura do Pacto de compromisso entre grandes empresas brasileiras

Lançadas na imprensa, as informações do estudo já renderam alguns resultados práticos. A revista *Época* foi um dos veículos que aproveitou o gancho da pesquisa para investigar mais a fundo o envolvimento de empresas exportadoras. De maio a julho deste ano, a revista publicou uma série de reportagens em que citava nominalmente empresas que haviam comprado de fornecedores que desrespeitavam os direitos humanos. Caso das redes varejistas Pão de Açúcar e Carrefour, e também empresas como a Coteminas. A série de quatro matérias foi inaugurada, em 30 de maio de 2005, com a chamada de capa: “Novos abolicionistas” (confira na íntegra no Anexo III), em que retrata a ação conjunta entre governo e ONGs para destrinchar a cadeia produtiva e colocar as empresas contra a parede. Rendeu posteriormente mais três suítes: “O lobby escravocrata”, que denuncia a pressão do ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti em cima de distribuidoras como Ipiranga e BR para comprar o álcool da fazenda Gameleira, que aparece três vezes na “Lista Suja”. E “Insistência na escravidão”, que informa o quarto flagrante de afronta aos direitos humanos em terras da Gameleira, defendida por Severino.

Somadas à coluna “Elos da cadeia”, da Colunista Miriam Leitão, que divulga o estudo ao mesmo tempo em que levanta a bandeira contra o problema, as matérias ajudaram a espalhar o desespero entre o setor empresarial.

Publicada em março, a coluna de Miriam saiu antes da assinatura do Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, mediado pelo Instituto Ethos e pela *Repórter Brasil* em maio deste ano. Ao assinar o termo, bancos, distribuidoras de combustíveis, redes de supermercados, setores de papel e celulose e têxtil, entre outros segmentos da economia envolvidos na cadeia, assumiram o compromisso de combater o trabalho escravo no país. E também definiram metas para a regularização das relações de trabalho nas cadeias produtivas às quais estão vinculadas. As reportagens de *Época* saíram depois da assinatura do acordo. Mas na opinião de Leonardo Sakamoto, um dos autores do estudo, isso ajudou a atrair mais empresas para o acordo. No início eram 60 signatárias; hoje o pacto já acumula 80 empresas.

Esses segmentos também anunciaram restrições comerciais a empresas e a pessoas identificadas na cadeia que se utilizem de condições degradantes de trabalho associadas a práticas que caracterizem a escravidão. Entre os 80 signatários, a lista inclui grandes empresas como Coteminas, Carrefour, Pão de Açúcar, Wal-Mart/Bompreço, Votorantim, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Antes do estudo, boa parte deles sequer tinha conhecimento de que compravam de fornecedores que utilizavam mão-de-obra escrava. Depois de informados, reconheceram o próprio papel na cadeia.

Mas o que essa assinatura representou na prática? Quem responde é a rede Pão de Açúcar. Após tomar conhecimento da situação, o grupo incluiu uma cláusula em seus contratos comerciais. Isso implica que os cerca de seis mil fornecedores devem ser zelosos de sua produção e cadeia. Se a rede varejista identificar irregularidades, os contratos de fornecimento serão quebrados. “Foi passada uma comunicação a todos os seis mil fornecedores de produtos e os frigoríficos foram chamados e estão desenvolvendo ações para tentar cercar esta cadeia produtiva”, explica Sueli Renberg, ombudsman do fornecedor do Grupo Pão de Açúcar.

Na avaliação de Sueli, a resposta das empresas fornecedoras tem sido positiva e já se expande para outros elos da cadeia. “Nossos principais fornecedores de carne já estão informando as empresas ligadas à cadeia sobre a questão”, diz. Outras redes varejistas, como Wal-Mart e Carrefour, vão adotar as mesmas regras.

Na cadeia produtiva da carne, há mais boicotes a produtos que tenham origem ou alguma ligação com esse tipo de crime. Só o Carrefour deixou de renovar cinco contratos com grandes fornecedores nos últimos quatro meses. O principal alvo dos supermercados são os frigoríficos, pois a pecuária tem o maior número de autuações. E a Associação Brasileira dos Exportadores de Carne (Abiec) trabalha na criação de projeto a ser desenvolvido junto aos distribuidores de carne.

“A cadeia produtiva envolve empresas de setores-chave para as exportações, como o agronegócio, o que acaba representando uma grande vulnerabilidade para o Brasil”, diz Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos, que foi responsável pela mobilização do empresariado. “Além de ser vergonhoso para o país, a existência de trabalho escravo pode levar à quebra de vários contratos”, frisa.

Segundo o próprio autor das matérias sobre a cadeia produtiva, o jornalista Ricardo Mendonça, da *Época*, foi possível perceber a mobilização de alguns setores mesmo durante a apuração. Principalmente por parte daqueles que lidam mais diretamente com os clientes, como é o caso das redes de supermercado, como o Pão de Açúcar. “Eles não só nos atenderam prontamente, como tiveram a iniciativa de procurar os fornecedores e dizer que não queriam mais comprar aquele tipo de matéria-prima”, diz Mendonça. Um exemplo disso, segundo ele, é a Coteminas, citada na reportagem. O presidente da empresa, Josué Gomes da Silva, tão logo ficou sabendo do problema, implantou um sistema de checagem da situação dos fornecedores com base na “Lista Suja”. Por exemplo, se uma fazenda produtora de algodão estava na “Lista Suja” do Ministério do Trabalho, os contratos eram logo suspensos.

Preocupados com a imagem e a avaliação do consumidor, houve até aqueles que veicularam anúncios no horário nobre da TV para informar os clientes sobre a procedência dos produtos. Foi o caso do Pão de Açúcar. Coincidentemente, esse grupo é citado na reportagem da *Época* como comprador de uma fazenda que está na “Lista Suja” e vendido para o fornecedor da rede. Para Mendonça, a imprensa gerou repercussão do estudo, mas isso só foi possível porque algumas entidades, como o Ethos e a Repórter Brasil, também estavam envolvidas e intermediaram as negociações. “Coteminas e Pão de Açúcar começaram a tomar providências antes que o assunto ganhasse as páginas dos jornais. Já outras empresas sequer se manifestaram até hoje”, diz Mendonça.

Depois de acompanhar a negociação das empresas para a assinatura do pacto desde o começo, Sakamoto não tem dúvidas: a partir do momento em que as matérias da *Época* e o artigo de Miriam Leitão vieram à tona, as empresas acirraram a pressão sobre os fornecedores. “O Pão de Açúcar pressionou mais, e vários frigoríficos escreveram cartas ou telefonaram para compreender por quê faziam parte da cadeia”, enfatiza ele.

Caso 4: As siderúrgicas na mira da imprensa

As empresas que assinaram o pacto não foram as únicas a sentirem a pressão da imprensa na questão trabalhista. Em 2004, outra matéria colocou algumas siderúrgicas na parede ao revelar que elas compravam carvão de carvoarias da Amazônia, as quais empregavam trabalhadores escravos. Publicada na revista *Observatório Social*, da Central

Única dos Trabalhadores (CUT), a reportagem “Escravos do aço” não precisou encontrar repercussão na grande imprensa para fazer estragos na imagem das mais importantes siderúrgicas brasileiras, como a Queiroz Galvão, Gerdau e Vale do Rio Doce.

Para chegar a esses nomes, os jornalistas Dauro Veras e Marques Casara se debruçaram em relatórios do MPT e em algumas informações do estudo da cadeia produtiva do trabalho escravo. O resultado é uma matéria de 14 páginas que dificilmente se encaixaria nos moldes da maioria das reportagens da grande imprensa. Bem fundamentada, ela vai fundo nos documentos do Ministério Público e também nas carvoarias. Tudo para buscar relatos da situação degradante dos trabalhadores. Num dos boxes, o repórter descreve, em primeira pessoa, o que viu durante uma ação de fiscalização.

A matéria é inteira permeada pelo contraste entre a situação dos trabalhadores e os vultosos lucros das siderúrgicas que compram o carvão das carvoarias que empregam esse tipo de mão-de-obra. E isso chega a despertar indignação no leitor. De um lado, estão a prática de endividamento do trabalhador (sistema de barracão ou cantina) e as péssimas condições de conforto e higiene. Do outro, representantes das siderúrgicas comemoram os feitos de uma atividade que movimenta 400 milhões de dólares anuais e 2,2 milhões de toneladas/ano. Boa parte desse aço vai parar na linha de montagem dos carros produzidos nos Estados Unidos. Controladas por 13 siderúrgicas com sede no Maranhão e no Pará, as carvoarias ilegais são de propriedade de gigantes da economia, com atuação em quase todo Brasil e exterior, como é o caso dos grupos Queiroz Galvão e Gerdau.

No artigo, ainda há espaço para a contextualização histórica do problema e para o direito de resposta das siderúrgicas. Surpreendentemente, representantes de algumas empresas alegaram ter tomado conhecimento da situação apenas depois da publicação da matéria. Foi o caso da Simasa, uma das carvoarias controladas pela Queiroz Galvão, que afirmou que não sabia das condições de vida dos trabalhadores. E ainda prometeu soluções. Mas houve também aquelas que se eximiram da culpa, como a Gerdau, que afirmou que a exploração estava longe do trabalho escravo.

A solução veio mesmo dois meses depois da publicação da matéria. O Instituto Ethos a utilizou como instrumento para convencer as siderúrgicas envolvidas na cadeia produtiva do carvão a assinarem um pacto de compromisso contra a mão-de-obra escrava. Quem conta os bastidores dessa articulação é o próprio presidente do Ethos, Oded Grajew:

“Depois da divulgação da matéria, procuramos, junto com a OIT, as siderúrgicas que compravam o carvão desses produtores para articular um pacto que pusesse fim ao descalabro”, afirma. A influência da imprensa é admitida até mesmo no documento divulgado pela Ethos, que novamente mediou este novo acordo empresarial:

O Instituto Ethos iniciou a articulação dessas empresas após a divulgação, em julho deste ano, da reportagem “Escravos do aço”, publicada no site “Observatório Social em Revista” (<http://www.observatoriosocial.org.br>). A matéria revela que o mercado de ferro-gusa, que movimenta 400 milhões de dólares anuais, tem focos de trabalho escravo em sua cadeia produtiva. (...) O documento reconhece tal realidade e enfatiza que, embora as empresas siderúrgicas e órgãos governamentais venham se esforçando, ainda permanecem na cadeia produtiva as condições propícias às práticas dos trabalhos escravo e infantil.⁶

Em agosto de 2004, as 15 empresas integrantes da Associação das Siderúrgicas de Carajás (Asica) - que reúne companhias que atuam nos Estados do Pará e Maranhão - assinaram uma carta-compromisso pelo combate ao trabalho escravo no setor siderúrgico da região norte do País. Depois do acordo, os grupos se comprometeram a lutar por mais dignidade e pela formalização e modernização na cadeia produtiva do setor siderúrgico. O pacto envolveu sindicatos, entidades da sociedade civil e Ministério Público do Trabalho.

A coordenadora da OIT, Patrícia Audi, acredita que o acordo pode representar um avanço nos indicadores sociais da região, além de estimular outras empresas e a sociedade civil a se comprometerem pelo fim da exploração. Na pesquisa, ela cita esse tipo de repressão econômica como um dos campos em que a atuação da imprensa pode ser mais efetiva para a luta contra a mão-de-obra escrava. “Sem a menor dúvida, a matéria publicada no Observatório Social foi determinante para a decisão das 13 siderúrgicas. Elas se sentiram pressionadas”, aposta o coordenador da CPT, Xavier Plassat, assíduo analista do comportamento da imprensa na questão.

Mas e os resultados práticos?

⁶ Representantes do setor siderúrgico, do Ministério Público, da OIT e do Instituto Ethos comentam o compromisso contra o trabalho escravo. Documento publicado no site do Instituto Ethos: www.ethos.org.br

Quem responde é o próprio presidente da Associação das Siderúrgicas de Carajás (Asica), Ricardo Nascimento: “As siderúrgicas estão desenvolvendo esforços no sentido de mostrar aos fornecedores a necessidade do enquadramento dentro dos preceitos legais e socialmente corretos. Isso tem acontecido com a ajuda de auditorias, treinamentos e incentivos no preço”, afirma.

Outro exemplo dessa mobilização foi a criação do Instituto Carvão Cidadão, exatamente no mesmo mês da assinatura do acordo. A iniciativa partiu de sete siderúrgicas do estado do Maranhão. Boa parte delas é também signatária do pacto com o Instituto Ethos. Além de garantir o cumprimento da legislação trabalhista, o ICC nasceu com o objetivo de fiscalizar toda a cadeia produtiva do algodão, inclusive o fornecimento às indústrias dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins.

Recentemente, o ICC apresentou proposta à Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE para desenvolver um trabalho de inserção social dos trabalhadores resgatados das “fazendas-senzalas”, oferecendo vagas para esses trabalhadores na área de reflorestamento das siderúrgicas associadas. Uma das diretoras da organização é a ex-auditora do trabalho do Grupo de Fiscalização Móvel do Trabalho Escravo, Cláudia Brito, que também é uma das representantes entrevistadas neste estudo.

Para o especialista em comunicação Luiz Martins da Silva, da UnB, a cobertura das ações sociais nos campos da chamada “responsabilidade social” das empresas ou cidadania corporativa seria uma das várias vertentes e possibilidades de jornalismo público, ou *civic journalism*, no Brasil.

Em ambos os casos, conforme mostrado no quadro 2, fica patente a pressão de membros da sociedade civil organizada de ONGs, como o Instituto Ethos e a *Repórter Brasil*, na influência de comportamentos por parte da sociedade empresarial. Assim como no esquema, as ONGs se utilizam de matérias da imprensa como forma de convencer a sociedade, representada aqui pelas empresas signatárias do pacto e pelas siderúrgicas, a empreenderem ações para banir o trabalho escravo de suas cadeias produtivas. Em outras palavras, as reportagens foram usadas como instrumentos de pressão para facilitar acordos determinantes nos rumos da erradicação da prática. “Sem as matérias da imprensa para divulgar o problema, seria muito difícil o pacto ter se concretizado, talvez até impossível”, diz Leonardo Sakamoto, um dos responsáveis pelo estudo.

5.2.4 A pressão da imprensa sobre os proprietários rurais

Mais da metade dos representantes que responderam a pesquisa concordam num ponto: depois da divulgação da cadeia produtiva, a “Lista Suja” é a melhor estratégia para pressionar os poderosos a tomarem providências contra esse crime. Divulgada semestralmente pelo governo e encaminhada a todos os veículos de comunicação, a lista é presença constante na imprensa. Basta ser atualizada para que uma enxurrada de matérias seja despejada na mídia. Tanto melhor para os jornais se, entre as várias fazendas relacionadas, aparecer uma propriedade de algum deputado ou figura pública.

Para medir o potencial de repercussão – e o pavor – que essas matérias são capazes de gerar, basta dar uma passada no Ministério do Trabalho no dia da divulgação da famosa lista. “O clima de pressão aumenta em Brasília. A publicação é cercada de sigilos, por isso alguns deputados mantêm advogados de plantão para que, ao menor sinal de uma brecha, retirem seu nome e a imagem da lista”, conta o repórter Evandro Eboli, autor de várias matérias sobre as listas e os parlamentares que exploram o trabalho escravo.

Xavier Plassat, da CPT, acredita que a inclusão de vários produtores de algodão na última “Lista Suja”, divulgada em julho de 2005, está na origem da criação do Instituto Algodão Social, em Mato Grosso. A ONG surgiu da decisão de industriais do algodão de suspender as compras de produtos vindos de fazendas algodoceiras inimigas do direito do trabalho. A exemplo das siderúrgicas, que criaram o Instituto Carvão Cidadão no ano passado, o Algodão Social é uma tentativa dos algodoceiros do Mato Grosso – grande exportador e responsável por 49% da produção nacional – de regulamentarem as relações trabalhistas no setor. A idéia é investir para fiscalizar e orientar os produtores a cumprirem a legislação trabalhista. O diretor-executivo do Instituto Algodão Social, Fenix Balaniuc, disse que não tem conhecimento de escravidão no setor, mas que pretende investir para, ao menos, regulamentar as relações trabalhistas na cultura do algodão.

Morador do Pará, o ex-senador Ademir Andrade diz acompanhar de perto a ação dos proprietários. Depois da divulgação das primeiras listas, ainda em 2003, os fazendeiros e empresários, segundo ele, passaram a ficar muito mais receosos de punição. “Mais preocupados, eles trataram de procurar formas para regularizar a situação da mão-de-obra”, confirma Andrade.

5.2.5 Rádio: a única fonte de informação e transformação para os trabalhadores explorados

Caso 5: A *Rádio Nacional da Amazônia* e a conscientização dos trabalhadores explorados

Raramente os peões ou trabalhadores rurais escravizados costumam ter voz na sociedade. Dominante e imobilizante, o analfabetismo também os tornou mudos para expressar as condições de exploração em que vivem. Graças ao rádio, no entanto, a maioria não está surda às notícias que podem incentivá-los a denunciar o patrão que lhes retirou a liberdade.

A constatação de que o rádio é capaz de sensibilizar essa categoria e de operar transformações em suas vidas é compartilhada por quase todos os representantes que foram ouvidos pela pesquisa e lidam diretamente com os trabalhadores. Diferentemente dos demais setores da sociedade sensibilizados pela mídia, este grupo é um dos únicos em que o rádio foi essencial para a conscientização do problema. Entre os peões, o jornal impresso e a TV não têm vez nem poder para mobilização.

Via ondas de rádio, as notícias têm um alcance maior e chegam ao público-alvo do aliciamento. “À medida que os acontecimentos são noticiados, os trabalhadores podem tomar conhecimento sobre seus direitos e ser orientados sobre como agir em situações assim”, explica Mário Mamede, da SDH. Nesse contexto, a atuação das rádios é fundamental, pois falam diretamente a esse público.

A rádio que mais alcança as entranhas da selva amazônica e até mesmo as carvoarias mais longínquas é a *Rádio Nacional da Amazônia*, do sistema Radiobrás. Mas o papel do programa Voz do Brasil também não pode ser desprezado, na opinião das entidades.

A Nacional da Amazônia transmite em ondas curtas, cobrindo cerca de 50% do território nacional. Sua programação atinge aproximadamente 60 milhões de habitantes, nos

estados da região Norte, além de Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, entre outros. E até populações de outros países, como Guiana Francesa, o Suriname, Guiana, a Bolívia e outros. Devido ao seu alcance, a Rádio serve, não raro, como um dos únicos elos entre culturas diferentes. Seu principal papel é também integrador, pois leva informações dos centros urbanos aos moradores das áreas rurais, ribeirinhas e fronteiriças, onde outros veículos de comunicação têm dificuldade de acesso.

Por isso, a programação da rádio está centrada em mensagens aos moradores da região. Programas jornalísticos, educativos e culturais não faltam. Mas boa parte deles procura divulgar informações sobre a vida cotidiana das comunidades locais. Cartas e telefonemas dos ouvintes ajudam a elaborar a pauta do dia.

Ler cartas dos ouvintes e procurar especialistas para orientar a população é o que faz diariamente a jornalista e apresentadora Beth Begonha, em seu programa diário *Amazônia Brasileira*, que vai ao ar das 8 às 10h. Pelo poder de influência entre os trabalhadores explorados, a apresentadora foi uma das mais citadas pelas entidades ouvidas na pesquisa. As pautas principais do programa são pensadas para a minoria não atingida pela informação. Questões indígenas e culturais das populações amazônicas são temas frequentes. O trabalho escravo também tem espaço garantido na grade. “Não há como fugir dele, já que ameaça boa parte da população amazônica”, explica Beth.

Ela diz que costuma tratar o problema de forma didática e educativa. A começar pela pauta, que nasce sempre com base em denúncias ou nas cartas dos ouvintes, normalmente repletas de dúvidas sobre as diferenças entre exploração do trabalho e a escravidão. Das cerca de 200 cartas que recebe por mês, grande parte contém relatos ou denúncias de trabalho escravo. Estas, Beth faz questão de encaminhar à OIT e à SDH. Já não tem idéia de quantas correspondências foram parar nas mãos desses órgãos.

Mais do que servir de mensageira das denúncias, a apresentadora acredita que seu papel é tentar alertar o trabalhador explorado que a ouve de que o crime “é um dos mais bárbaros contra os direitos humanos”. O foco é sempre no serviço. Numa linguagem acessível aos trabalhadores, procura dar dicas de como escapar do aliciamento dos gatos e de como identificar que a oferta de emprego fácil pode ser uma cilada. Em caso de dúvida, sempre os orienta a buscar a ajuda de uma Delegacia do Trabalho.

Para esclarecer dúvidas e orientar os trabalhadores, é comum Beth convidar representantes do Ministério Público e das Delegacias do Trabalho locais. E quando a imprensa publica alguma notícia quente relacionada a libertações, por exemplo, esses convidados voltam à rádio para debater a questão. A coordenadora do Grupo de Fiscalização Móvel, Marinalva Dantas conta que já foi ao ar para falar sobre casos de escravidão. “Essas informações são essenciais porque expõem a ação nefasta de um escravizador, que geralmente é admirado em sua região”, destaca.

Os dados de denúncias contabilizadas pela CPT são indicadores que ajudam a dar a dimensão dessa influência da rádio sobre os trabalhadores. Elas partiam dos próprios peões envolvidos no esquema:

Tabela 4: Denúncias de trabalhadores em situação de escravidão

Trabalhadores envolvidos na denúncia	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	1996-2005	%
Pará	690	471	291	595	-	920	4.227	3.912	2.454	2.586	16.146	47,9%
Mato Grosso	510	146	-	-	136	106	723	1.268	1.003	1.842	5.734	17,0%
Tocantins	-	-	-	13	-	77	17	707	847	874	2.535	7,5%
Maranhão	-	124	31	-	-	375	432	614	410	506	2.492	7,4%
Bahia	-	-	-	-	-	-	-	1.094	150	308	1.552	4,6%
Minas Gerais	790	-	46	43	-	-	-	-	23		902	2,7%
Goiás	-	-	47	19	23	-	-	-	261	386	736	2,2%
Espírito Santo	172	-	-	38	-	96	-	-	244	80	630	1,9%
Rio de Janeiro	-	-	-	36	-	-	-	408	183		627	1,9%
São Paulo	320	-	-	47	-	-	50	16	142		575	1,7%
Rondônia	5	4	-	28	-	-	55	406	18	42	558	1,7%
Paraná	-	-	-	280	-	-	-	-	-	82	362	1,1%
Piauí	-	-	-	-	290	-	-	-	38		328	1,0%
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	180	29	-	-	18	227	0,7%
Amapá	-	-	199	-	-	-	-	-	-		199	0,6%
Alagoas	-	70	-	-	-	-	-	-	-		70	0,2%
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	29		29	0,1%
Acre	-	-	-	-	16	-	-	-	-		16	0,0%
Total	2.487	815	614	1.099	465	1.754	5.533	8.425	5.802	6.724	33.718	100,0%
% sobre o total	7%	2%	2%	3%	1%	5%	16%	25%	17%	20%	100%	

Fonte: Comissão Pastoral da Terra

Elas passaram de 2.487 em 1996 a 6724 denúncias contabilizadas em 2005 (até 24/11/05). O aumento pode ser observado em todos os Estados. Não por acaso, o Pará, que concentra metade delas, é também destino de boa parte dos trabalhadores escravizados e também abriga mais ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia. Uma pequena parcela deste aumento pode ser creditada à imprensa, de acordo com Ruth Vilela, do Ministério do Trabalho. “Com a maior divulgação do assunto, principalmente através das rádios, o trabalhador passou a denunciar mais e o Ministério do Trabalho teve como atuar de forma mais ampla”, afirma.

Essa percepção é compartilhada pela socióloga e coordenadora da CPT Regional Xinguara (PA), Ana de Souza Pinto, que lida diretamente com os trabalhadores. “As denúncias e informações veiculadas pela rádio contribuem para animar e motivar os escravizados a encaminharem as denúncias. E ajuda a convencê-los de que essa prática não pode ser considerada natural”, diz. A programação da *Rádio Nacional da Amazônia* aponta um caminho para informar os trabalhadores sobre seus direitos e riscos por meio da imprensa, que é o que prevê a meta 71 do Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Mas é claro que a imprensa tem suas limitações e apenas uma pequena parcela dessa conscientização pode ser atribuída aos veículos de comunicação. Eles não substituem o testemunho vivo do educador e dos movimentos sociais, como a CPT, que chegam até os rincões mais inacessíveis, onde qualquer jornal ou até mesmo rádio não chega. A proximidade do agente e dos representantes das ONGs torna o movimento começado pela imprensa mais eficiente, principalmente porque leva o trabalhador a denunciar fatos concretos. Mesmo assim, “o fato de haver jornalistas envolvidos com esses movimentos, torna a ação de mão dupla: conscientizam as comunidades, investigam as redes de aliciamento e denunciam e inibem a continuidade delas”, explica Marinalva, do Grupo de Fiscalização Móvel.

6 Como os responsáveis pelas matérias avaliam o papel da imprensa no combate ao trabalho escravo

6.1 Jornalistas e “abolicionistas”: dedicação e intenções

Em Brasília, nos anos 70, as sucursais e os jornais locais praticamente mantinham em cada “setor” (Presidência, Congresso, Judiciário e Ministérios) um ou mais repórteres. Entretanto, não surgiram jornalistas tidos como “especialistas” na área social. (...) Até hoje, não existiu no jornalismo brasileiro de “grande imprensa” uma especialização na área social, no máximo, “setoristas” da área social (Saúde, Previdência, Educação) e nem o mercado de trabalho comportava mais a distribuição de repórteres para tantos setores. (SILVA, 2002b, p.11)

Os repórteres da grande imprensa passam semanas até terem suas matérias aprovadas e avalizadas na redação. Mas nem por isso dedicam menos tempo na apuração dos fatos sobre um tema com o qual se indignam como cidadãos. Os que não pertencem aos grandes veículos lançam-se em viagens pelo sertão do país, às vezes até com dinheiro do próprio bolso. Essas são as dificuldades e um breve perfil dos repórteres “setoristas” do combate ao trabalho escravo no Brasil. De suas investigações e apurações saíram também algumas das matérias que mais contribuíram para a atuação das entidades que combatem o trabalho escravo, segundo a pesquisa. Esses repórteres foram também os mais reconhecidos e lembrados pelas entidades pesquisadas quando o assunto foi contribuição para o combate ao trabalho escravo.

Mas afinal: por que suas matérias foram as mais relevantes? A maneira como apuraram foi de alguma forma determinante para contribuir em maior ou menor grau para o tema? Durante a apuração, os repórteres tinham intenção de mudar a situação ou apenas faziam o papel de informar? Essas foram algumas das indagações propostas para os cinco jornalistas mais citados na pesquisa (o questionário completo está nos anexos). As questões buscavam entender como o principal responsável pelas matérias de impacto avaliava as influências da imprensa no tema. Mas não só isso. As respostas também são úteis para traçar as práticas de apuração e o *modus operandi* mais eficazes na produção de reportagens envolvendo temas sociais e direitos humanos. E podem ajudar, inclusive, o estudante que queira se enveredar pelos rincões brasileiros em busca de boas histórias sobre trabalho escravo ou sobre outro tema social. Antes das reportagens sobre escravidão, todos eles já tinham publicado uma ou mais matérias ligadas a direitos humanos ou a questões sociais.

Prêmios jornalísticos também são comuns nos currículo desses profissionais. Veja abaixo um resumo das atividades dos cinco jornalistas entrevistados:

Elvira Lobato

Repórter especial da *Folha de S. Paulo*, é autora do livro “Instinto de Repórter” (Publifolha, 2005). Formou-se em jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Especializou-se em Economia nos anos 70, atuando em revistas especializadas. Ingressou na *Folha de S. Paulo* em 1984. Recebeu o Grande Prêmio Folha de Jornalismo em 1999, com a reportagem “Segredos do poder”, em parceria com Fernando Rodrigues e, novamente em 2004, com a reportagem “Agronegócio e pecuária de ponta usam trabalho escravo”. A matéria foi o resultado final de um levantamento com base em 237 relatórios de fiscalizações do Ministério do Trabalho realizadas em 2000 e 2003. A repórter visitou os municípios de Marabá, Xinguara, Curionópolis e Redenção, no sul do Pará, considerada uma área endêmica de trabalho escravo.

Evandro Eboli

Há quatro anos no *Globo*, Eboli cobre a área social desde que foi contratado pelo jornal. As pautas das matérias oscilam entre ações sociais do governo, como o Bolsa Família, até direitos humanos, com a cobertura mais recente da anistia a presos políticos. Anteriormente trabalhou nos jornais *Hoje em Dia*, *O Estado de S. Paulo* e Agência Folha. Há 8 anos atua na editoria de geral com pautas sociais. Setorista de trabalho escravo no *Globo*, já publicou várias dezenas de matérias sobre o tema e acompanhou algumas libertações. As pautas vão desde notícias quentes e curtas de políticos envolvidos com o crime até matérias de mais de uma página sobre soluções para a impunidade no campo.

Jonas Campos

Já acompanhou cerca de 15 fiscalizações de fazendas ao lado do Grupo de Fiscalização Móvel. E fez matérias sobre outras 30, nas quais enviava um cinegrafista. Dentre as várias matérias que sempre ganhavam uma pontinha no *Jornal Nacional* as que mais se destacaram foram as duas reportagens intituladas “Escravos do Patrão”, que foi ao ar no *Jornal Nacional* em 2004. A série mostra flagrantes de trabalho escravo em duas

fazendas do sul do Pará. Na primeira matéria, Jonas flagrou 40 pessoas sem registro profissional. Na segunda, e em menos de uma semana, o número passou a 90 trabalhadores. Desde 1994, já trabalhou na Rádio Gaúcha de Porto Alegre, na afiliada do SBT em Curitiba e na TV Liberal, afiliada da *Globo* em Belém (PA). Depois de ameaças de morte, teve de voltar para Porto Alegre, onde atua como repórter da *Globo*. Foi finalista do Prêmio Embratel de Jornalismo em 2005.

Leonardo Sakamoto

Jornalista formado pela ECA-USP e cientista político. Desde 2000, quando passou a cobrir o tema, é autor de várias reportagens sobre trabalho escravo. Especializado na cobertura de pautas sociais, o repórter venceu o Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos em 2003 com a matéria “Homens-tatu do sertão”, publicada na revista *Problemas Brasileiros*. E foi finalista, no mesmo ano, do Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, com a reportagem: “Este homem é um escravo brasileiro”, publicada na revista *Caminhos da Terra*. Diretor da ONG *Repórter Brasil* e autor do estudo da Cadeia Produtiva do Trabalho Escravo, encomendada pela SDH, Sakamoto é um dos jornalistas que mais conhece sobre o tema no Brasil.

Marcelo Canellas

Natural de Passo Fundo, já trabalhou na RBS TV como telejornalista. Seis meses depois, seguiu para a EPTV de Ribeirão Preto com repórter especial do *Jornal Nacional* para o interior de São Paulo. Em 1990, passou a repórter especial da *Rede Globo*, onde permanece na função até hoje. Sempre focalizando o jornalismo nas questões humanitárias, Canellas já denunciou trabalho escravo, fome no Brasil e exploração infantil. Com a matéria “Trabalho escravo”, exibida no *Fantástico* venceu o Prêmio Embratel 2002. Atualmente, é convidado constantemente para participar de debates e seminários sobre trabalho escravo Brasil afora.

Ricardo Mendonça

Embora não seja um setorista no assunto – publicou quatro matérias sobre trabalho escravo pela *Época*– Ricardo é autor de reportagens que impactaram o comportamento das

organizações envolvidas na cadeia produtiva. É por isso que seu nome foi citado na pesquisa. Trabalhou na revista “Veja” até 2002, época em que levou o prêmio Ayton Senna de Jornalismo com a reportagem “O paradoxo da miséria”, que trouxe um panorama detalhado da miséria que atinge 23 milhões de brasileiros e resiste apesar de todos os avanços do país.

6.1.1 A indignação logo no primeiro encontro com o tema

O primeiro contato desses profissionais com o trabalho escravo ocorreu de forma bastante diferente. O trabalho de *media advocacy* da CPT foi eficiente para chamar a atenção de Jonas Campos, em 1999. Nessa época, chegou a seus ouvidos uma denúncia da Pastoral de que mais de 100 trabalhadores eram mantidos em regime de escravidão numa fazenda em São Félix do Xingu. Partiu com a equipe para lá, mas, por causa das distâncias e da dificuldade de acesso, chegou um dia depois da ação do Grupo de Fiscalização Móvel. Essa primeira experiência não inibiu a atuação do repórter, que acompanhou mais de 15 fiscalizações com os agentes do trabalho. Ficou tão impressionado com as narrativas dos peões e suas condições de vida que depois disso passou a desenvolver um trabalho sistemático na busca de pautas. “Adotei a rotina de fazer uma ronda por telefone uma vez por semana para apurar denúncias junto às organizações. Isso sempre me rendia matérias”, diz.

As matérias de Jonas apareciam vez ou outra no *Jornal Nacional*. E foi motivado por elas que Marcelo Canellas se interessou pelo tema. “Sentia falta de algo mais aprofundado no assunto que explicasse mais o problema”, diz ele, que procurou, logo depois, a CPT e o Grupo de Fiscalização Móvel. O objetivo era mostrar pela primeira vez o funcionamento do esquema de aliciamento, tentando entender por que os peões se submetiam àquilo. Foram 20 dias de viagens e apuração, para mostrar o passo-a-passo do aliciamento de trabalhadores. Bem que tentou vender a pauta para o *Jornal Nacional*, mas não conseguiu convencê-los de que o tema era importante. “A chefia não dimensionou a pauta como fato jornalístico. Alegaram que o assunto já tinha sido abordado com frequência”, diz. A idéia foi vendida, então, para o *Fantástico*, que não só a comprou como a transformou em matéria de capa, em 2001. Essa não foi a primeira vez, segundo Marcelo,

que teve dificuldades para fazer passar pautas sociais no *Jornal Nacional*. Longe do *hard news*, suas sugestões de reportagens nem sempre são facilmente recebidas pela emissora. “Foram quatro anos negociando para emplacar a série sobre fome. Ouvia que o assunto já estava superado jornalisticamente”, disse. O panorama sobre o problema no país produzido e exibido em 2001 foi, para o jornalista, o momento mais importante de sua carreira. Posteriormente, a série de cinco pequenos documentários rendeu diversos prêmios, como o do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e outro Prêmio Imprensa da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel).

Foi apurando outras reportagens que Elvira Lobato e Leonardo Sakamoto se depararam pela primeira vez com a história de exploração vivida pelos trabalhadores. Depois de uma entrevista com um superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Rio, Elvira descobriu que o órgão estava processando um usineiro da região norte fluminense por exploração de trabalho escravo. Soube, inclusive, que as terras do empresário estavam ameaçadas de expropriação. “Como nunca tinha feito uma matéria na área nem sabia da existência do crime, bateu a curiosidade de fazer algo mais aprofundado”, explica Elvira, que logo imaginou um diagnóstico do crime estampado nas páginas da Folha. Consultou, então, um procurador de Trabalho do Rio, que recomendou que analisasse os relatórios do Grupo de Fiscalização Móvel para ter acesso às fazendas. Elvira passou uma semana presa em uma sala do Ministério do Trabalho, lendo e analisando 237 relatórios. “Chegava às 8h e saía às 22h, às vezes nem parava para almoçar”, lembra.

Já Sakamoto desvendava as atrações turísticas de São Raimundo Nonato (PI), quando foi informado que trabalhadores eram escravizados numa propriedade não muito longe dali. Indignado, voltou ao local para uma reportagem sobre o assunto em 2000, publicada na revista *Problemas Brasileiros* e no *iG*. Era a continuação de uma carreira dedicada a relatar problemas sociais do Brasil profundo. No ano seguinte, não parou mais de veicular suas matérias não só na *Problemas Brasileiros*, como na *Revista Terra*, *Agência Carta Maior* e em outras publicações. Mais tarde, criou a *Repórter Brasil*, ONG de comunicação que publica matérias sobre a questão e também desenvolve outros projetos para a erradicação da prática.

Enviado pelo *O Globo* a Brasília em 2001, Evandro Eboli ganhou também a missão de cobrir uma cesta de temas da editoria Nacional, que incluía saúde, educação, questão agrária e trabalho escravo. Tornou-se o setorista oficial do tema no *Globo*, no qual publicou algumas dezenas de matérias retratando a situação dos trabalhadores. Ricardo Mendonça entrou recentemente para o time dos jornalistas “abolicionistas”, depois de investigar a cadeia produtiva, que rendeu a série de quatro reportagens destrinchada anteriormente. “Quando a história é boa como essa, é impossível não se interessar e ir a fundo”, diz. Ele foi apresentado ao problema há pouco tempo, depois da matéria de uma colega da *Época*, a repórter Ana Aranha. Em “Escravos nas terras do prefeito”, ela relata a existência de trabalho escravo na fazenda Triângulo, em Goiás, de propriedade do ex-prefeito de Santos Beto Mansur.

6.1.2 Suor e investigação nos bastidores da apuração

Não fossem a dedicação e o suor, os seis profissionais citados provavelmente não figurariam na lista dos jornalistas mais importantes para as entidades entrevistadas. A maioria se destaca pelo tempo empregado nas matérias, na maioria das vezes feitas *in loco*, e pelo cuidado com a investigação. O tempo de apuração varia de acordo com o veículo. Nos jornais e revistas, que concebem maior espaço para o tema, algumas matérias demoraram meses para ser buriladas. Já na TV, as reportagens têm de ser rápidas, mas não são menos trabalhadas.

Elvira e Ricardo lançaram-se num trabalho de investigação que durou cerca de dois meses. A repórter da *Folha* apurou a matéria em etapas. Primeiro, avaliou todos os 237 relatórios. Foi com base neles que convenceu a *Folha* de que precisava viajar ao sul do Pará, a grande “senzala”, tamanha era a quantidade de casos. Durante mais de uma semana, entrevistou fazendeiros, peões e gatos. Nada escapou. Depois, trabalhou para entender a economia dos municípios e ouvir as empresas mencionadas na matéria, o famoso “outro lado” exigido nos manuais da *Folha*. “Para ter um diferencial, principalmente nesta área social, tem que mergulhar muito a fundo”, diz ela, do alto de seus 30 anos no ofício de repórter. Embora não se considere setorista no tema, Elvira diz que hoje virou alvo das notícias do Ministério Público, CPT e de outras instituições, que, segundo ela, sempre ligam quando há novidade. Ricardo Mendonça também usou técnicas investigativas para

desvendar as empresas da cadeia produtiva da soja e da carne. “Durante um mês, liguei para uma gama enorme de distribuidores de combustível e carne e para todas as empresas envolvidas”, diz o editor da *Época*.

Jonas, por exemplo, leva ao pé da letra o dito “a verdade está lá fora”. No tempo em que esteve na região de Belém, não parou um minuto de rodar pelas estradas precárias em busca de denúncias, sempre na cola do Grupo de Fiscalização Móvel. Viajava dias para investigar uma denúncia e acompanhar o trabalho dos auditores. Com a equipe, ele diz ter passado dois dias na estrada em meio à chuva e esperando o sol aparecer para poder seguir viagem em direção a uma fazenda denunciada. “Se for pensar no conforto, o repórter jamais quer participar. O trabalho deixa de ser aventura e passa a ser doação”, diz ele.

Como um médico preocupado, ele conta que em toda fazenda deixava o celular com trabalhadores e entidades. “A maioria ligava a cobrar 2, 3 horas da manhã para denunciar. E eu vivia em contato permanente com os auditores”, afirma.

6.1.3 O trabalho no “front”

Entram primeiro os soldados e carros da Polícia Federal. As caminhonetes avançam terreno adentro em altíssima velocidade. Saltam homens com armas pesadas, fuzis, metralhadoras. Correm, ocupam o terreno, identificam pessoas armadas, mobilizam atenções, criando um clima tenso. Os jornalistas seguem atrás, escoltados pelos soldados. A operação é de guerra, mas o repórter não está num front tradicional. Trata-se da cobertura das fiscalizações e libertações do Grupo de Fiscalização Móvel e do Ministério Público do Trabalho.

Guardadas as devidas proporções entre a guerra e as ações de fiscalização do trabalho escravo, essa comparação está longe de ser um exagero, na opinião de Bernardo Kucinski, professor titular de jornalismo da ECA-USP, assessor especial da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República e autor de vários livros sobre ética no jornalismo. “A atuação é a mesma do jornalista que cobre guerras. Devido à segurança, o comando não é do repórter, que tem de se submeter à proteção do chefe das operações”, diz ele. Isso acarreta dois comportamentos novos na profissão: o repórter vira cúmplice dos agentes e passa a aceitar as regras do jogo.

Vivida por cinco dos seis jornalistas entrevistados, a situação é de tensão, mas também de cumplicidade com os agentes móveis. É nessa hora que os repórteres se sensibilizam com a situação dos trabalhadores e são conquistados pelo tema. “Me emocionei com as condições dos peões e até com o gato, tão miserável quanto os outros. Nessa hora, a isenção torna-se mais necessária”, explica Elvira. As dificuldades enfrentadas pelos agentes também são reconhecidas por todos os seis jornalistas, inclusive nas matérias, que passaram a descrevê-los como funcionários públicos exemplares. E isso os ajudou a continuar o trabalho, como analisamos acima.

Essa cumplicidade e a preocupação com a proteção dos trabalhadores envolvidos e ameaçados apresentam alguns dilemas éticos aos jornalistas que cobrem o tema. Uma vez parceiros, também se preocupam com a repercussão das notícias sobre a vida dos trabalhadores. O que é confirmado por Sakamoto, Campos e Eboli. “Sempre houve preocupação muito grande em não expor o trabalhador que denunciava o crime. Às vezes sabíamos que os auditores estavam numa determinada cidade, mas aguardávamos os desdobramentos para não comprometer a ação”, diz Jonas, para quem a defesa aos direitos humanos está acima de tudo.

Sakamoto afirma já ter adotado o mesmo procedimento. Quando um trabalhador está em risco, ele diz tomar alguns cuidados na matéria para não comprometer a segurança. Frequentemente, não publica o nome do ameaçado. Ele exemplifica com um caso de um peão ameaçado de morte que lhe deu entrevista. “Se soubessem onde ele estava, o entrevistado podia morrer. Para preservá-lo, não tive dúvidas: tirei toda e qualquer informação do texto que se referia a local. Num caso, mudei até o lugar onde o trabalhador morava. E isso ocorreu várias vezes”, diz ele, que também afirma já ter atrasado a publicação de uma notícia apenas para garantir a segurança dos trabalhadores e da ação do Grupo de Fiscalização Móvel. Situação pela qual também já passou Eboli.

Segundo Eboli, o repórter deve ter sensibilidade e certo cuidado sobre o melhor momento de publicar a reportagem. “Não publicamos com antecedência o que vai ocorrer. Na maior parte das vezes somos informados já com o fato acontecido. A antecipação significa colocar em risco a ação”, explica.

Para Kucinski, essa postura de suprimir informações aponta para uma ética “conseqüencialista”, baseada nos resultados das ações e bem diferente da ética tradicional

do jornalismo, em que o primeiro preceito é divulgar a verdade, não importando as conseqüências. “Não há dúvida: o conflito ético está dado. A essência é dar apoio e segurança às pessoas através da publicidade. Talvez, para combater o trabalho escravo, a ética tradicional tenha de ser relativizada. Deve-se considerar isso como um sintoma de algo mais profundo, de um ativismo diferente”, explica ele.

O fato, segundo Kucinski, pode expressar um esgotamento do próprio jornalismo clássico que deve ser estudado em profundidade. Esse tipo de preocupação, na visão dele, não passa de reação do jornalista à excessiva mercantilização da profissão. “A profissão se tornou tão mercantil, que o humano e o social não têm muito espaço. O repórter pode pensar que o que ele faz não é relevante e parte para mudar isso”, diz. No limiar entre ativismo e jornalismo, ele compara a nova forma de atuação do repórter à atividade da organização “Médicos sem Fronteiras”, em que médicos deixam para trás consultórios e atividades regulares para curar pessoas pelo mundo, num híbrido entre exercício profissional e ativismo.

Haveria, de fato, um novo campo a ser explorado pelo jornalismo e pelos jornalistas? A imprensa e a mídia estariam já sensibilizadas para uma certa “ética da urgência”, na expressão de Denise Paiva e Miguel Fontes? Ao contrapor a necessidade de novas alternativas concretas para o desenvolvimento social aos atávicos subsistemas de manutenção da miséria, os dois analistas afirmam:

Surge, assim, um novo conceito ético, calcado na noção de ‘da pressa e da urgência’ para o estabelecimento de novos paradigmas de atuação na área social. (FONTES, Miguel e PAIVA, Denise. “A ética da urgência”, in *Conjuntura social*, Rio de Janeiro, N° 2, p. 9)

Sakamoto também concorda que manter a ética e regras dos manuais de redação dos jornais e revistas é também manter o *status quo* no modo de se fazer jornalismo. Para ele, não dá para isolar o jornalista do cidadão ao cobrir trabalho escravo. “Vai sentir o que é errado ou certo na hora e vai agir se puder ajudar ou mudar alguma coisa. A consciência do jornalista não se sobrepõe à do ser humano”, diz.

6.1.4 Motivações e engajamento

Vimos que alguns repórteres enfrentavam o dilema de ter de adiar a verdade, porque a segurança da operação simplesmente dependia disso e exigia isso. Para eles, esse procedimento só é possível porque vêm no jornalismo um instrumento para mudanças sociais. Essa interpretação da profissão fica evidente ao se analisarem as motivações dos repórteres para cobrir o tema. Canelas, por exemplo, há 18 anos, ou desde que entrou na profissão, se interessa por assuntos ligados aos direitos humanos. “Por uma razão óbvia: Não se separa o cidadão do jornalista. O que me incomoda como cidadão me incomoda como jornalista”, afirma. Sakamoto defende a mesma coisa. Desde que entrou na faculdade, dedica-se à produção de matérias relacionadas à temática social. Ainda na universidade, viajou até o Timor Leste para relatar a situação da população local. Posteriormente, a matéria serviu de ponta pé inicial para sua tese de mestrado em ciências políticas.

A identificação pessoal forte com o problema também foi um dos fatores que motivaram Jonas Campos a rodar por vários quilômetros floresta adentro para acompanhar a ação do Grupo de Fiscalização Móvel. Como passou a infância e a adolescência na zona rural, sentia-se mais próximo daquela realidade. “Esse foi um dos motivos daquelas cenas terem me chocado tanto. Reportagens com esse cunho social mexem muito comigo. Se fosse fazer uma escolha, preferiria trabalhar apenas nesta área”, diz. Para Eboli, o jornalismo tem papel social importante ao apontar as falhas da sociedade. “Algo que sempre me motivou muito na profissão é a idéia do benfeitor anônimo, capaz de fazer algo de efetivo para a sociedade”, diz.

Atualmente mergulhado na cobertura da crise em Brasília, Eboli se distanciou um pouco da temática social, mas diz sentir falta do envolvimento que ela proporciona aos jornalistas. Para ele, cobrir política e economia, por exemplo, impossibilita o repórter de exercer o jornalismo em sua forma plena. “Depois de uma cobertura de trabalho escravo, você está diferente de quando cobre o Congresso, por exemplo. Você sente que cumpriu sua missão de relatar a situação no interior do país. Nisso eu vejo o sentido e função do jornalismo”, diz ele, que assume se envolver mais com assuntos ligados à área social.

Essa forma de encarar a profissão não é exclusividade dos jornalistas brasileiros. Nos Estados Unidos, por exemplo, quando manifestaram interesse pela profissão, ainda adolescentes, muitos dos futuros jornalistas hoje envolvidos no *civic journalism* estavam

intrigados pelos aspectos mais elementares do ofício: denunciar as injustiças do sistema, ligar as pessoas, criar um sentido de comunidade. Foi o que apontou a pesquisa do Pew Center for the People and the Press, que estuda o *civic journalism*, mesmo autor do estudo já mencionado anteriormente. Em resumo, para aqueles que praticam o jornalismo existe de fato na profissão um aspecto moral, uma função moral. O que pode apontar para a quebra de velhos paradigmas que envolvem os repórteres e dos manuais de redação que pregam o não envolvimento total com os fatos e a objetividade absoluta.

Para Campos, Sakamoto e Eboli, os temas sociais e, mais especificamente, a cobertura do trabalho escravo, podem pressupor, sim, um maior envolvimento por parte dos jornalistas. O repórter da *TV Globo* acredita ser impossível ficar imparcial e ouvir objetivamente os dois lados quando se cobre trabalho escravo. “É o tipo de cobertura em que se escolhe um lado, o do mais fraco. Era com esse olhar que fazia minhas reportagens. Impossível ver pessoas tratadas como animais e ficar primando pela objetividade”, explica Jonas Campos. O que é contestado por Elvira e Ricardo. “Se for a campo com essa idéia, o jornalista não terá todos os lados e nem saberá que o os gatos, por exemplo, são tão miseráveis que os peões. Não precisa ser engajado, basta olhar com vontade de relatar”, diz Elvira.

Na cobertura específica deste tipo de prática, no entanto, a garantia de que o tema continuará na lista de pautas dos veículos pode depender de um jornalista mais envolvido ou engajado. Jonas Campos sentiu isso depois que deixou Belém (PA), há cerca de quatro meses. Ameaçado por alguns fazendeiros que já começavam a repudiá-lo por causa de suas matérias, foi obrigado a voltar para Porto Alegre, cidade onde começou a carreira. Porém, continuou em contato com os auditores do trabalho e outras fontes essenciais na cobertura do tema. Foi quando descobriu que o Grupo de Fiscalização Móvel fiscalizaria uma fazenda suspeita de abrigar 1000 trabalhadores escravizados. Resolveu passar a pauta rapidamente para um colega da emissora. Até então, a maior operação da história do Grupo havia libertado 180 peões, um décimo do que a nova fiscalização prometia. “Liguei para o repórter e ele me disse que já havia falado com o auditor e que os 1000 trabalhadores não passavam de uma suspeita. Se não era possível ter certeza, seria melhor não acompanhar e não dar a matéria”, indigna-se Campos, lamentando o fato do jornalista ter desprezado o

que poderia ser uma grande cobertura. Ele diz que já perdeu as contas de quantas vezes chegou ao local e não encontrou nada: nem escravos, nem pauta e muito menos matéria.

Em uma dessas operações frustradas, o carro atolou e tiveram de alugar um cavalo. A viagem demorou um dia e, quando chegaram, os fiscais já tinha ido embora. Pouco depois, viajaram mais de 1000 quilômetros e não encontraram nada porque a notícia vazou e os fazendeiros se organizaram para esconder os trabalhadores. Por isso mesmo, para Jonas, o profissional tem de ser minimamente engajado e persistente, características que o repórter novato não demonstrou. “Tem que ter envolvimento para matar no peito e estar preparado para os imprevistos. Também ajuda ter a consciência de que as matérias correm risco de cair”, diz o repórter da *Globo*. E, não fosse o envolvimento com o tema, provavelmente o repórter não teria persistência suficiente para tocar a matéria adiante.

As entrevistas com esses profissionais revelaram também que certo engajamento é necessário até para vender a pauta de forma mais convincente e voltar a insistir caso ela não vingue. O que é bem comum nos grandes veículos. Isso porque, “com relação à grande imprensa brasileira, pode-se dizer que ainda não há coberturas e espaços especializados e dedicados diretamente à cidadania ou a temas correlatos, tais como: saúde, educação, segurança direitos humanos“, afirma Luiz Martins da Silva (2002b, p.13) do departamento de Jornalismo Social da Universidade de Brasília.

Na *TV Globo*, Canellas diz que é mais fácil sugerir pautas de política e de economia do que tentar emplacar pautas que retratem qualquer problema social. Para ele, isso ocorre porque a imprensa nada mais é que um reflexo da sociedade brasileira, que também é concentradora de terra e de certa forma elitista. “A dificuldade é sempre maior. O repórter tem que argumentar mais, municiar-se com mais argumentos e ser persistente”, diz. E haja persistência! Foram quatro anos para emplacar a série sobre a fome e outros vários meses para convencer a direção do Jornal Nacional sobre a importância da reportagem do trabalho escravo. “Na grande imprensa, o jornalismo social faz parte da luta do repórter, que tem de saber negociar para emplacar as pautas”, diz Jonas Campos.

Ricardo Mendonça também acredita que um pouco de persistência, somada a uma boa dose de curiosidade, faz milagres na hora de aprovar pautas sociais. Mas, para ele, é necessário afastar o envolvimento na hora da apuração. “Tendo uma boa história na mão,

sendo trabalho infantil ou denúncia de desmatamento, não é necessário estar envolvido com o tema para se interessar por ele e desenvolver uma boa matéria”, diz.

6.1.5 Depois do suor, a recompensa

Quais seriam os resultados da persistência e dedicação do repórter? As repercussões das matérias ajudaram a modificar minimamente a situação? As questões dividem os jornalistas entrevistados. Para alguns, as matérias ajudam a dar visibilidade ao tema, mas, por si só, não têm potencial para diminuir o problema ou contribuir para o trabalho das entidades que lutam contra a escravidão. Outros vêem na profissão um instrumento para transformação da realidade e conseguem enxergar mudanças que impactaram de alguma forma o trabalho das instituições pesquisadas.

“Não tenho a pretensão de que uma reportagem minha vá mudar uma realidade. Até porque a gente se frustra muito quando isso não acontece depois”, diz Elvira, da *Folha*. Para ela, cabe ao repórter mostrar a realidade e dar subsídios ao poder público e aos profissionais que têm poder para transformar alguma coisa. Mas acredita que seu esforço investigativo serviu para provar que o agronegócio estava envolvido com essa afronta aos direitos humanos, o que ajudou a pressionar as empresas de alguma forma. O mesmo sentiu Ricardo Mendonça na matéria sobre cadeia produtiva. Ao ligar para algumas empresas cobrando explicações para a reportagem, descobriu que algumas já tinham tomado iniciativas para evitar comprar produtos com mão-de-obra escrava. A julgar pelo número recorde de cartas que o artigo recebeu, segundo ele, alguns consumidores se sentiram sensibilizados a não comprar produtos oriundos de fazendas escravocratas. “Isso, para mim, já é um ganho, um resultado importante”, destaca Ricardo.

Eboli acha difícil mensurar os resultados, mas sente-se contribuindo quando divulga que poderosos, como o deputado carioca Jorge Picciani, abusam desse crime. “Não fosse a divulgação, empresários como Picciani continuariam impunes. Além disso, esse tipo de autuação aumenta o respeito da sociedade para com o trabalho dos agentes. Já considero isso uma pequena contribuição”, diz ele. Para ele, a imprensa deveria promover mais debates e grupos de discussão sobre o assunto.

Canellas já foi convidado para participar de diversos debates depois que sua matéria foi ao ar. Vai a todos que pode, de congresso de auditores em Ribeirão Preto ao Fórum

Social Mundial, em Porto Alegre, por acreditar que é uma forma de não deixar o tema morrer. O prêmio de reportagem que recebeu, segundo ele, também é uma forma de dar mais visibilidade ao problema. Mas o resultado mais imediato de seu trabalho foi a reprodução da reportagem pelos agentes da Comissão Pastoral da Terra e outros movimentos sociais. “O que me deixou mais satisfeito é que esse pessoal tem usado o trabalho como material didático e ferramenta de discussão nos treinamentos para agentes comunitários”, afirma. Para ele, o jornalismo não vai mudar o mundo, mas pode apontar mudanças.

Fazendo uma analogia com o ditado “água mole em pedra dura...”, Jonas Campos acredita que a imprensa seria a água capaz de, aos poucos, sensibilizar alguns fazendeiros a respeitarem os direitos trabalhistas. Mais importante que isso: os trabalhadores adquiriram consciência de seus direitos depois que tiveram acesso às informações. Ele relata a mudança com o conhecimento de quem presenciou libertações desde o ano 2000. Antes, segundo Campos, os peões se sentiam esquecidos, nem sabiam a quem procurar. Muitas vezes, saíam da fazenda para denunciar e eram presos pela polícia e levados de volta à propriedade. “Nessas situações, a combinação entre cobertura jornalística e ação de fiscalização, quando é feita com engajamento, muda, sacode e chama a atenção dos governos e representantes locais”, garante ele, que se ressentia de deixar a cobertura do tema. “Sinto que perdi uma bandeira que empunhava e fazia questão de cobrir com toda a atenção, mas era necessário recuar”.

Já Leonardo Sakamoto não só acredita que o jornalismo suscita transformação como aposta que a profissão pode ser empregada como instrumento para combater o trabalho escravo no Brasil. “Não é nem o principal nem o único meio, mas, no resultado final, a presença do tema na imprensa faz diferença”, diz. Tanto é assim que fundou uma Organização Não-Governamental de Comunicação baseada nessa premissa. A ONG vai além da simples divulgação de matérias para encampar a causa e atuar em projetos de educação e em ações de *media advocacy*. O papel deste novo tipo de veículo de comunicação na erradicação da escravidão contemporânea será discutido mais a fundo no capítulo seguinte.

7 Agência Carta Maior e Repórter Brasil: cobertura sistemática e engajada

Foi quase uma unanimidade. Das 11 entidades que responderam à pesquisa, oito apresentaram as mesmas duas respostas para a pergunta sobre qual veículo cobre o tema com mais frequência: *Agência Carta Maior* e *Repórter Brasil*. Entre toda a imprensa, os dois são os que mais escancaram suas páginas para a questão do trabalho escravo.

A frequência aqui não se traduz, necessariamente, nos números apresentados na tabela 3, por dois motivos: a contagem da CPT se inicia a partir de 2002 e, antes disso, ambos os veículos já existiam e publicavam notícias sobre a questão. E nem sempre divulgar mais matérias significa cobrir o tema periodicamente, porque uma série de reportagens pode se concentrar na mesma edição na mesma semana, por exemplo.

Na home page do site da *Agência Carta Maior* (www.agenciacartamaior.com.br), o leitor pode acessar mais de uma centena de reportagens, notas, artigos de opinião e vídeos sobre trabalho escravo. Todo o material produzido sobre o tema está reunido no dossiê Trabalho Escravo, disponibilizado permanentemente para consulta no site. A possibilidade de reunir num único lugar tudo o que é produzido sobre a questão é uma ótima forma de sensibilização, sobretudo dos movimentos sociais, segundo as instituições ouvidas na pesquisa. Para Marinalva Dantas, do Grupo de Fiscalização Móvel, a Carta Maior é o veículo que possui a mais completa série sobre trabalho escravo no Brasil. E isso se reflete no dossiê. “O material oferece uma análise mais profunda sobre o assunto, que leva o leitor a entender o contexto da escravidão contemporânea e o perfil dos escravizadores”, afirma ela. A importância foi reconhecida, inclusive, pelo XXVII Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em 2005. “A Carta Maior é o único veículo que, além de divulgar notícias, assume também uma postura e linha editorial em defesa do trabalho escravo”, destaca Xavier Plassat, da CPT.

A editora de Direitos Humanos do site, Beatriz Barbosa, justifica a defesa da linha editorial a favor dos direitos humanos ao explicar as intenções do dossiê. “O objetivo do documento foi tornar este tema sempre visível dentro do site, para incentivar o acesso de representantes de movimentos sociais e outros leitores que queiram se aprofundar nessa questão”, explica Beatriz. É uma das poucas publicações brasileiras que tem espaço destinado especificamente a direitos humanos e a movimentos sociais. A maior abertura a

esses temas vem desde o nascimento da Agência, em 2001, junto com a primeira edição do Fórum Social Mundial. Por isso, não é por acaso que os valores da agência estão afinados com este evento.

Boa parte das matérias do dossiê é produzida pela *Repórter Brasil*, parceira da *Agência Carta Maior*. A parceria é interessante para ambos. Com uma redação pequena, composta de nove jornalistas, a agência não tem pernas para acompanhar o assunto de perto ou participar das ações *in loco*. Especializada na cobertura do assunto, a *Repórter Brasil* não só cobre sistematicamente a questão como procura inserir matérias em veículos da grande imprensa e da alternativa. Dessa forma, a *Carta Maior* aproveita esse conteúdo e a *Repórter Brasil* consegue manter o tema na mídia, utilizando-se estrategicamente da capacidade de difusão da Agência. Reproduzida por uma centena de veículos informativos de entidades e organizações sociais e acadêmicas, o site está abrigado no maior portal de internet do Brasil, o Universo Online, UOL. É comum encontrar matérias sobre trabalho escravo assinadas pela Agência nas chamadas de capa na homepage do UOL, acessada por milhões de internautas. Normalmente, as notícias que ganham o espaço tratam de denúncias envolvendo políticos como Inocêncio de Oliveira e Severino Cavalcanti, afirma o editor de economia do site, Marcel Gomes. “Na internet, é grande o potencial de difusão de matérias deste tipo, e isso pode servir de orientação para ações de movimentos sociais”, acredita Marcel.

A *Repórter Brasil* não só sabe desse potencial, como o tem aplicado em suas ações de combate ao trabalho escravo. Segundo entidades, entre todos os veículos citados na pesquisa, é o único que vai além da divulgação das notícias e do jornalismo para promover ações contra a prática.

Os fundadores da *Repórter Brasil* acreditam que o jornalismo pode ser utilizado como instrumento na luta contra a escravidão contemporânea. Por isso, além da simples produção de matérias, a ONG atua em quatro frentes diferentes. Todas se utilizam da informação e da educação na tentativa de chamar a atenção da imprensa para o problema e a evitar que trabalhadores dos focos de aliciamento engrossem o número de escravizados:

Produção de matérias – a ONG costuma cobrir libertações *in loco* e divulgar reportagens que nem sempre os veículos da grande imprensa teriam condições e dinheiro para fazer. O

objetivo aqui é inserir e disseminar as matérias nos órgãos da grande imprensa, numa ação de *media advocacy*, bem semelhante à desenvolvida pelos movimentos sociais e entidades anteriormente citados. Além das notícias, a ONG costuma abastecer veículos da grande imprensa e os alternativos com pautas sobre o problema. “O objetivo é sempre atingir os grandes veículos de comunicação, porque têm maior capacidade de disseminação da informação. Quanto mais ela for disseminada, maiores as chances de sensibilização da sociedade”, diz Sakamoto.

Estudo da cadeia produtiva – Conforme já citado, o estudo foi resultado de um trabalho de investigação jornalística que gerou pautas, notícias, matérias e até acordos empresariais. Atualmente, a ONG utiliza as informações da cadeia para incentivar a produção de matérias sobre o tema.

Guia para jornalistas – Publicado no ano passado, o guia serviu não só para orientar os repórteres sobre como abordar os temas relativos ao trabalho escravo como para servir de incentivo à publicação de matérias sobre o assunto. Também se enquadra numa estratégia de *media advocacy*. Foram impressos 1000 exemplares e registrados centenas de downloads do site todos os dias. “Isso demonstra que há demanda sobre o tema”, diz Sakamoto.

“Escravo nem pensar” – Centrado em soluções para combater o trabalho escravo, o projeto utiliza a educação e a comunicação comunitária para tentar diminuir o número de aliciados. O foco são os adolescentes de cidades do sertão nordestino, do Pará e do Tocantins, presas fáceis de gatos e fazendeiros que desrespeitam os direitos humanos. As ações são centradas nos professores e agentes da cidadania, capazes de coordenar atividades diversificadas e interdisciplinares que mobilizem alunos e comunidade na prevenção do crime.

Ao atuar nestas três frentes, Sakamoto acredita que é possível barrar o avanço da escravidão contemporânea e lançar as bases para combatê-la. Uma das maiores apostas é o estudo da cadeia produtiva, uma das únicas estratégias com potencial para estrangular

economicamente essa prática. “Desde o nascimento da ONG, acreditamos que é possível combater o problema por meio da informação e da educação”, diz ele.

Na definição de Marinalva Dantas, “a *Repórter Brasil* desempenha um papel similar ao da Agência de Notícias para os Direitos da Infância (ANDI), que defende os direitos da criança e do adolescente”, diz a agente. Ela afirma desconhecer outra entidade ligada ao jornalismo que encampe campanhas e levante a bandeira contra o trabalho escravo no Brasil. A opinião é compartilhada pelos demais entrevistados.

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) é uma organização não-governamental cuja missão é contribuir para a construção, nos meios de comunicação, de uma cultura que priorize a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A Agência é reconhecida no Brasil e no exterior como um centro de referência em comunicação para os direitos e o desenvolvimento humano e social. Em 2003 foi escolhida pela organização não-governamental Global Development Network como um dos três projetos sociais mais inovadores do mundo. A exemplo da *Repórter Brasil*, a ANDI publica periodicamente boletins voltados para jornalistas e atores sociais. Todos eles têm em comum o objetivo de sugerir temas a serem abordados na cobertura jornalística, além de dados estatísticos e fontes de informações. Essa forma de atuação é semelhante, segundo Luiz Martins da Silva, a algumas ações de *civic journalism*.

Segundo ele, é possível observar alguns traços desta prática na atuação da *Repórter Brasil*. Uma das características do *civic journalism* é esse agendamento da imprensa por parte das organizações de comunicação, caso da *Repórter Brasil* e da Andi. Ambas, que não se contentam em apenas noticiar os fatos. Querem também se empenhar na busca das soluções. Nem que para isso seja necessário interagir diretamente na mobilização de comunidades envolvidas no problema. Essas são algumas das características que definem o *civic journalism* ou jornalismo público. Como conceituado a seguir:

A principal característica é o engajamento. O veículo de comunicação engaja-se na militância em prol de alguma coisa, ou, atua como plataforma institucional de uma organização ou de uma causa. Não se contenta em figurar no espaço público como detentor de um ponto de vista, e sim, assumirá como esforço e luta ‘da causa’ a promoção de determinadas ‘bandeiras’. Nesses casos, o engajamento resultaria na participação de esforços outros – que não os das suas rotinas

produtivas primárias da mídia -, no sentido de se obterem mudanças e resultados. (...) Neste estágio, o nível de engajamento da mídia equipara-se ao da militância. Sua missão ultrapassa a função básica de informar. Aqui, não se encontrarão veículos a serviço da informação, mas, a informação a serviço de alguma causa, interesse, corporação etc. (SILVA, 2003, p.13)

Esse gênero de jornalismo socialmente engajado constitui uma tipologia específica, que começa a aparecer no Brasil traduzido como jornalismo público. A expressão, embora paradoxal, uma vez que todo jornalismo é público, serviria para qualificar a cobertura deliberada e até especializada de assuntos relacionados à dívida social e à cidadania. O outro conceito, também usual, é o de *public journalism*. “Jornalismo público” será, portanto, a melhor tradução de *civic journalism*, ainda que possa atrair uma conotação indesejada, a de jornalismo chapa branca, e o inconveniente de que todo jornalismo é de natureza pública. O problema é que no Brasil a idéia de público tem sido associada à esfera estatal, o que não condiz com o *civic journalism*, uma militância essencialmente oriunda da sociedade civil organizada. “Jornalismo cidadão” também seria uma boa maneira de transpor o conceito, mas ainda incompleta, pois a relação entre mídia e cidadania não tem dependido apenas das iniciativas da comunidade, mas, sobretudo de empresas e organizações. O *civic journalism* já nasce envolto em polêmicas. Seus críticos mais ferrenhos argumentam que o papel dos jornalistas é investigar os fatos, sem se envolver com projetos de assistência social, benemerência e filantropia. O jornalismo comunitário é um exemplo desse novo gênero jornalístico. Quando grandes jornais resolvem dedicar sistematicamente parte de seu esforço de cobertura a causas públicas, também estão praticando *civic journalism*.

Ainda segundo o autor, por enquanto, este novo tipo de jornalismo tem se construído de duas maneiras no Brasil. Uma, de fora para dentro, em decorrência das intervenções do terceiro setor, permanentemente agindo com o objetivo de pautar as suas bandeiras e advogar em favor delas, que é o caso das duas ONGs de comunicação aqui citadas. E também pode partir de dentro das redações, onde repórteres e editores têm ampliado a cobertura e a edição de matérias de cidadania e serviços, mas, ainda de forma muito intuitiva e tímida.

O jornalismo público, portanto, é um campo que, no Brasil, ainda precisa ser bem conceituado, delimitado e institucionalizado. As redações, por sua vez, atropeladas pela correria do cotidiano, pouco param para auto-avaliações da produção e sobre as possibilidades da profissão. Segundo Martins, o terceiro setor pode alavancar o crescimento deste tipo de jornalismo, graças à cooperação entre os vários segmentos do Estado, da sociedade, das ONGs da imprensa envolvidas. Pode ser que venha a gerar uma nova espécie de “imprensa alternativa”, tendo a desigualdade social e o desrespeito aos direitos humanos como focos de ataque.

Mas enquanto ainda não se define bem por aqui, esse “novo” gênero jornalístico praticado pela *Repórter Brasil* já tem surtido efeito no combate ao trabalho escravo, na opinião das entidades ouvidas na pesquisa. Marinalva, do Grupo de Fiscalização Móvel, por exemplo, atribui à ONG o papel mais determinante entre todos os veículos. “Ela aposta na educação para combater de forma definitiva o trabalho escravo. E tem se engajado nas comunidades focos de aliciamento de mão-de-obra escrava, formando parcerias para conscientizar adolescentes, possíveis vítimas dos “gatos”, e treinando agentes comunitários multiplicadores”, diz ela.

8 Considerações finais

Não fosse a imprensa, a luta contra o trabalho escravo teria alcançado os resultados dos últimos 10 anos? Sem a cobertura do tema estampada nos jornais e escancarada à opinião pública, as entidades membros da Conatrae teriam conseguido fortalecer suas ações?

Alguns dos principais influenciados pela ação do quarto poder já têm resposta para estas questões. Na opinião de mais da metade dos representantes das entidades entrevistadas, sem a ajuda da mídia, dificilmente todos os progressos observados de 1995 até agora teriam acontecido. “Até seria possível executar as ações do Ministério do Trabalho, por exemplo, mas a pressão política indevida teria mais chances de gerar resultados negativos”, admite Ruth Vilela, do Ministério do Trabalho e Emprego. Esse balanço é compartilhado pela CPT e pelo Ministério Público do Trabalho, outros dois

órgãos bastante envolvidos nessa luta. “Antes o trabalho escravo era uma realidade desconhecida pela opinião pública, o que ajudava os três poderes a se omitirem diante dessa problemática. Isso, obviamente, dificultava nosso trabalho. Com a imprensa, tudo ficou às claras e tivemos mais instrumentos para pressioná-los”, explica Ana de Souza Pinto, da CPT Xinguara (PA).

Xavier resume bem o que a influência da imprensa significou no fortalecimento da campanha contra o trabalho escravo empreendida pela CPT. Para ele, as notícias conseguiram tirar o crime da clandestinidade e invisibilidade. “Mostraram que é algo anormal e inaceitável. Isso fez com que a opinião pública passasse a rejeitar a continuidade da prática. Principalmente porque motivou as vítimas a abandonarem o conformismo com essa situação, até então considerada normal ou inevitável”. Segundo ele, os jornais, rádios e TVs trazem implícitas duas mensagens: o trabalho escravo existe, sim e, o mais importante, é possível sair dele.

Não só o testemunho dos representantes das instituições mas também os casos de influência direta da imprensa, já apresentados ao longo do trabalho, nos permitem afirmar que sim, o quarto poder tem potencial para contribuir com as ações de movimentos sociais, e em última análise, com a solução de questões sociais, como o trabalho escravo.

Porém, no caso específico desse crime, as contribuições não teriam acontecido sem um incentivo das entidades que militam na causa. Suas estratégias de *media advocacy*, que tiveram início nos idos da década de 70, se refletem hoje no aumento da cobertura do tema.

Por outro lado, de nada teria adiantado lançar a semente se não houvesse a mínima fertilidade no terreno dos veículos. É certo que a brisa estrangeira da imprensa internacional ajudou a espalhar essa semente. Mas a inserção do tema partiu mesmo da polinização lenta e gradual de alguns repórteres interessados no problema, como é o caso dos jornalistas “abolicionistas” citados no capítulo 6. Sensibilizados pela situação, eles defenderam sistematicamente a inclusão de matérias até que o trabalho escravo se tornasse pauta recorrente. Dessa forma, o aumento de notícias e informações sobre o tema pode ser considerado um resultado direto não só das organizações que lutam contra essa prática, mas também dos jornalistas.

A participação dos repórteres na cobertura do crime e a própria atuação diferenciada de veículos especializados na cobertura, caso da *Agência Carta Maior* e da *Repórter Brasil*,

suscitam algumas reflexões. O jornalismo que tem o poder de transformar também tem passado ele próprio por uma metamorfose sutil em seu conceito, função e rumos.

Experiências e casos como os relatados aqui apontam para algumas dessas mudanças de possibilidades e potencialidades da profissão:

- O jornalismo pode ir além de sua função original de divulgação de notícias. O seu papel não é unicamente o de ser o cão de guarda do poder público, ou um farejador e disseminador de denúncias.

- Nem sempre as influências e repercussões dessas informações acabam quando o jornal do dia seguinte chega à casa do leitor. A análise dos casos mostrou que o jornalismo mobilizou, por exemplo, várias empresas em torno de um tema, protegeu pessoas e até influenciou, ainda que de forma tímida, alguns parlamentares.

- Envolver-se com o assunto nem sempre será sinônimo de matérias vazias de qualidades ou de objetividade jornalísticas. Ao contrário, vimos aqui que boa parte das reportagens citadas e que contribuíram para a luta das entidades são também vencedoras de prêmios jornalísticos considerados tradicionais, como o Prêmio *Folha de S. Paulo* ou Embratel. E, verdade seja dita, toda a imprensa é engajada, por assim dizer, em alguma “causa”, seja ela comercial, afinada com os valores do veículo ou política.

- Até mesmo organizações e o governo federal, por meio do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, depositam na imprensa essa responsabilidade de sensibilizar a opinião pública e contribuir por mudanças. Como afirma o autor Luiz Martins da Silva:

movimentos sociais e organizações sociais, que não só produzem fatos-notícia, como também exercem poder de sedução e de pressão para que a mídia, sobretudo a imprensa, agregue valores que implicam mais do que noticiabilidade. Esses terceiros agentes demandam da mídia mais do que papel primário de provedores de informação para a sociedade. Eles desejam parcerias em suas práticas de advocacy, engajamento, militância e ações sociais específicas (SILVA, 2003, p. 15)

- Ainda que informalmente, vimos que alguns repórteres já fazem parte, de alguma forma, dessas parcerias com as organizações sociais. É o que ocorre quando protegem o Grupo de Fiscalização Móvel ou se propõem a segurar informações para não comprometer o sucesso

de uma ação. O mesmo pode-se afirmar sobre ONGs de comunicação, como a *Repórter Brasil*, que firmam parcerias com o governo e representantes da sociedade civil para concretizar as ações de combate ao trabalho escravo.

Para especialistas e doutores em comunicação, caso de Bernardo Kucinski e Luiz Martins da Silva, as evidências elencadas anteriormente podem apontar para um desgaste do jornalismo nos moldes clássicos e da própria forma de atuação dos profissionais. Em síntese, os jornais noticiam tudo, mas tudo pode acabar no “vazio da informação”, aquele em que os dramas viram amenidades, se o jornalismo não tiver um compromisso que ultrapasse os valores do que é considerado tradicionalmente gancho ou notícia importante para o público.

Há 10 anos, o jornalismo americano vivia a mesma crise e decidiu voltar aos temas de interesse público. Inventou, então, o *civic journalism*, calcado no princípio de que a missão do jornalismo e dos jornalistas não se limita aos fatos e às notícias, exigindo engajamentos nas soluções dos problemas reportados e noticiados, principalmente na divulgação de problemas sociais. A solução esteve longe de resolver todos os problemas de falta de interesse dos leitores no jornalismo tradicional. Mas foi importante por trazer temas sociais para a discussão da opinião pública, de acordo com o estudo “Measuring Civic Journalism’s Progress” já citado anteriormente. No caso específico do trabalho escravo, a ONG *Repórter Brasil* foi o veículo que mais contribuiu para a disseminação do tema e com propostas para a solução dos problemas, e também um dos que apresentou traços do novo gênero de jornalismo, segundo os especialistas.

A atuação da ONG pode servir de exemplo para os jornalistas ou veículos que queiram se enveredar pelo caminho da transformação. Mas o *civic journalism* pode não ser nem a primeira nem a melhor forma de abrir os olhos da imprensa brasileira para esse potencial de mudanças da mídia. O que se espera é que as reflexões e os casos aqui apresentados possam, ao menos, ajudar o jornalismo a trilhar sua própria estrada em direção aos leitores e ao interesse público.

Eu, pelo menos, já trilhei o retorno à minha antiga crença na função social do jornalismo. O trabalho não só atenuou as minhas crises profissionais como me fez voltar a crer nos ideais de quando entrei na faculdade.

Referências bibliográficas e sugestões de leitura

ABRAMO, Perseu **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BRASILIENSE, Ronaldo. A impunidade dos senhores de escravo. O Paraense, Pará, 12/02/2003. Disponível em:

<<http://www.amazonpress.com.br/manchete/dedoc/manch02122003a.htm>>

CASARA, Marques; VERAS, Dauro. **Escravos do Aço**. Observatorio Social em Revista, São Paulo, junho de 2004. Disponível em: <<http://64.233.161.104/search?q=cache:FCW08kfvRYoJ:www.observatoriosocial.org.br/destaque/escrav/escrav.htm+escravos+do+a%C3%A7o+&hl=pt-BR>>

CONTRERA, Malena; FIGUEIREDO, Rosali; REINERT, Leila. **Jornalismo e realidade. A crise da representação do real e a construção simbólica da realidade**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2004.

DORFMAN, L, WALLACK, L. **Media advocacy: A strategy for advancing policy and promoting health**. Health Education Quarterly, 23: 293-317.1996.

EBOLI, Evandro. Os exportadores de escravos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9/2/2004

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **O trabalho escravo contemporâneo por dívida: como se manifestam os acusados?**. Artigo escrito para conferência na Universidade Salgado Oliveira. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Pisando fora da própria sombra. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

FONTES, Miguel e PAIVA, Denise. **A ética da urgência**, in Conjuntura social, Rio de Janeiro, N ° 2, p. 9

FRIEDLAND, Lewis; NICHOLS, Sandy. **Measuring Civic Journalism Progress, a report across a decade of activity**. Wisconsin: Pew Center for Civic Journalism. University of Wisconsin-Madison. Set. 2002.

HODGES, Graham Russel. **The Hazards of Anti-Slavery Journalism**. Media Studies Journal, Vol.14 no.2, Spring/Summer 2000.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornais devem saber e o público exigir**. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LOBATO, Elvira. Lavoura arcaica: Agronegócios e pecuária de ponta usam trabalho escravo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18/07/2004. Editoria: BRASIL Página: A4

MENDONÇA, Ricardo. Novos Abolicionistas. Revista Época n.365, São Paulo, junho de 2005.

SAKAMOTO, Leonardo. Nova Escravidão, trabalhadores viram dívidas na Amazônia Brasileira. **Revista Problemas Brasileiros** n. 350 , São Paulo, março/abril 2002. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/materia.php?nick=escravos>

SCHAFFER, Jan. **The Role of Newspapers in Building Citizenship**. Apresentação no V Congresso Brasileiro de Jornais. São Paulo: set. 2004.

SCHUDSON, Michael. **The power of news**. Londres: Harvard University Press, 1995.

SILVA, Luiz Martins da. Civic Journalism: um gênero que o Brasil começa a conhecer. Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/> maio de 2002a.

_____. (Org.). **Jornalismo público: o social como valor-notícia**. Brasília: Casa das Musas, 2004a.

_____. **Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições**. In: Luiz Gonzaga da Motta. (Org.). Imprensa e poder. 1 ed. Brasília, 2002b, v. 1, p. 47-74.

_____. **Jornalismo e hibridização da informação pública**. In: XIII Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2004, São Bernardo - São Paulo. XIII COMPOS. São Bernardo (SP) : Universidade Metodista de São Paulo/Compós, 2004b. v. 1.

_____. **Jornalismo público: o social como valor-notícia**. In: FRANÇA, Vera; WEBER, Maria Helena; PAIVA, Raquel; SOVIK, Liv. (Org.). Livro do XI COMPOS - Estudos de Comunicação. Porto Alegre, 2003, v. , p. -.

_____. **Os observatórios e o jornalismo da boa notícia**. In: II ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM JORNALISMO - SBPJOR, 2004, SALVADOR. II SBPJOR. Salvador : CD-rom, 2004. v. 1. p. 1.

TEIJEIRO, Carlos Alvarez. **Fundamentos teóricos del Public Journalism**. Buenos Aires, Universidad Austral, 1999.

SITES:

Agência Carta Maior – <http://agenciartamaior.uol.com.br/>. Consultado em 01/12/2005.
Dossiê trabalho escravo: http://agenciartamaior.uol.com.br/esp_trabesc.asp

Anti-Slavery - <http://www.antislavery.org/>

Comissão Pastoral da Terra - <http://www.cpt.org.br/>

ONG Repórter Brasil – <http://www.reporterbrasil.com.br/>

Organização Internacional do Trabalho (OIT) -
http://www.oit.org.br/trabalho_forcado/index.php

Pew Center for Civic Journalism -. www.pewcenter.org

Poynter online, everything you need to be a better journalist – www.poynter.org

ANEXOS

Anexo I

Questionário padrão aplicado às instituições de combate ao trabalho escravo

Pesquisa sobre os impactos e influências da mídia no combate ao trabalho escravo no Brasil

1) Impacto dos produtos jornalísticos

- a) Na sua opinião, cite o (a)s
- cobertura (série de reportagens e notícias com desdobramentos de um mesmo fato inicial)
 - reportagem(s) (matéria e texto jornalístico)
 - jornalista(s) (repórteres que cobrem o tema com frequência)
 - colunista(s) (jornalistas e articulistas que emitem opinião sobre o tema)
 - veículo(s)
- que mais contribuiu(íram) para o combate ao trabalho escravo no Brasil desde 1995 até hoje?

Orientações: *Aqui se encaixam tanto grandes veículos, de alcance nacional, quanto os pequenos e médios, de alcance regional. Considere todos os tipos de **suporte**: rádio, tv, revista, site e jornal impresso. Favor citar o **ano, veículo e autor da matéria***

- b) Quais as características destas matérias? Quais as particularidades e diferenças em relação às demais que também trataram do tema?
- c) De que forma esses produtos jornalísticos contribuíram no combate ao trabalho escravo? De que forma se deu esta influência?
- d) Em geral, qual a frequência com que o(s) veículo (s) citado (s) costuma(m) acompanhar e cobrir o tema?
- e) De todos os veículos citados, qual tem coberto com mais frequência o tema e tem contribuído para colocá-lo na pauta das discussões da sociedade?
- f) Que tipo de veículo (mídia impressa, rádio, TV) oferece mais repercussão ao tema e gera mais conseqüências? Por quê?

2) Características das matérias

- a) Que tipo de matéria tem predominado na cobertura do combate ao trabalho escravo? As que denunciam a situação dos trabalhadores e simplesmente relatam as libertações ou as que explicam as causas do problema, contam histórias de personagens e até buscam soluções?
- b) Qual destes dois tipos é o que mais contribui para a atuação dos membros da Ajufe e tem gerado mais desdobramentos que favorecem mudanças no âmbito do combate ao trabalho escravo? Por quê?

3) Outras ações da mídia em favor do combate ao trabalho escravo

- a) Qual tem sido a relação entre a Ajufe e a mídia?
- b) Há algum veículo que, além de divulgar notícias, assuma uma postura e linha editorial em defesa do tema? Em outras palavras, há alguma mídia engajada e que encampe a causa e desenvolva outras ações além da publicação de reportagens? (Por exemplo, a Rádio Eldorado abraçou no passado uma campanha pela preservação da Mata Atlântica. Já a *Folha de S. Paulo* encampou o movimento pelas Diretas Já)
- c) Na sua opinião, algum veículo chega a “tomar partido” e encampar como causa própria o combate ao trabalho escravo? Em caso positivo, quais deles?
- d) Qual a importância destas ações? Que efeitos elas surtiram e têm surtido? É possível mensurá-los?
- e) Sem a atuação destas mídias, seria possível executar todas as ações de combate ao trabalho escravo? Por quê? Em que sentido elas foram determinantes para o trabalho de vocês e de outros órgãos que combatem esta prática?
- f) A Organização Internacional do Trabalho realizou um levantamento revelando que, em 1995, o tema “trabalho escravo” apareceu na mídia 72 vezes. Em 2002, esse número subiu para 260 e, em 2003, atingiu a marca de 1541 vezes, estabilizando-se em 2004 (1518 matérias). O aumento do número de matérias tratando do tema contribuiu de alguma forma na atuação dos órgãos de combate ao trabalho escravo e no aumento da libertação de trabalhadores? Por quê? De que forma?

Anexo II

Questionário padrão aplicado aos seis jornalistas mais citados pela pesquisa

Assunto em pauta

1. Como foi seu primeiro contato com o tema? Como teve notícia dele?
2. Por que se interessou por ele?
3. Uma vez ciente da existência do TE, como surgiu a pauta para a matéria?
- Partiu de uma iniciativa pessoal sua ou de alguma recomendação do veículo?
4. Depois de sugerida, a pauta chegou a gerar algum conflito ou embate com o veículo? Por quê?
- Qual foi a posição do veículo diante da proposição?
5. Quais as suas fontes para o tema?
- Qual é a sua relação com as fontes: pontual, só quando ocorrem libertações, ou permanente e contínua?
6. Normalmente, as instituições avisam sobre alguma novidade? Qual o trabalho delas junto à mídia? Chegam a pautar os jornalistas?
- Com que frequência elas fornecem informações sobre o tema?
7. Na sua opinião, a inserção de matérias sobre TE na imprensa depende de um certo engajamento do repórter ou isso parte de uma orientação institucional do veículo? Por quê?
8. As agências de notícias, na sua opinião, tiveram algum papel na divulgação do assunto? Qual? Por quê?
9. A publicação de matérias sobre TE em veículos do exterior chegou a exercer alguma pressão para publicação do tema aqui no Brasil? Por quê?

Apuração da matéria – relação do jornalista com o tema

10. Você enfrentou algum tipo de entrave ou resistência por parte do veículo no qual trabalha ou por parte de outras pessoas (fazendeiros, proprietários rurais) durante a apuração da matéria? De que tipo?
12. Como se deu a apuração? Quais fontes foram determinantes no processo?
- Ela foi in loco ou por telefone?
12. Existe alguma diferença entre a cobertura de temas sociais, como o trabalho escravo, e outros tipos de cobertura, como a política e econômica, por exemplo? Quais seriam?

13. Alguma dessas coberturas demanda mais dedicação e engajamento do repórter? Por quê?

14. [Para as matérias investigativas] O que te levou a deixar as notícias sobre libertações e denúncias pontuais de lado e investigar a fundo a questão?

- A necessidade de abordar o assunto de maneira diferente e com novos ganchos incentivou a investigação? Por quê?

15. Para cobrir o tema, acha necessário e importante algum tipo de engajamento? Por quê?

16. Você acha que o jornalista pode ser engajado e, ainda assim, realizar um trabalho jornalístico objetivo e de qualidade sobre o tema? Por quê?

17. Alguma vez chegou a se envolver com a causa do combate ao trabalho escravo? Por quê? De que forma?

18. Você se considera um dos atores no combate ao trabalho escravo no Brasil? Por quê se sente relevante?

19. O que te fez permanecer fiel à cobertura do tema?

Impactos da matéria

20. Você acredita que o jornalismo é capaz de modificar alguma estrutura social da sociedade, como o trabalho escravo, por exemplo?

- Por quê?

- De que forma isso se dá?

21. Na sua avaliação, A matéria gerou algum tipo de resultado? Quais seriam eles?

- É possível mensurar o impacto do seu trabalho no combate ao trabalho escravo no país?

- Ela motivou algum projeto de lei?

- Qual (is) a (s) principal (is) contribuições da matéria para o combate ao TE?

22. Você acredita que alguma matéria tenha gerado impacto que pode ter contribuído a uma mudança institucional no setor? Que tipo de impacto? Qual seria?

23. Verificou algum tipo de mudança imediata logo após a publicação? Qual?

24. Que tipo(s) de matérias, na sua opinião, mais contribuem pra essa mudança nesse setor especificamente?

- As que denunciam o problema e divulgam as libertações ou as que investigam e oferecem soluções para o combate?

- Qual tem aparecido com mais frequência na imprensa? Por quê?

25. Depois da publicação, você sofreu algum tipo de cerceamento por parte do veículo no qual trabalha ou por parte de alguma outra pessoa? Quem? Por quê?

26. Sofreu algum tipo de ameaça? De que tipo? Por quê?

27. Além da publicação de matérias, você desenvolve outras ações para o combate ao trabalho escravo? Quais?

Anexo III

Matérias mais citadas

1) “A impunidade dos senhores de escravos”, de Ronaldo Brasiliense. Publicada em 12/02/2003 no jornal *O Paraense*. Íntegra no site:

<http://www.amazonpress.com.br/manchete/dedoc/manch02122003a.htm>

2) “Escravos do aço, siderúrgicas se beneficiam de trabalho escravo em carvoarias na selva amazônica”, de Dauro Veras e Marques Casara. Publicada no *Observatório Social em revista* em junho de 2004. Íntegra no site:

<http://www.observatoriosocial.org.br/destaque/escrav/escrav01.htm>

3) “Agronegócios e pecuária de ponta usam trabalho escravo”, de Elvira Lobato. Publicada em 18 de julho de 2004 no jornal *Folha de S. Paulo*. Íntegra no site:

http://fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp2004.nfo/query=lavoura+arcaica+elvira+lobato/doc/{47824,0,0,0}hit_headings/words=4/hits_only?

4) “Nova Escravidão, trabalhadores viram dívidas na Amazônia Brasileira”, de Leonardo Sakamoto. Publicada na revista *Problemas Brasileiros* n° 350 – março/abril 2002. Íntegra em: <http://www.reporterbrasil.com.br/materia.php?nick=escravos>

5) “Novos abolicionistas”, de Ricardo Mendonça. Publicada na revista *Época* em 30 de maio de 2005.